



**UNIVERSIDADE FEDERAL CAMPINA GRANDE
CENTRO DE TECNOLOGIA DE RECURSOS NATURAIS – CTRN
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RECURSOS NATURAIS –
PPGRN**



**Sistema de Indicadores para avaliação da Hospitalidade Urbana:
uma análise na cidade de João Pessoa-PB**

Pedro Henrique Cesar

2022

Campina Grande - PB

Brasil

Pedro Henrique Cesar

**Sistema de Indicadores para avaliação da Hospitalidade Urbana:
uma análise na cidade de João Pessoa-PB**

Texto de Tese submetido ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais como requisito à obtenção do título de doutor.

Orientador: **Prof^a. Dr^a Maria de Fátima Martins**

2022

Campina Grande-PB

Brasil

Pedro Henrique Cesar

Texto de Tese submetido ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais como requisito à obtenção do título de doutor.

Aprovado em:

BANCA EXAMINADORA:

Prof(a). Dr(a). Maria de Fátima Martins (UFCG)
(Orientadora)

Prof(a). Dr(a). Kettrin Farias Bem Maracajá (UFCG)
(Membro interno)

Prof(a). Dr(a). Viviane Farias Silva (UFCG)
(Membro interno)

Prof(a). Dr(a). Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos (UFCG)
(Membro externo)

Prof(a). Dr(a). Lucia Santana de Freitas (UFCG)
(Membro externo)

Aprovada em: 01/04/2022

Dr.(a.) **Maria de Fátima Martins** □/UFCG (Orientador(a) PPGEGRN).

Dr.(a.) **Kettrin Farias Bem Maracajá**/UFCG (Examinador Interno).

Dr.(a.) **Viviane Farias Silva**/UFCG □ (Examinador Interno).

Dr.(a.) **Ana Cecília Feitosa de Vasconcelos**/UFCG (Examinador Externo).

Dr.(a.) **Lucia Santana de Freitas**/UFCG □ (Examinador Externo).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DE FATIMA MARTINS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/06/2022, às 11:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **KETTRIN FARIAS BEM MARACAJA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/06/2022, às 11:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **VIVIANE FARIAS SILVA, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/06/2022, às 11:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **ANA CECILIA FEITOSA DE VASCONCELOS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 15/06/2022, às 11:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **2227245** e o código CRC **42C08DCD**.

C421s Cesar, Pedro Henrique.
Sistema de indicadores para avaliação da hospitalidade urbana:
uma análise na cidade de João Pessoa-PB / Pedro Henrique Cesar.
- Campina Grande, 2022.
146 f. : il. color.

Tese (Doutorado em Engenharia e Gestão de Recursos
Naturais) - Universidade Federal de Campina Grande, Centro de
Tecnologia e Recursos Naturais, 2022.
"Orientação: Prof.ª Dr.ª Maria de Fátima Martins".
Referências.

1. Cidades Sustentáveis. 2. Hospitalidade. 3. Indicadores
Urbanos. I. Martins, Maria de Fátima. II. Título.

CDU 649.9(043)

À minha avó, Dona Lindalva.

RESUMO

Problemas urbanos, acarretados devido ao modelo de cidade atual, tem trazido prejuízos socioambientais complexos a humanidade. Na busca por uma mitigação desses danos, diversos métodos e conceitos vêm sendo criados tendo como base a busca do equilíbrio ambiental no meio urbano. Tal perspectiva é denominada de cidades sustentáveis, esse conceito ocupa lugar de destaque, na atualidade, no debate sobre a urbanidade e a sua relação com a natureza. Outras nuances relacionadas a questão urbana vêm sendo apresentadas, tornando importante o aprofundamento do conhecimento entre a relação dessas com a sustentabilidade. Dentre essas nuances, está o conceito de hospitalidade urbana, que não nasce na intenção de ser base de sustentação exclusivamente da sustentabilidade, mas que tem pontos de convergência muito próximos. A hospitalidade é um tema debatido há milênios, e leva consigo diversos contextos na sua estrutura conceitual, que são religiosos, sociológicos, antropológicos, filosóficos, econômicos, turísticos, políticos e urbanos. A vertente urbana, discute sobretudo, como a cidade recebe seus habitantes e visitantes, quais as estruturas oferecidas a essas pessoas no meio urbano para que elas se realizem. Dessa forma, entender sobre os pontos de convergência entre esses dois temas ampliará o debate referente tanto a hospitalidade urbana quanto a sustentabilidade, trazendo novos conceitos e modelos de cidade ideal. Além de dar luz a esse debate o trabalho coloca os indicadores urbanos como base de análise para esses dois conceitos. Esses, ferramentas já estabelecidas nos estudos e planejamento urbano, aqui auxilia em uma metodologia que visa uma análise urbana com bases na cidade sustentável e na hospitalidade urbana. Com tudo isso posto, a pesquisa propõe um modelo de sistema de indicadores da hospitalidade urbana, alinhado a melhoria da sustentabilidade na cidade. Para estruturar esse trabalho foi aplicado o método quantitativo. Assim, foi feito um levantamento bibliográfico e a seleção dos principais autores da hospitalidade urbana, para que temas que se relacionam com a suas ideias fossem selecionados e, posteriormente, relacionados a indicadores ligados a sustentabilidade e o desenvolvimento urbano. Posteriormente foi aplicado o modelo em João Pessoa - PB. Através da avaliação dos indicadores selecionados no modelo foi percebido que a cidade de João Pessoa é uma cidade com estruturas que promovem a hospitalidade urbana, no entanto o resultado mostrou que se faz importante que a cidade adeque suas políticas públicas visando um maior equilíbrio ambiental.

Palavras-chave: Cidades sustentáveis; Hospitalidade; Indicadores Urbanos

ABSTRACT

Urban problems caused by the current city model have brought complex socio-environmental damages to humanity. In the search for a mitigation of these damages, several methods and concepts have been created in a perspective based on the environmental balance in the urban environment. This perspective is called sustainable cities, this model has been much debated and expanded in order to find ways to achieve a better balance between social issues and nature in the city. Other nuances related to the urban issue have been presented, making it important to deepen the knowledge between their relationship with sustainability. Among these nuances, there is the concept of urban hospitality, which is not born with the intention of being a basis of support exclusively for sustainability, but which has very close points of convergence. Hospitality has been a topic that has been debated for millennia, and takes with it different contexts in its conceptual structure, which are religious, social, anthropological, philosophical, economic, tourist, urban, and even virtual. The urban aspect, above all, discusses how the city receives its inhabitants and visitors, what are the structures offered to these people in the urban environment for them to take place. Understanding the points of convergence between these two themes will broaden the debate on sustainability in the city, bringing new concepts and models of an ideal city. Giving light to this understanding and relating them to urban indicators, which are tools established in studies and urban planning, can be configured in a methodology that helps in an urban strategy that aims at a sustainable and hospitable city. With all that in mind, the research proposes a model of urban hospitality indicators system, based on sustainability in the city. The qualitative method was applied. After the bibliographic survey and the selection of the main authors of urban hospitality, themes that relate to their ideas were selected and later related to indicators related to sustainability and urban development. For the application of the model, the city of João Pessoa was chosen. Thus, the values of the indicators were from the city. After establishing the values, which are in a quantitative way, their evaluation took place in a qualitative way, being discussed in a unitary way, giving greater scope to the result. Through the evaluation of the selected indicators, it was noticed that the city of João Pessoa is not a hospitable and sustainable city, that it is important that the city adapts its public policies aiming at environmental balance and hospitality for its population.

Keywords: Sustainable cities; Hospitality; Urban Indicators

SUMÁRIO

RESUMO.....	7
ABSTRACT	8
1. INTRODUÇÃO	8
1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa.....	8
1.2. Objetivos	16
1.3. Caráter inédito da pesquisa	16
2. REFERENCIAL TEÓRICO	19
3.1 A Cidade	19
2.2. A Sustentabilidade e a Cidade	22
2.3. Indicadores de Sustentabilidade.....	27
2.4. A Hospitalidade	31
3. ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	53
4.1 Tipologia da Pesquisa	53
3.2. Delineamento do Estudo	53
4. RESULTADOS.....	59
4.1 Modelo de Hospitalidade Urbana: Proposição de Temas e Indicadores.....	59
4.2. Descrição dos temas e indicadores	61
4.3. Proposição de parâmetro de análise dos indicadores e relação com a sustentabilidade	69
4.4. Validação do Modelo de Hospitalidade Urbana	72
5 CONCLUSÃO	132
6 REFERÊNCIAS	134

1. INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problema de Pesquisa

Na atualidade, a maior parte da população mundial vive em áreas urbanas, isso acarreta diversos problemas socioambientais (PORTO-GONÇALVES, 2015). Durante muito tempo a natureza na cidade vem sendo negligenciada por políticas públicas que não a incorporam de forma a melhorar a qualidade de vida, e a biodiversidade acaba sendo explorada pela especulação imobiliária (PORTO-GONÇALVES, 2015). Devido a isso, pode ser observado problemas sérios e complexos no meio urbano, tais como: habitação precária, violência, disparidade social, falta de saneamento básico (SANTOS, 2018). Além de doenças físicas e psíquicas, como: problemas cardíaco e estresse, por exemplo (NATURE, 2017). Tais danos são causados pela estrutura na qual as cidades estão subordinadas que é a estrutura voltada ao mercado. Milton Santos afirma que “não é demais lembrar que o mercado e espaço, ou, ainda melhor, mercado e território são sinônimos. Um não vive sem o outro” (SANTOS, 2018, p. 66).

Isso resulta em cidades com grandes aglomerados de pessoas que têm toda a sua estrutura focada na busca da produção em massa e do consumo excessivo (HAVEY, 2005). Devido à estrutura posta, os centros urbanos estão sempre concentrando um grande número de empresas e departamentos burocráticos o que acarreta uma grande concentração de pessoas que trabalham nessas organizações (LEFEBVRE, 2019).

Além dos moradores locais as grandes cidades são os locais que mais recebem visitantes, segundo o Euromonitor Internacional (2019), que classifica as 400 cidades mais visitadas no mundo. A cidade que mais recebeu turista em 2019 foi Hong-Kong, seguida por Bangkok e Macau. É importante perceber que as três primeiras, entre as 400, são cidades em desenvolvimento.

No presente, o Brasil não possui nenhuma cidade entre as 100 mais visitadas, o Rio de Janeiro esteve até o ano de 2017, no entanto, segundo a analista sênior da Euromonitor Internacional, Marília Borges, devido ao aumento da violência na cidade a demanda pela visitação caiu (FIGO, 2018). Ou seja, o número de turistas no Rio de Janeiro reduziu por causa dos fatores que impactaram diretamente na hospitalidade, sendo o resultado de um emaranhado de questões sociopolíticas que parte da falta de um planejamento turístico que leve em consideração a cidade como um todo (DIAS, 2003; MOLINA 2005; CORIOLANO, 2014). Dessa forma, os ambientes urbanos devem obter uma estrutura organizada para receber um

grande número de pessoas diariamente de forma hospitaleira sem causar grandes danos socioambientais.

Na busca por uma diminuição desses problemas, temos a proposta conceitual de cidade sustentável, para Leite e Awad (2012), uma cidade sustentável deve atender aos anseios sociais, ambientais, políticos e culturais, bem como aos objetivos físicos de seus cidadãos. Para Compans (2009), a sustentabilidade urbana parte de três matrizes discursivas que corresponde a distinta representação de cidade que resultam em propostas para questão ambiental urbana. Tais quais: a representação tecnomaterial das cidades, a cidade como *locus* da qualidade de vida e a cidade como espaço de legitimação das políticas públicas. Rogers e Gumuchdjian (2014), corroboram afirmando que não haverá cidade sustentável até que a ecologia urbana, a economia e a sociologia sejam fatores presentes no planejamento urbano. Os autores ainda relatam que as questões ambientais não são diferentes das questões sociais. A política ambiental pode melhorar a vida social dos cidadãos. As soluções ecológicas e sociais se reforçam mutuamente e garantem cidades mais saudáveis, cheias de vida e multifuncionais. E finaliza dizendo que acima de tudo uma cidade sustentável é sinônimo de qualidade de vida.

Nessa proposta complexa por uma cidade sustentável várias questões são abordadas e uma delas parte de um projeto baseado na hospitalidade. Grinover (2007) afirma que hoje não existe uma política da hospitalidade. Mas apesar dessa falha, a política proposta está diretamente associada ao desenvolvimento sustentável das cidades e do território.

O conceito de hospitalidade está inserido nos diversos contextos da sociedade e deve ser refletido nos aspectos sociopolíticos. A hospitalidade deve ser considerada como uma virtude para a convivência humana e uma qualidade social. A análise do exercício da hospitalidade é uma contribuição para a sociologia da vida cotidiana, na qual, o ser humano se realiza (GOTMAN, 1997).

Na economia a hospitalidade equivale ao direito de inserção, de um modelo que assegure a articulação entre a lógica social e a lógica econômica, que configure os direitos sociais sob a forma de direitos de cidadania e que compreenda as políticas sociais como políticas de mudanças sociais (INNERARITY, 2001). Grinover (2013), enquadra essa perspectiva exposta como uma das características da hospitalidade urbana, a da “acessibilidade”. Para o autor, a hospitalidade urbana está pautada em dar acesso aos seus cidadãos e visitantes, acesso à segurança, educação, moradia, saúde, lazer, entre outros.

Essa questão do acesso mostra a abrangência da hospitalidade e expõe que esse conceito está inserido no nosso dia a dia numa perspectiva sociopolítica, assim como inerente à noção de pessoa. A noção de pessoa trazida é a de Mauus (2003), do indivíduo constituído de direitos,

consciência, autonomia e que representa a si mesmo. Mauus ainda fala que essa noção está em constante transformação. Veiga (2019), corrobora afirmando que o conceito de hospitalidade está diretamente ligado a alguns casos de conceituações problemáticas ou complexas. No entanto, ele assegura que ao conceber o conceito filosófico da hospitalidade é importante tematizar esse conceito a partir das manifestações da atitude humana.

Gotman (2019) discutindo sobre a questão da hospitalidade na solidariedade, distingue a hospitalidade no sentido próprio, para a maioria, que se refere a práticas privadas (hotelaria, bar, restaurantes), e se baseia na obrigação de reciprocidade e hospitalidade no sentido figurado, que designa a práticas suscetíveis de se desenvolver à margem da solidariedade e dos serviços públicos.

Com tudo isso, a hospitalidade se apresenta de forma mútua e transdisciplinar em diversos contextos e áreas. Lashley e Morrison (2004), entendendo toda a complexidade encontrada nesta temática, expõem os aspectos da pesquisa em hospitalidade numa busca de situar os pesquisadores neste campo. Eles dividem a hospitalidade em três aspectos: doméstico, privado e social. A hospitalidade doméstica é a mais antiga e remete a lendas e mitos, é o receber um hóspede em casa; a hospitalidade privada se dar no âmbito da gestão comercial (hotéis, restaurantes, turismo etc.), e a social estuda os fenômenos sociais, filosóficos, antropológicos e urbanos da hospitalidade. Já Camargo (2004), divide a pesquisa em hospitalidade em: profissional, doméstica e pública, que tem basicamente as mesmas características conceituais dos aspectos apresentados anteriormente. Para Camargo (2004), a esfera pública dar-se em ser entendida em suas expectativas de intenção humana, podendo ser entendida tanto no cotidiano da vida urbana, que privilegia os residentes, quanto na dimensão turística e política (problemática da imigração, por exemplo).

No aspecto social ou público, tem-se o conceito de hospitalidade urbana, onde se estuda o desenho urbano e as políticas públicas de forma a promover sociabilidade, conforto, amabilidade, solidariedade, igualdade e sustentabilidade, na cidade. Em um mundo cada vez mais urbanizado, a hospitalidade urbana deve tomar força e passar a ser uma das maneiras utilizadas pela humanidade para provocar sua aproximação e melhorar o convívio com seus semelhantes (FERRAZ, 2014). Para Matheus (2002), a cidade não pode ser apenas um centro de produção, mas também um lugar em que a sociabilidade se desenvolve para fruir a hospitalidade.

A hospitalidade urbana implica uma organização, um ordenamento de lugares coletivos e exige a observação das regras e dos usos desses lugares. De toda forma um lugar para as

pessoas, para que elas se realizem. Nessa vertente vê-se hospitalidade como um dom do espaço: espaço a ser lido, atravessado ou contemplado; de toda a maneira, um espaço planejado (GRINOVER, 2007). Os espaços públicos devem ser onde a hospitalidade urbana mais se mostrará presente, sendo espaços planejados para serem acolhedores e igualitário.

Gotman (2019, p.173), refletindo sobre a hospitalidade pública afirma que “questionar os serviços públicos do ponto de vista da hospitalidade é reconsiderar tanto os modos de acesso de população à coisa pública, como os mecanismos de retenção, como o grau de abertura”. A autora acredita que a hospitalidade pública deve estar em todos os aspectos que exponham as desigualdades na sociedade. Assim, essa perspectiva sociopolítica da hospitalidade está presente dentro do contexto da hospitalidade urbana, pois o espaço urbano é onde as desigualdades são mais aparentes.

Como visto, a hospitalidade urbana abrange todo um emaranhado de questões que envolvem a cidade, que vai desde o âmbito sociopolítico, passando pelo econômico e chegando até o ambiental, esses temas são questões centro para o debate da sustentabilidade na atualidade, tanto no aspecto geral como no meio urbano.

Sobre a questão ambiental, Grinover (2020) coloca que o âmago da hospitalidade se dá partindo das relações, relações de pessoas com outras pessoas, de pessoas com os ambientes construídos, de pessoas com os espaços e, conseqüentemente, de pessoas com o meio ambiente. Não há como uma cidade ser hospitaleira se ela oferece um ar poluído, uma água contaminada, devastação de áreas naturais etc. Nesse debate de relações, posto pelo conceito de hospitalidade urbana, promover uma relação de equilíbrio entre o meio urbano e o meio natural é um dos pontos chave da temática. Além de perspectiva de relação (humanidade x natureza) presente no debate com a hospitalidade, a natureza também se insere na perspectiva do acesso também contido no conceito. Ter acesso a um meio ambiente equilibrado é um direito fundamental.

Batista (2008) sugere que a natureza na cidade, além de promover as questões ecológicas, que são bases de sustentação da vida, pode promover a sociabilidade. A autora coloca que a hospitalidade urbana se localiza no espaço público e promove a sociabilidade com o espírito humano e que as áreas naturais são ferramentas importantes para essa sociabilidade, pois são áreas que, na maioria das vezes, se destina ao lazer, ao esporte, a contemplação. Carmargo (2004, p.83) corrobora e afirma que “um urbanismo inspirado na hospitalidade certamente daria maior importância ao uso das áreas verdes pelos habitantes locais mais do que ao resultado estético ou as regras de um pretensão higienismo”.

Como parte do contexto hospitaleiro são incorporados espaços naturais como locais que devem ser percebidos como promotores da hospitalidade urbana e imprescindível para uma cidade sustentável. Pois além de consistirem em sua composição conceitual e legal, com instalações propícias para o lazer, levando em consideração as áreas verdes, essas áreas são importantes para a qualidade ambiental e, conseqüentemente, para a qualidade de vida de uma cidade, auxiliando no controle da poluição, diminuição de ruídos, amenização do clima, qualidade da água, e se mostram como ambientes que ajudam na saúde física e mental da população. Nucci (2008), corrobora discorrendo sobre a relevância da arborização urbana, que é um atributo importantíssimo, porém, negligenciado, no desenvolvimento das cidades, que é a cobertura vegetal. O autor também diz que:

“A vegetação, diferentemente da terra, do ar e da água, não é uma necessidade óbvia na cena urbana. A cobertura vegetal, ao contrário de muitos outros recursos físicos da cidade, é relacionada pela maioria dos cidadãos mais como uma função de satisfação psicológica e cultural do que com funções físicas” (NUCCI, 2008, p. 23).

A vegetação na cidade, na maioria das vezes, se encontra nos espaços livres (canteiros, jardins, praças, parques, áreas verdes). “As áreas verdes ou espaços verdes são superfícies em áreas urbanas onde o elemento fundamental de sua composição é a vegetação” (ANDRADE E PERÚ, 2012, p. 6). Além da importância dessas áreas como atributo social as áreas verdes (principalmente parques e jardins públicos) são adequadas para a coexistência e socialização de diferentes grupos sociais (hospitalidade), servindo para reafirmar a integridade humana (ANDRADE E PERÚ, 2012).

Camargo (2004) fala que um dos elementos da hospitalidade pública é o “entreter público”. O autor ainda ressalta a importância das áreas verdes para configuração desse contexto. Essa perspectiva remete ao acesso da sociedade ao lazer, que é um direito, e conseqüentemente à natureza na cidade, que pode ser considerada como um “atrativo” devido as suas benesses. As áreas verdes proporcionam lazer, qualidade de vida e acesso a um meio ambiente equilibrado, Coley e. al. (1997) também fala da influência na sociabilidade desses locais, e todos esses atributos compõe a perspectiva da hospitalidade urbana o que torna a natureza um pilar para tal conceito.

Os contextos apresentados da hospitalidade urbana e da natureza refletem a importância dessas questões para a promoção de uma cidade sustentável, trazendo elementos socioambientais que somam na qualidade de vida e na conservação da natureza no ambiente urbano, tendo como base o contexto de cidade hospitaleira. Sendo assim, é importante que existam ferramentas que auxiliem para que essa complexidade, entre essas diversas áreas, seja

direcionada em torno de um único objetivo, que é uma cidade mais hospitaleira, e, conseqüentemente, mais sustentável. Nesse sentido, avaliar a sustentabilidade e a hospitalidade urbana é essencial para um planejamento urbano que mira a qualidade de vida e ambiental, necessitando assim de uma metodologia que auxilie nesse planejamento. Nesse contexto, os indicadores podem auxiliar nesse caminho, pois são importantes ou, até mesmo, imprescindíveis no planejamento e nas tomadas de decisões para uma cidade e para a sustentabilidade.

Guimarães e Feichas (2009), defendem que os indicadores são como sinais que facilitam a avaliação do progresso de uma determinada localidade em busca da sustentabilidade. Assim, podem ser vistos como ferramentas importantes no processo de identificação e de reconhecimento de problemas, além da função de advertir a comunidade sobre riscos e tendências do desenvolvimento. Feo e Machado (2013, p.37), colocam que os “indicadores surgem de valores e geram valores”. No entanto, os autores ainda dizem que os indicadores de sustentabilidade possuem algo mais, pois têm o papel adicional de informar indivíduos, empresas, ou grupos e orientá-los a reconhecer que o comportamento e as escolhas de cada um têm efeitos sobre o estado da sustentabilidade que se busca.

Além da complexidade que é a sustentabilidade, para que se possa oferecer resultados contundentes sobre o seu estado na cidade, os indicadores têm que buscar serem o mais abrangente (e sucinto) possível, para oferecer um resultado de fácil compreensão e robusto nos seus resultados, dando uma visão da realidade para as tomadas de decisões. Martins e Candido (2013), ao proporem uma metodologia de indicadores urbanos afirmam que:

“os estudos sobre o desenvolvimento do espaço urbano precisam ser viabilizados por mecanismos capazes de prever os impactos e dar novos cursos de ação que ofereçam opções sustentáveis, através de evidências que revelem tendências ou perspectivas futuras tendo os sistemas de indicadores de sustentabilidade essa função” (MARTINS E CANDIDO, 2013, p.140)

Os indicadores são “ferramentas” importantes no auxílio à conservação e gestão da natureza, que deve ser considerada na sua interdisciplinaridade durante um planejamento urbano adequado e que leve em consideração as questões socioambientais contidas nele. Que além de ser imprescindível para a manutenção da vida, a natureza também é importante na estratégia de sociabilidade e qualidade de vida, ou seja, hospitalidade, partindo dos espaços naturais.

Posto isso, é importante observar como a hospitalidade urbana, a sustentabilidade e os indicadores podem se relacionar a partir do desenvolvimento de uma estudo que una todas essas temáticas em um só objetivo. Afim de alcançar esse objetivo este trabalho selecionou a cidade de João Pessoa para a tal estudo.

João Pessoa é uma cidade de porte médio, com pouco mais de 809 mil habitantes (IBGE, 2019), que tem na sua identidade áreas de natureza exuberante. Cabe ressaltar que o mais representativo remanescente da vegetação original do “*continuum*” das matas ciliares, vegetação dos interflúvios e aningal (áreas inundadas e inundáveis, compostas por *Aninga*, *Montrichardia cf. Arborescens*) do Rio Jaguaribe, um dos rios mais importantes da cidade, está protegido na reserva da biosfera “Mata do Buraquinho”, composto por um fragmento de floresta, com 577 hectares (JOÃO PESSOA, 2010).

Além desse fato, João Pessoa é uma cidade arborizada, um levantamento desenvolvido em 2005 pela Secretaria de Planejamento do Município (SEPLAM), mostrou que naquele ano a cobertura vegetal era de 59,15%. No entanto, um levantamento feito pela prefeitura municipal em parceria com diversos pesquisadores mostrou que em 2010 a cidade contava com 30,67% de cobertura vegetal. Ou seja, a capital paraibana perdeu em cinco anos quase 50% de sua cobertura vegetal (JOÃO PESSOA, 2010).

Essa disposição natural, além de impactar positivamente no dia a dia da população, atrai visitantes. Em 2019, de acordo com a PBTUR (2020), João Pessoa recebeu aproximadamente 1.280.000 turistas. De acordo com uma pesquisa anual feita pelo Instituto de Planejamento, Estatística e Desenvolvimento da Paraíba (2020), com visitantes da capital, mostrou que para 62% dos entrevistados o principal motivo da visita foi a natureza, representada pelas praias e a conservação ambiental das mesmas, em segundo lugar com 28% ficaram os atrativos naturais. Com isso, pode-se afirmar que a principal motivação dos visitantes da capital é a natureza.

A capital paraibana tem espaços naturais importantes como a Mata do Buraquinho que é uma Reserva da Biosfera, e a Reservas dos Três Rios que são as maiores Unidade de Conservação da cidade, mas além destes, tem 14 zonas especiais de conservação, e 6 parques; além das áreas com potenciais para conservação que se dá por: 19 unidades de conservação, 8 parques urbanos e 6 remanescentes vegetal (JOÃO PESSOA, 2010). Desse modo, é importante conhecer como esses ambientes naturais se relacionam com o meio urbano e quais suas influências tanto no dia a dia da população, como para quem visita à cidade.

Assim, João Pessoa é uma capital que tem um potencial turístico muito alto e ao mesmo tempo é uma cidade de porte médio que se encontra em crescimento, e com um planejamento correto pode preservar características naturais importantes da cidade. Com isso, é relevante um planejamento que considere a hospitalidade urbana, tanto para o desenvolvimento de um turismo com o mínimo de dano socioambiental, como para os seus habitantes, que devem se utilizar de seus espaços naturais de forma a promover a sustentabilidade, a sociabilidade e o fortalecimento da identidade urbana.

Como princípios da hospitalidade urbana se traz os conceitos baseados nas questões sociais e urbanísticas, pontuadas em diversos contextos apresentados pelos principais autores do tema, tais como Grinover (2006-2009-2013), Severine (2014), Gotmam (1997), Reffestin (1997), Derrida (2003), entre outros, que serão apresentados no texto, e que trazem questões que vão desde uma cidade aberta ao outro (estrangeiro, imigrante, visitante, minorias...), se enquadrando numa perspectiva mais política e filosófica, passando por questões sociais como acesso à educação, saúde, segurança e meio ambiente equilibrado, chegando até o desenho urbano.

Ao pegar esses princípios e os relacionar com os indicadores urbanos esses auxiliarão na tangibilidade dos fatores que promovem a hospitalidade revelando a relação dessa na promoção da sustentabilidade. A interdisciplinaridade é um fator importante a ser considerado em uma avaliação que trate de conceitos que estão interligados à diversas questões, como são os conceitos de hospitalidade e sustentabilidade.

Assim, a premissa do trabalho parte da perspectiva de que um sistema de indicadores da hospitalidade urbana pode auxiliar na busca por uma cidade mais sustentável, dando luz a questões urbanas que interferem tanto da hospitalidade quanto na sustentabilidade, no sentido de apontar prioridades e vulnerabilidades do espaço urbano.

Isto posto, a problemática deste estudo parte do contexto da avaliação da hospitalidade urbana na busca pela sustentabilidade na cidade. Sabendo que a hospitalidade pode auxiliar o planejamento urbano nessa busca, é importante ter métodos que o meçam. Assim, como um sistema de indicadores da hospitalidade urbana auxilia no desenvolvimento de uma cidade sustentável?

1.2. Objetivos

1.2.1. Geral

Propor um modelo de sistema de indicadores da hospitalidade urbana, alinhado a melhoria da sustentabilidade na cidade.

1.2.2. Específicos

- Selecionar indicadores urbanos a partir de princípios e características da hospitalidade urbana;
- Propor parâmetros de análise para os indicadores da hospitalidade urbana;
- Caracterizar o município de João Pessoa em seus aspectos ambientais, econômicos, sociais, históricos e turísticos.
- Analisar a hospitalidade urbana de João Pessoa e sua relação com a sustentabilidade da cidade.

1.3. Caráter inédito da pesquisa

A hospitalidade no Brasil ainda é um tema incipiente que necessita de trabalhos que abranjam o debate acerca desse conceito e suas implicações. Os estudos sobre a hospitalidade aqui no país têm um foco maior na vertente comercial, onde se encontra um vasto acervo que trata dessa temática e suas interações com as áreas do turismo, eventos, hotelaria, alimentos e bebidas etc.

Esta pesquisa se aproxima da vertente da hospitalidade social, na qual, as questões ligadas às ciências sociais se destacam. Nessa perspectiva, questões filosóficas, históricas, antropológicas, religiosas, políticas e urbanas são as mais aparentes no debate sobre o conceito e a aplicação da hospitalidade. Dessa forma, pesquisas que tragam um aprofundamento na discussão sobre a hospitalidade, e suas múltiplas aplicações na sociedade, se fazem importantes para a colaboração de uma construção teórica desse conceito.

Com tudo isso, é perceptível que o estudo da hospitalidade é, sobretudo, diverso, acarretando um caleidoscópio de temas que interagem entre si na busca da abrangência, ainda mais, a pesquisa nessa área. Assim, se coloca que a hospitalidade é o centro, rodeado por outros temas interligados. E dentro de toda essa abrangência de temas a questão urbana também é discutida tendo como base a hospitalidade, a partir da vertente urbana.

A hospitalidade urbana é um conceito que interage com questões que fazem parte dos estudos urbanos na atualidade, tais quais: sociabilidade, turismo, economia, estrutura urbana, acesso à direitos fundamentais, sustentabilidade, entre muitos outros. É um tema que vem a cada dia se mostrando mais presente em pesquisas que tratam do meio urbano.

Estudos que trazem questões urbanísticas, sociais, turísticas, econômicas e antropológicas relacionadas a hospitalidade urbana, como os de Grinover (2006, 2009, 2013, 2020). De Ferraz, (2014) que debate a estrutura da cidade com a hospitalidade urbana. De Bell (1997) que traz a discussão para com a hospitalidade na cidade temas como: a sociabilidade, os serviços de alimentos e bebidas, a utilização do meio urbano, e a gentrificação. E Gottman (2007) que reflete sobre a relação da hospitalidade e a política, são exemplos de como esse conceito se relaciona com os mais diversos temas da atualidade que trata da cidade, podendo ser centro para a resolução de problemas em algumas dessas questões apresentadas. Toda essa complexidade tem como núcleo da discussão a hospitalidade na cidade. É importante ressaltar o caráter interdisciplinar posto nesse conceito, na qual, as pesquisas nessa área não devem negligenciar.

Sabendo dessas relações colocadas, na qual, demonstram autores consagrados trazendo pesquisas já consolidadas sobre a hospitalidade urbana, e percebendo que essa temática deve ampliar o debate com outros conceitos, de forma a abranger a sua aparição nas discussões urbanas atuais, a proposta desta pesquisa parte de uma discussão sobre a relação da hospitalidade urbana e a sustentabilidade na cidade.

O desenho da pesquisa parte da percepção da pouca discussão teórica que tem como centro a relação desses dois temas. Sabendo da importância e aparição da sustentabilidade, no meio teórico e metodológico, que tratam sobre questões relacionadas ao meio urbano, aprofundar essa discussão, sobre hospitalidade e sustentabilidade na cidade, se mostra importante. Pois além de trazer novas nuances sobre a hospitalidade urbana oferece à discussão sobre a sustentabilidade na cidade uma nova proposta para a sua base.

Além da discussão sobre os pontos de convergência dessas duas temáticas, a pesquisa busca oferecer uma metodologia que possa avaliar o nível desses conceitos em uma determinada cidade. Oferecendo uma ferramenta que vise auxiliar o planejamento urbano na busca por uma cidade mais hospitaleira e, conseqüentemente, sustentável.

Para dar luz a essa ferramenta é proposto a estruturação de um sistema de indicadores da hospitalidade urbana. Os indicadores são métodos conceituados nas pesquisas ligadas ao meio urbano, e estabelecidos, devido a sua ampla aplicação nos mais variados estudos urbanísticos. Entendendo que o conceito e discussões sobre a hospitalidade na cidade está interconectado com a sustentabilidade, trazer um sistema de indicadores baseados nos preceitos da hospitalidade urbana e debatê-los os relacionando com a sustentabilidade, é o tema central da pesquisa.

Ao propor um sistema inovador de indicadores que busque, de uma certa forma, dar tangibilidade a hospitalidade urbana, este trabalho dá a oportunidade desse conceito aparecer na rotina do planejamento urbano com maior participação, onde os gestores busquem em seus objetivos, além de uma cidade sustentável, educada, saudável e segura, uma cidade hospitaleira. Essa proposta coloca a hospitalidade como um projeto a ser alcançado pelos gestores municipais.

A facilidade de aplicação no planejamento urbano desse sistema de indicadores, para a avaliação e melhoria do meio urbano, tendo como referência uma metodologia baseada na hospitalidade, dará a oportunidade de os gestores terem uma percepção de contextos que muitas vezes são colocados de modo fragmentado - sustentabilidade, lazer, turismo, mobilidade urbana etc. – sejam avaliados de modo unificado.

Para avaliar a construção metodológica, selecionada na pesquisa, foi considerado o contexto da capital do Estado da Paraíba, João Pessoa. A cidade foi escolhida devido concentrar a maior população e também por receber o maior número de turistas e visitantes no Estado. Dessa forma, devido à concentração de pessoas e de capital, questões como desigualdade, especulação imobiliária, impactos ambientais, entre outras, estão mais aparentes, sendo importante observá-las junto a uma perspectiva da hospitalidade e sustentabilidade urbana. João Pessoa também está participando de um programa em parceria com o Banco Internacional do Desenvolvimento-BID, que busca efetivar projetos com vieses sustentáveis na cidade. Sendo assim, é relevante avaliar como se posta a hospitalidade urbana neste momento que a cidade pretende investir em sustentabilidade.

Uma discussão sobre esses três temas tão pertinente para o debate urbano, como a hospitalidade urbana, a sustentabilidade na cidade e os indicadores urbanos, coloca a esta pesquisa não somente uma perspectiva teórica, mas também metodológica e prática, que pode

dar base para pesquisas futuras. Além de amentar o arcabouço teórico sobre esses conceitos no campo acadêmico e do planejamento urbano.

Além de todas essas perspectivas apresentadas, a trabalho também contribui para a ampliação da pesquisa interdisciplinar, ou transdisciplinar, caráter obrigatório nos projetos de pesquisas apresentados ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão de Recursos Naturais (PPGEGRN) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Todos esses aspectos colocados, mostram a relevância da construção um Sistema de Indicadores da Hospitalidade Urbana.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A fundamentação teórica aqui apresentada traz um debate interdisciplinar que busca apresentar os conceitos e relações sobre a cidade, a sustentabilidade, os indicadores a hospitalidade. De início é mostrado a questão da cidade e suas interrelações com o meio ambiente, a seguir os diversos contextos da hospitalidade são apontados, e por fim são exibidos os conceitos e aplicações dos indicadores.

3.1 A Cidade

A cidade é, talvez, uma das maiores invenções da humanidade, local onde se estabelece contradições e belezas, além de o trabalho; o encontro; as manifestações sociais; a arte; onde as dominações políticas e capitalistas são explicitadas etc. Pode-se dizer que a cidade é um *caosmos*, ou seja, um caos e ao mesmo tempo um cosmos como afirma Porto-Gonçalves (2012). A complexidade encontrada nas cidades foi construída ao longo de milênios.

Castells (2007) afirma que a sua historicidade é baseada na sua industrialização. Já Lefebvre (2019), discorre em fases históricas no desenvolvimento, partindo da cidade política, passando pela cidade comercial, até a cidade industrial. A política se dava na idade média e era composta por sacerdotes, príncipes, guerreiros, “nobres”, chefes militares, administradores e escribas. A cidade política não poderia ser concebida sem a escrita: documentos, ordens, inventários, cobrança de taxas. Era baseada na ordem, na ordenação e no poder. Tinha sua base do trabalho dirigido ao setor agrícola; a cidade comercial que se estabelece no século XVI, torna a troca comercial como “função” urbana, essa função faz surgir uma nova forma (arquitetônica e/ou urbanística), em decorrência, de uma nova estrutura de espaço. “A cidade comercial não pode ser dissociada do crescimento do capital comercial, da existência do mercado. É a cidade

comercial sobreposta a cidade política” (LEFEBVRE, p.29, 2019); a cidade industrial é o momento em que se firmam as indústrias, buscando se instalar em ambientes próximos às fontes de energia (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis), e das reservas de mão de obra, mantida a preço baixo.

Além disso, a cidade industrial se caracteriza pela aglomeração urbana, um conglomerado. O campo perde a sua vanguarda e se torna apenas a circunvizinhança da cidade. Essa se separa do campo e a partir daí a suas transformações e complexidade aumentam cada vez mais em uma evolução permanente até chegar na fase crítica (LEFEBVRE, 2019). Dessa forma podemos perceber a influência do capitalismo na forma como as cidades se estabelecem hoje (SANTOS, 2018).

Le Corbusier (1993, p. 42), na Carta de Atenas, também observa na cidade a influência do sistema capitalista e seus efeitos, ao afirmar que:

“o emprego da máquina alterou as condições de trabalho. Rompeu um equilíbrio milenar, aplicando um golpe fatal ao campo» entupindo as cidades e, ao desprezar harmonias seculares, perturbando as relações naturais que existiam entre a casa e os locais de trabalho. Um ritmo furioso «sodado a uma precariedade desencorajante desorganiza as condições de vida, opondo-se ao ajuste das necessidades fundamentais. As moradias abrigam mal as famílias, corrompem sua vida íntima, e o desconhecimento das necessidades vital tanto físicas quanto morais, traz seus frutos envenenados; doença, decadência, revolta”.

Lefebvre (2011, p.7) em outro momento, logo na introdução de um dos seus clássicos, o “O Direito à Cidade”, diz que durante muito tempo a Terra foi o laboratório dos homens, e que só há pouco a cidade tomou a dianteira. Para ele, com a finalidade única de buscar a industrialização a cidade “na sociedade urbana se forma enquanto se procura”.

No Brasil, a urbanização se deu de forma diferente, como mostra Milton Santos (2001), onde o país passou séculos sendo “essencialmente agrícola”. A urbanização no Brasil se estabeleceu no século XIX, no entanto, foi necessário mais um século para ter as características nas quais nos é conhecida hoje. O autor ainda diz que na América Latina a cidade cresceu “como uma flor exótica”, devido a dependência na sua evolução relacionada a questões políticas e econômicas, diferenciando seu desenho urbano, que tentou-se importar da Europa. Trata-se de um foco muito mais na geração de cidade do que no processo de urbanização. As relações entre lugares eram fracas e inconstantes. Contudo, mesmo diante desse fato a expansão da agricultura comercial e a exploração mineral foram a base de um povoamento tanto no litoral como no interior.

No entanto, o que realmente influenciou na diferenciação da urbanização do Brasil foi, como conceituado por M. Santos (2001, p. 38), o “meio técnico-científico”. O autor argumenta que “no fim do século XVII, e sobretudo, no século XIX, vem a mecanização do território: o território se mecaniza. Podemos dizer que esse é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural”. O autor ainda diz que “esse meio técnico-científico é marcado pela presença da ciência e da técnica nos processos de remodelação do território essenciais as produções hegemônicas” (SANTOS, 2001, p.39). Esse feito resulta em latifúndios com uma alta tecnologia com produção de culturas que antes dependiam de processos naturais, e que agora podem ser manipulados. Isso acarreta uma migração acentuada da população para cidades que não se caracterizam como metrópoles, que se diferenciam devido a sua infraestrutura, e centralidade de poder. Ou seja, apesar da concentração acentuada também nas metrópoles o Brasil viu seu processo de urbanização descentralizado, originando um processo de des-metropolização.

Já na questão jurídica a Constituição brasileira de 1988, foi a única dentre todas as anteriores, que tem um capítulo que trata exclusivamente da questão urbana. Tal constituição também estimulou a participação da sociedade no desenvolvimento de políticas públicas e desburocratização do Estado, dando responsabilidades exclusivas aos estados e municípios. Infelizmente, a carta não incorporou a proposta da reforma urbana. Essa não incorporação se deu pela pressão de um grupo mais conservador que buscou não aumentar o acesso social ao solo. Esse fato resultou na proposta de um plano diretor. O plano diretor surge como proposta de setores conservadores frente a proposta de utilização do solo, e a função social de propriedades. Assim como o plano diretor, as cidades partiram para a execução de políticas urbanas fixadas no estatuto das cidades. Esse deve ser compreendido como um conjunto de diretrizes, instrumentos gerais, específicos e de gestão para a execução de política (VITTE E KEINERT, 2009).

A cidade nesse molde de *habitat* excludente (LEFEVBRE, 2019), expulsa para as áreas distantes do centro as pessoas com menos recursos, e centraliza os recursos financeiros de forma a promover a desigualdade social e a especulação imobiliária, investindo em bairros e regiões centrais e penalizando os subúrbios. E assim as cidades vão moldando a população a sua vivência nos moldes produtivistas e consumistas. Com o sistema capitalista, a cidade aparece organizada hierarquicamente, com distintos níveis de produtividade e acumulação, dificultando, ou melhor, impossibilitando um mínimo de qualidade de vida a população (VITTE, 2009).

A cidade com essa estrutura torna-se um ambiente de exclusão, de confronto, de separação, e principalmente de diferenciação, onde apesar da grande heterogeneidade em alguns aspectos como cultura, moda, e produtos, por exemplo, observamos com grande intensidade a exclusão do pobre, do imigrante, do negro, homossexual e da mulher, ou seja, a exclusão da “minoria”. Devido ao limite de acesso o que mais vemos, implícito ou explícito, na cidade é a competitividade resultado da desigualdade que infelizmente termina o seu ciclo na violência. Nesse aspecto, a cidade vive uma crise permanente, para Harvey (2001) essa crise é um projeto.

Segundo Munford (1998) *apud* Wendel (2009, p. 179):

é preciso repensar a cidade não como uma máquina, mas como o local da vida do homem, restituindo a vida como finalidade da vida urbana. É preciso habitar a cidade, participar da vida coletiva social. A cidade é o espaço e o lugar para a (re)valorização do processo de emancipação coletiva.

Nessa “revalorização do processo de emancipação coletiva” deve estar contido os preceitos da sustentabilidade. Tal ponto é fundamental para que o desenvolvimento urbano se estabeleça de forma a diminuir os impactos sociais e os ambientais. A natureza é o fator principal numa sociedade que busca qualidade de vida na urbanidade. Conde e Benedicto (2020) corroboram afirmando que em uma sociedade complexa e globalizada, a sustentabilidade deve ser um pilar estratégico e trabalhada pelos governos locais em escala mundial.

2.2. A Sustentabilidade e a Cidade

A humanidade está passando por um longo período de catástrofes socioambientais resultantes de um modelo de vivência predatório. A questão ambiental é uma das causas mais urgentes na atualidade (Porto-Gonçalves, 2012), pois sua complexidade a leva a todos os contextos do planeta, tanto no âmbito da natureza, quanto social. Tal modelo predatório de sociedade surgiu com a revolução industrial e conseqüentemente com o sistema econômico capitalista que trata a natureza como uma externalidade e como uma fonte de recursos naturais abundantes e inesgotáveis (SEIFFER, 2009); (DIAS, 2010). Tal fato acarreta impactos ambientais graves que resultam em drásticas mudanças na ecologia do planeta. Aumento da temperatura; chuva ácida; diminuição da biodiversidade; aparição de doenças; diminuição da água potável; desertificação; pobreza etc. como mostra Ricklefs, (2013), são resultados dos impactos causados por esse modelo de sociedade.

Na complexidade do debate socioambiental vem ao centro dois conceitos: “sustentabilidade” e “desenvolvimento sustentável”. Leff (2011) diferencia os dois termos ao afirmar que em castelhano o termo *sostenible* ou sustentado se refere ao modelo neoliberal e economicista do ambientalismo e a expressão *sustentable* ou sustentável significa racionalidade ambiental. Nesse sentido, a sustentabilidade é um conceito que busca se distanciar da perspectiva capitalista na questão ambiental visando uma mudança na “racionalidade econômica” atual. Para Porto-Gonçalves (2010) o conceito de desenvolvimento sustentável é inviável, pois procura manter uma percepção de um lucro infinito num planeta finito. Mesmo que busque a diminuição dos impactos a essência será o aumento da produção.

Para Sachs (2009) a sustentabilidade tem como objetivo o estabelecimento de um aproveitamento racional e ecologicamente sustentável da natureza em benefício da sociedade, incorporando a preocupação com a conservação da biodiversidade aos seus próprios interesses, como um componente de estratégia de desenvolvimento. O autor ainda expõe os critérios da sustentabilidade que seriam: social, cultural, ecológico, ambiental, territorial, econômico, político (nacional e internacional).

Dessa forma, a sustentabilidade vem a cada dia tomando seu lugar de direito, tanto no debate político e acadêmico, quanto nas práticas diárias em diversos espectros da sociedade, como imigração, turismo, antropologia, e um deles é a cidade. A cidade é o lugar de morada e convivência de grande parte da humanidade. Dessa forma, é o lugar onde a sustentabilidade deve se mostrar mais presente com práticas que busquem uma convivência harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente, ou seja, uma cidade socialmente justa, ecologicamente consciente e economicamente equitativa.

Para Oliveira (2018, p. 191) a cidade sustentável:

“é aquela na qual os elementos do meio natural (água, solo, atmosfera, fauna e flora), os elementos do ambiente construído (edificações e infraestruturas construídas em exercício de funções produtivas) e os elementos humanos interagem em conjunto buscando-se a qualidade e duração concomitantes, dos elementos acima expostos”.

Para Conti e Benedicto (2020) uma cidade sustentável é um local com qualidades suficientes para o desenvolvimento da vida. Assim, as cidades devem ter por anseio a preservação da natureza, qualidade do ar, fornecimento de água limpa e de boa qualidade e garantia de espaços verdes de convivência a todos os cidadãos. Isso é fundamental para o desenvolvimento equilibrado e democrático do território.

Na busca pelo desenvolvimento da vida a cidade sustentável deve partir da perspectiva de ser uma cidade para as pessoas, assim como uma cidade hospitaleira, onde essas possam saciar suas necessidades fisiológicas e pessoais. Jan Gehl (2010) fala em cidade para pessoas, pautada numa visão que busque uma cidade viva, segura, saudável e sustentável. Tal modelo tem como proposta tornar a cidade um local de encontro, de interação, socialização e movimentação, tornando as ruas atrativas e seguras, a partir da diminuição do tráfego e do incentivo a mobilidade urbana sustentável, sem automóveis particulares e a base de combustíveis fósseis. Para a autora, essa proposta de cidade que traz as pessoas às ruas a deixa viva pela sua movimentação; saudável pelo estímulo de fazer as pessoas caminharem e saírem de casa; sustentável pelo fato da diminuição no uso de recursos naturais para a mobilidade; e segura pela lógica apresentada por Janes Jacobs (2014) de que as pessoas nas ruas tornam-se vigia uma das outras.

Para o caminho a um mundo com cidades sustentáveis existem diversas perspectivas, a cidade para as pessoas é apenas uma delas. Tem a proposta de Cidades inteligentes de Leite et. al. (2012) que se baseia na tecnologia de empresas contidas na cidade; Cidades Compactas de Rogers (2008), que busca diminuir a distância entre as pessoas e a cidade; e cidades que buscam a redução da utilização de recursos naturais a partir da sua base energética, mobilidade urbana sustentável, ou urbanismo sustentável de Farr (2008).

Além de todas essas vertentes existem também outras propostas que auxiliam na tomada de decisão e no planejamento de uma cidade sustentável, tais como a Agenda 21 e a Agenda 2030, que tem como eixo central os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essas duas propostas têm como fundamento a orientação de políticas e ações que auxiliem toda a sociedade (Governos, empresas, ONG's...) na formulação e aplicação de ações que se apoiam na redução dos impactos socioambientais.

A agenda 21 foi um documento assinado por 179 países na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, a ECO-92. A Agenda 21 é um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis, em diferentes bases geográficas, que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica. As recomendações do documento passam por cada país elaborando suas estratégias nacionais de desenvolvimento sustentável. O documento contém 40 capítulos. A Agenda é uma referência que orienta governos nacionais e locais no planejamento

e execução de ações que promovam um novo paradigma baseado na sustentabilidade (AGENDA 21 BRASILEIRA).

Além da Agenda 21, os Objetivos do Milênio (ODM) da Organização da Nações Unidas – ONU e mais tarde os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) também são propostas que buscam unir a sociedade em busca de um desenvolvimento com bases sustentáveis. Os ODM surgiram após encontros da ONU na busca de uma cooperação internacional pela erradicação da pobreza. Em 2000 é realizado a Cúpula do Milênio onde é aprovada a Declaração do Milênio. Carvalho e Barcellos (2014), dizem que esse documento serviu de base para os ODM estabelecidos em 2001, com um tempo limite para alcançar as metas em 2015. Os objetivos do milênio são 8, subdivididos em 21 metas e 60 indicadores, 189 países fazem parte do acordo de comprometimento com os Objetivo do Milênio (ODM Brasil). No entanto, apesar dos esforços e da diminuição de alguns números como o da pobreza extrema (14%) e do aumento de outros, como o de mulheres parlamentares (90%) nos 179 países participantes, os ODM não foram suficientes para a resolução nem desses problemas nem de outros tantos. Com isso, em 2012 na Rio+20, conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável iniciou-se um debate pós-2015, foi o início dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Em 2015 a ONU anuncia o documento “Transformando Nosso Mundo: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável”, com 17 objetivos subdivididos em 169 metas (OKADO E QUINELLI, 2016)

O Objetivo 11 da Agenda 2030, trata especificamente das cidades e de suas metas a serem atingidas. Tem como foco: “Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015). O objetivo conta com 10 metas. O diferencial dessa proposta é que na sua metodologia ela busca se adaptar à realidade mundial, nacional e local. No Brasil o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) coordenou o processo de adaptação das metas à realidade brasileira e o país passou a ser um dos poucos signatários dos ODS a fazer essa adaptação. O IPEA buscou por uma metodologia e por termos que tornassem as metas mais justas e compreensivas e que representassem a realidade local (IPEA, 2018). No entanto, cabe aqui a crítica ao documento apresentado pelo IPEA, de que em nenhum momento, das 10 metas adaptadas, o Turismo foi levado em consideração, o que é um erro grave, devido aos impactos sociais, econômicos e ambientais que o turismo pode trazer as cidades brasileiras, tais impactos podem ser positivos e negativos a depender de como a atividade turística é considerada no planejamento governamental (MOLINA, 2010; CORIOLANO et. al., 2014).

O Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação também tem uma proposta que busca auxiliar o poder público na adoção de ações sustentáveis na cidade. Em 2010 o Ministério iniciou um processo de formulação de uma política pública voltada ao tema Cidade Sustentáveis, em resposta aos desafios que a temática apresenta e considerando a relevante contribuição atribuída à inovação e à tecnologia na busca de alternativas que levem à transição para cidades mais sustentáveis. O resultado desse processo foi o lançamento, em 2012, do Programa de Tecnologias para Cidades Sustentáveis, dedicada ao fomento de tecnologias inovadoras nas áreas de: construções sustentáveis, mobilidade e transporte coletivo, saneamento ambiental e sistemas sustentáveis de energia (MCIT, 2016).

Além dos compromissos firmados com as Agendas internacionais a sustentabilidade nas cidades brasileiras também está definida na nossa legislação, o Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º, inciso I, define:

“a garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (ESTATUTO DAS CIDADES, 2008, P. 15).

O documento também trata da ampliação da democracia no caminho para a sustentabilidade a partir dos conselhos das cidades. No Capítulo I que trata desses conselhos no seu artigo 3 inciso X, determina:

“estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de rede nacional de órgãos colegiados estaduais, regionais e municipais, visando fortalecer o desenvolvimento urbano sustentável” (ESTATUTO DAS CIDADES, 2008, p. 88).

Nesse emaranhado de propostas e Leis que buscam a inserção da sustentabilidade na cidade, há diversos programas, e um deles é do Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), em parceria com a Caixa Econômica, com a iniciativa de Cidades Emergentes e Sustentáveis (ICES). A ICES propõe na América Latina e Caribe a cooperação com algumas cidades médias, com propensões para o crescimento, na adoção de uma política ambiental efetiva na esfera municipal.

Tais programas, iniciativas, propostas etc. são de suma importância para a promoção de uma cidade sustentável. Pois, auxiliam na tomada de decisão e na escolha da melhor metodologia para se aplicar as cidades. Apesar da diversidade de propostas de implementação da sustentabilidade na cidade onde cada um tem a sua particularidade e diferencial o que os uni é a redução dos impactos socioambientais causado pelo nosso modelo de sociedade. Assim,

nessas propostas devem ser considerados diversos aspectos que partem de uma perspectiva interdisciplinar que vai desde um consumo sustentável da população a infraestrutura que busque a diminuição dos impactos, a partir de uma mobilidade urbana sustentável; construções sustentáveis; legislação ambiental municipal; Áreas Verdes etc. A vegetação na cidade é uma das principais características base para uma cidade sustentável.

Para Silva e Souza-Lima (2010) a sustentabilidade é o fim e o desenvolvimento sustentável é o meio, e para atingir esse fim são importantes políticas públicas que visem a diminuição dos impactos. Para isso se necessita de técnicas e metodologias que visem trazer a realidade sobre as questões socioambientais e a partir delas traçar os caminhos e determinar os objetivos a serem alcançados. Os indicadores são de suma importância na caracterização dos problemas ambientais, auxiliando na gestão da sustentabilidade.

2.3. Indicadores de Sustentabilidade

A partir da década de 70, a questão ambiental tornou-se um dos principais pontos no debate mundial, influenciando políticas e os rumos da economia e da sociedade. Ao passo que foi percebido que tínhamos que buscar outras formas de desenvolvimento socioeconômico, e de envolvimento com o meio ambiente, métodos, ferramentas, teorias e conceitos foram sendo adicionado ao debate sobre o futuro e o presente do planeta (DIAS, 2010).

Os indicadores de sustentabilidade foram um dos principais métodos criados na busca por um desenvolvimento menos predatório. Tal método busca dar tangibilidade a questões complexas, difíceis de serem avaliadas por métodos tradicionais. Essa dificuldade acontece devido a questão ambiental envolver diversas áreas do conhecimento e com muitas nuances que impossibilitam uma avaliação que não seja interdisciplinar (BELLEN, 2002).

A sustentabilidade está apoiada por um tripé, composto pelas esferas sociais, ambientais e econômicas. A dificuldade numa conceituação que seja unânime dificulta a definição dos objetivos que se quer atingir. De um lado, teóricos defendendo ações que se enquadram mais numa perspectiva econômica, muitas vezes, até monetária, do outro lado os que defendam um legado mais preocupado com a sociedade e suas incongruências, e por fim, os que focam suas expectativas de um futuro sustentável na preservação da natureza (LEFF, 2011). Com isso, o debate sobre indicadores de sustentabilidade se estende até os dias de hoje sem que tenhamos um sistema de indicadores de sustentabilidade “universal” (BELLEN, 2002).

Braga et. al. (2002), contribui afirmando que as tentativas de construção de indicadores ambientais e de sustentabilidade seguem três principais vertentes. A primeira delas é a biocêntrica, que consiste, principalmente, na busca por indicadores biológicos, físico-químicos ou energéticos de equilíbrio ecológico de ecossistemas. A segunda, a vertente econômica, consiste em avaliações monetárias do capital natural e do uso de recursos naturais. A terceira vertente procura construir índices síntese de sustentabilidade e qualidade ambiental que ajustem aspectos do ecossistema natural a aspectos do sistema econômico e da qualidade de vida humana, sendo que em alguns casos, também são levados em consideração aspectos dos sistemas político, cultural e institucional, levando em consideração o conceito de sustentabilidade.

Para Bellen (2005), indicadores são métodos que agregam e quantificam informações de modo que sua significância fique mais aparente. Eles simplificam informações sobre fenômenos complexos tentando melhorar, com isso, o processo de comunicação. Sobre os indicadores de sustentabilidade o autor fala que devido aos problemas complexos da sustentabilidade o método dos indicadores requer sistemas interligados, indicadores inter-relacionados a agregação de diferentes indicadores.

Para o IBGE (2017), o Indicador de Desenvolvimento Sustentável (IDS):

“é uma das mais importantes fontes de informações sistematizadas sobre os aspectos ambientais, sociais, econômicos e institucionais do desenvolvimento brasileiro. Especialmente em relação às informações ambientais, o IDS se destaca como fonte organizada de dados, onde os mesmos podem ser analisados e relacionados entre si, e com dados sociais, econômicos e institucionais”.

Martins e Candido (2010), dizem que devido a abrangência do desenvolvimento sustentável que tem uma diversidade de aspectos com enfoques diferenciados, a partir de dimensões diferentes, os sistemas de indicadores refletem isso. Assim, diversos tipos de sistemas foram e têm sido desenvolvidos na intenção de mensurar a sustentabilidade.

Apesar de passado muitos anos desde a primeira conferência sobre o meio ambiente, e sobre a adoção e a construção de indicadores que remetam a sustentabilidade, ainda é mantido a avaliação do desenvolvimento levando mais em consideração as questões econômicas. Com isso, apesar de diversos outros sistemas de indicadores, o PIB (Produto Interno Bruto) que é a soma de todos os produtos e serviços produzidos por um país, ainda é o mais utilizado pelos países para a demonstração do seu “desenvolvimento”. Em contraponto a essa realidade existe

o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que é um sistema de indicadores que busca um método que englobe outras nuances além do econômico, relacionando também aspectos sociais.

Veiga (2010), diz que não é mais possível falar a sério sobre indicadores de sustentabilidade sem ter como ponto de partida as mensagens e recomendações que estão no *Report by the Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress*. A orientação mais importante do relatório sobre sustentabilidade foi a ênfase de que qualquer indicador monetário deve permanecer focado apenas em seus aspectos estritamente econômicos. Não apenas porque grande parte dos elementos que interessam não tem preços definidos por mercados. Mas também porque mesmo para os que tenham, não há nenhuma garantia que os preços revelem a sua importância para o bem-estar futuro (STIGLITZ-SEN-FITOUSSI, 2009).

Nesse sentido, diversos sistemas de indicadores foram e estão sendo construídos na intenção de mensurar a sustentabilidade. Van Bellen (2002), destaca alguns modelos desses sistemas: PSR (*Pressure – State – Response*); IDH (Índice de Desenvolvimento Humano); DS (*Dashboard of Sustainability*); BS (Barômetro da Sustentabilidade); EFM (*Ecological Footprint Method*).

Dentre esses tantos sistemas de indicadores de sustentabilidade apresentados, também há outros mais específicos, com o foco não tão abrangente, para não dizer global, mas com objetivos mais locais, como os indicadores urbanos. A cidade é um local de muitos impactos, devido às diversas causas, como a grande utilização de recursos naturais, a retirada de matas e florestas para a construção de grandes centros urbanos, entre outros (LEITE, 2012). Com isso, os indicadores urbanos auxiliam tanto na medição desses impactos como também na orientação em qual direção tomar para se chegar a uma cidade mais equilibrada ambientalmente (MARTINS E CÂNDIDO, 2013).

Braga et. al. (2002), ao propor um sistema de indicadores urbanos, afirma que uma cidade é considerada sustentável na medida em que é capaz de evitar a degradação e manter a saúde de seu sistema ambiental, reduzir a desigualdade social, prover seus habitantes de um ambiente construído saudável, bem como construir pactos políticos e ações de cidadania que o permitam enfrentar desafios presentes e futuros. O autor ainda diz que, frente a questão posta, a sustentabilidade urbana deve ser avaliada a partir de uma combinação de indicadores de Estado, Pressão e Resposta, incluso indicadores de capacidade política e institucional que indiquem tendências de resposta a pressões e desafios futuros. E finaliza afirmando que índices

urbanos podem ser utilizados não apenas para a avaliação comparativa da qualidade de vida e do ambiente na região estudada, como também para auxiliar no processo de planejamento das cidades e microrregiões em relação à integração entre meio ambiente e crescimento/desenvolvimento econômico.

Martins e Cândido (2012), apresentam alguns sistemas de indicadores urbanos de sustentabilidade: Programa de Indicadores Urbanos do Habitat: elaborado na ânsia de apoiar governantes, autoridades locais, sociedade cível com informações e formular políticas públicas efetivas; Programa de Indicadores Urbanos Globais: conjunto de indicadores urbanos padronizados a partir de uma abordagem integrada para a mensuração e o monitoramento do desempenho das cidades; Indicadores de Desenvolvimento Urbanos Sustentável: índice para identificar o nível de desenvolvimento sustentável urbano local aplicado a cidade mais populosas a partir de indicadores dos subsistemas ambiental, urbanístico, demográfico e econômico; Sistema de Indicadores das Cidades: disponibiliza na internet dados sistematizados e georreferenciados sobre os municípios brasileiros; Índice de Sustentabilidade Urbana: proposta apresentada por Braga (2002), busca mensurar a sustentabilidade nos conglomerados brasileiros, a partir dos índices de qualidade ambiental, índice de capacidade político-institucional e índice de desenvolvimento humano municipal (BRAGA, 2006); Índice de Qualidade de Vida dos Municípios Brasileiros: desenvolvido entre 2004 à 2005 pelo Ministério das Cidades; Sistema Integrado de Gestão do Ambiente Urbano (SIGAU): integra um sistema de sustentabilidade urbana às ferramentas de planejamento urbano; Modelo de Monitoramento do nível de sustentabilidade: conjunto de indicadores incorporados às matrizes discursiva, a cidade como na sua representação técnico-material, a cidade como espaço da qualidade de vida, a cidade como espaço da legitimação de políticas urbanas.

Diante disso tudo, os indicadores de sustentabilidade urbana devem estar presentes nas tomadas de decisões locais e globais, orientando os rumos a serem escolhidos numa sociedade que busca a sustentabilidade. Assim, a hospitalidade urbana, que como já exposto, envolve a sustentabilidade na cidade, pode auxiliar o planejamento urbano a alcançar a sustentabilidade a partir do seu próprio modelo de indicadores, dessa forma é importante que essa temática tenha seus indicadores, numa forma de mensurá-la.

2.4. A Hospitalidade

2.4.1. A hospitalidade e seus mitos

O conceito de hospitalidade vai muito além do contexto atrelado ao turismo, ele transcende levando a discussões ontológicas que vão desde o bem-estar da humanidade no meio social a pesquisas sobre o receber o outro. A hospitalidade é debatida e pensada desde a antiguidade de forma aprofundada e até mesmo jurídica, onde em Roma a falta de hospitalidade para com um peregrino ou viajante era considerado crime com previsão de pena (BOFF, 2005).

Ainda na civilização Romana, o mito da hospitalidade, ou o mito de Báucis e Filêmon, do poeta romano Públio Ovídio (43-37 d.C), mostra que essa temática é debatida desde os primórdios de forma séria. Tal mito relata a chegada de dois Deuses, Júpiter (pai-criador do céu e da terra) e seu filho Hermes (princípio de toda a comunicação), que se transformam em flagelados para observar como estava a relação dos mortais, na qual, eles haviam posto em marcha.

O mito conta que os Deuses, após estarem muito decepcionados com a forma na qual os mortais lhes recebiam, sem nenhuma hospitalidade mínima, encontraram o casal Báucis e Filemon, na Frígia, província das mais longínquas e pobres do Império Romano, lugar onde eras desterrados rebeldes e criminosos. Nesse local puderam conhecer a hospitalidade desse casal de idosos que abriram sua casa e recebeu os hóspedes deuses com todo acolhimento possível, chegando a oferecer-lhes a própria cama. Os Deuses chegaram até a se emocionar com tanto zelo para com eles “e seus olhos brotaram lágrimas”. Eis então que veio uma inesperada tempestade que ameaçou pessoas e animais devido à grande quantidade de água. Ao ver essa ameaça Báucis e Filemom se desculparam aos hóspedes e foram apressados socorrer os seus vizinhos. A partir daí repentinamente a tempestade cessou e a choupana foi transformada em um luzidio templo de mármore. “Colunas em estilo jônico enfeitavam a entrada. O teto de ouro reluzia como o Sol”. Júpiter e Hemer finalmente revelaram quem eram, divindades no pleno esplendor de sua glória.

Por tanta hospitalidade, em retribuição, os deuses vos presentearam com um pedido, onde eles escolheram morrer juntos para que um não precisasse cuidar da tumba do outro. Após vários anos servindo aos Deuses no templo, certo dia sentados à tardinha no átrio, recordavam a história do lugar, de como, sem saber, hospedaram os deuses em sua choupana. Nesse momento Filemôm viu que o corpo de Báucis se revestia de ramos de flores, da cabeça aos pés. E Báucis também viu o corpo de Filêmom se cobria de folhagens verdes. Assim se completava

o desejo deles. Filêmom foi transformado num enorme carvalho e Báucis numa frondosa tília. Suas copas e galho se entrelaçavam no alto e assim ficaram unidos para sempre.

Esse mito da hospitalidade ainda é muito conhecido na região da Turquia e seguido por muitos até os dias de hoje, no imaginário de “quem acolhe o peregrino, ou estrangeiro e o pobre, hospeda a Deus” (BOFF, 2005). Reforçando um pensamento de acolhimento e cuidado com o outro, como uma “obrigação” divina.

O autor ainda diz que mito em Grego significa enredo e narrativa. A narrativa costuma se mostrar viva e perpassada de emoção. Revela um enredo que revela o sentido das coisas narradas. Não algo meramente conceitual, embora conceitos sejam usados. Além de obedecer a lógica dos sentimentos, é afetivo. Assim o mito explica que somos urgidos a contar histórias de vida que provocam emoções capazes de acenar para explicações que nos iluminam e abrem a história adiante, em frente (BOFF, 2005).

Ainda na antiguidade, vemos expressões bíblicas que evocam a hospitalidade, como as citações no Primeiro e Segundo Testamento: “A fé na criação diz que todas as coisas nasceram da palavra de Deus. Por isso Ele é o único senhor. Nós não somos donos da Terra, a Terra é de Deus, e nós somos seus hóspedes e peregrinos (Lv, 25,23). Se somos hóspedes, devemos por nossa parte também hospedar os outros, de forma incondicional e irrestrita. Sob cada hóspede pode se esconder Deus ou um enviado seu, os anjos” (Gn, 19,1ss), (BOFF, 2005, p. 11). Ainda no Primeiro e Segundo Testamento tem-se a referência: “faz justiça ao órfão e à viúva, ama o estrangeiro, pois fostes estrangeiro no Egito” (Dt 10, 18-19; Ex 22, 20;23, 9)” (BOFF, 2005, p. 147).

Desta forma a hospitalidade faz parte do imaginário, da crença e da vivência das sociedades humanas desde os primórdios de forma que o receber o outro é tema de reflexão desde sempre, estando no âmago da nossa civilização. Além da forma mítica e religiosa que vimos, a posição da hospitalidade na formação da nossa sociedade também fez parte da nossa evolução social. Somo seres que necessitam de cuidados durante muitos anos das nossas vidas esse cuidado com o outro está na discussão filosófica da hospitalidade e principalmente na nossa evolução humana.

A hospitalidade parte da sociabilidade, é importante perceber que isso não significa apenas encontrar pessoas, tais relações é a égide da humanidade. O ser humano é o que é pela sua relação com o outro, somos seres predominantemente comunitários. Desde os primórdios

da evolução humana em todos os estágios se encontra a relação com o outro, portanto, se relacionar é a nossa natureza.

Aprofundando ainda mais essa questão, pode-se dizer, sustentado em Edwar. O. Wilson (2013), que estudou a evolução social humana, que a o processo de evolução humana até o estágio atual só foi possível devido à hospitalidade. Tal afirmação é tão confusa quanto complexa, mas Wilson (2013, p.19), nos explica que:

“[...] para jogar o jogo à maneira humana, as populações em evolução tiveram de adquirir um grau crescente de inteligência. Tiveram de sentir empatia pelos outros, avaliar as emoções, tanto de amigos como de inimigos, julgar as intenções de todos eles e planejar uma estratégia para as interações sociais”.

O autor parte do conceito da eussocialidade para defender a tese de que a evolução social humana partiu da relação com o outro. A eussocialidade é condição de várias gerações organizadas em grupos por meio de uma divisão altruísta do trabalho, “foi uma das grandes inovações na história da vida” (WILSON, 2013, p.18). O autor assevera que apenas três espécies em todo o planeta conseguiram o estágio da eussocialidade, o mais avançado do comportamento social, entre elas os humanos (além das abelhas e formigas). Wilsom revela no seu livro como essas espécies chegaram a essa evolução e seus benefícios para as espécies.

A eussocialidade, veio a existir partindo de dois passos. Primeiro: em todas as espécies de animais que alcançaram a eussocialidade, sem exceção, a cooperação altruísta protege um ninho persistente e defensável de inimigos, sejam predadores, parasitas ou competidores. Segundo: esse passo tendo sido dado, o cenário estava armado para a origem da eussocialidade, em que os membros de grupos pertencem a mais de uma geração e dividem o trabalho, sacrificando ao menos alguns de seus interesses pessoais em prol dos interesses do coletivo. Trazendo Gotmman (2001) *apud* Grinover (2007, 23), para fazer um comparativo com essa afirmação, a autora diz que a hospitalidade se define como uma situação que “permite a indivíduos retribuir serviços e ajudas que facilitam, enquanto práticas de sociabilidade, o acesso a recursos locais, o compromisso de relações que ultrapassam a interação imediata e assegura a reciprocidade”. Também é importante frisar a perspectiva filosófica de Emmanuel Levinas, onde ele fala na filosofia da alteridade, ou da abertura do Eu para o Outro, que se estabelece no contexto do Eu como auxílio para a realização do Outro.

A relação da evolução humana com a hospitalidade também se dá pela comensalidade. Wilson (2013) fala que os pré-hominídeos foram os primeiros ancestrais do *Homo Erectu*, que passou a dominar o fogo e com isso passou-se a cozinhar. “Cozinhar tornou-se um traço humano

universal. Com a partilha de refeições cozidas, adveio uma forma universal de conexão social” Wilson (2013, p. 51). “A comensalidade, ou partilha de alimentos, foi um dos fatores estruturantes para a organização social. Desse modo, a sociabilidade manifesta-se sempre na comida compartilhada” (MOREIRA, 2010, p.23). Dessa maneira o ato alimentar está totalmente associado à hospitalidade sendo um dos preceitos fundamentais nesse conceito (BOFF, 2005; DERRIDA, 2003).

Quando Wilson (2013) fala exclusivamente da natureza humana ele diz que essa, além da complexidade e dificuldade em elucidar, é a busca de estudos de diversos pesquisadores, das mais diversas áreas, que vão desde as ciências naturais à teologia. Contudo Wilson cita a lista com os 67 comportamentos e instituições sociais dos Arquivos da Área de Relações Humanas, compilados no clássico estudo de Georg e P. Murdock de 1945, que coloca que dentre todos esses, a Hospitalidade como parte da natureza humana.

Lashley e Morrison (2004), afirmam que a hospitalidade pode ser concebida como um conjunto de comportamentos originários da própria base da sociedade. A partilha e a troca dos frutos do trabalho, adicionado a mutualidade e a reciprocidade, associados originalmente à caça e à coleta de alimentos, são a essência da organização coletiva. Para Boff (2005), a hospitalidade está na base da humanidade, e da convivência civilizada. Sem ela regrediríamos à sociedade selvagem, a que é chamado de “estado natural”. Camargo (2004) diz que a origem da hospitalidade surge da necessidade e que o calor humano ao receber ou realizar a expectativa do outro é o substrato da ética da hospitalidade.

Desse modo, o conceito de hospitalidade não pode ser considerado apenas um prisma comercial como é vista por muitos na atualidade, ela é mais profunda indo ao âmago da evolução da sociedade e das suas relações, na qual, perpassou por de toda a história humana não como coadjuvante, mas como elemento principal para a promoção da evolução do ser humano e, conseqüentemente, social. É importante localizar essa temática nos contextos nas quais ela compete de forma a ampliar os seus estudos e reflexões resultando na sua pungência no debate acadêmico e social.

2.4.2. A Hospitalidade e suas abordagens

A hospitalidade passou a ser relegada às práticas turísticas e hoteleiras nos EUA, na busca por um termo “simpático” a hotelaria, devido o desprezo dado as palavras turismo e hotelaria, resultado da sua relação mercadológica. Dessa forma, a palavra hospitalidade tornou-

se um adjetivo a um serviço de qualidade do turismo e da hotelaria e o seu sentido foi diminuído. No entanto, seu conceito sempre esteve atrelado a questões mais complexas como fato social, ética, e o encontro, que como visto, está no âmago da formação da nossa sociedade (CAMARGO, 2008).

Para Denker (2006), a hospitalidade faz parte do dia a dia e se manifesta nas relações que envolvem as ações de convidar, receber e retribuir visitas ou presentes entre indivíduos que constituem uma sociedade, como também formas de visitar, receber e conviver com indivíduos que pertencem a outras sociedades e culturas; desse modo, pode ser considerada com a dinâmica do dom, que no pensamento de Maus (1946) é um sistema de relações sociais. Todas as sociedades têm normas que regulam essas relações de troca entre as pessoas, o que parece demonstrar que, de alguma maneira, elas atendem a uma ou mais necessidades humanas básicas.

Camargo (2008) divide o conceito de hospitalidade em duas frentes: “noção adjetiva” e da “noção subjetiva”. A hospitalidade como algo desejável que aconteça num encontro, seria a noção adjetiva. A noção subjetiva estaria em entendê-la como um conjunto de peripécias que sempre acontecem. Na perspectiva da primeira frente, confunde-se um juízo de realidade, o fato (o que é) e um juízo de valor (o que deve ser). Hospitalidade seria, então, um atributo de determinados encontros entre anfitriões e hóspedes, o chamado encontro hospitaleiro, mas não necessariamente de todos os encontros. Já na segunda, juízos de realidade e de valor são entendidos separadamente para poderem serem mais bem colocados em perspectiva, posteriormente. Hospitalidade seria toda forma de encontro entre alguém que recebe e alguém que é recebido, mesmo que aquilo que se passe nesse encontro não mereça o adjetivo hospitaleiro.

Para Lashley e Marrison (2004), a hospitalidade se encontra na base da sociedade humana, e tem como função estabelecer relacionamentos ou promover um relacionamento já estabelecido. É a possibilidade de encontros que pode levar a relacionamentos, propiciando a troca e o benefício mútuo para o anfitrião e o hóspede.

Selwyn (2004), numa perspectiva antropológica, afirma que a função inicial da hospitalidade vai além de estabelecer um relacionamento; é promover relacionamentos já existentes. Os atos ligados com a hospitalidade, desse modo, resultam em estruturas de relações, afirmando-as simbolicamente ou, transformando-as, no caso do estabelecimento de uma nova estrutura de relações. Nessa última situação, os que dão e/ou os que recebem hospitalidade não

são mais os mesmos, depois do evento, como eram antes (aos olhos de ambos, pelo menos). O autor ainda diz que a hospitalidade tem a força de transformar: estranhos em conhecidos, inimigos em amigos, amigos em melhores amigos, forasteiros em pessoas íntimas, não-parentes em parentes.

Buscando compreender e se aprofundar na complexidade do conceito da Hospitalidade, Lashley e Marrison (2004), propõem dividir essa tônica em perspectivas, tal divisão se dá em: social, comercial e privado. A hospitalidade no domínio social deve ser vista por uma perspectiva sociológica, filosófica, antropológica e histórica. Seu foco de pesquisa deve observar as reais necessidades e grau de importância de relacionamentos sociais de diferentes *status*, a cultura, o povo e o período histórico, entre outras questões. A hospitalidade no domínio comercial é a mais disseminada, ela se dá pela “indústria da hospitalidade”, tal indústria envolve serviços de hotel, bar, restaurante e lazer. Essa é a área, na qual, se encontra os maiores números de estudos na hospitalidade, focados na gestão. Sua promoção se dá devido ao mercado. Alguns autores questionam se esse domínio se enquadra no conceito de hospitalidade, que se estabelece na doação ao outro sem esperar uma contrapartida monetária. Um debate profundo que revela que a hospitalidade pode existir mesmo que seja partindo de uma troca monetária. Já a hospitalidade privada, podemos dizer que é o âmago da teoria da Hospitalidade. É a menos estudada e a mais praticada. Esse domínio reflete sobre o receber em casa. Receber um vizinho, um familiar, sobre as reuniões de família em momentos especiais, como o Natal, a Páscoa etc.

Tal livro é considerado muito importante na pesquisa da hospitalidade, pois dá a amplitude necessária ao tema e orienta trabalhos que tenham como foco a temática e seus contextos diversos. A obra ainda mostra que a hospitalidade não deve ser estudada com base apenas nas ciências aplicadas à gestão, mostra a posição das ciências sociais na pesquisa sobre hospitalidade.

Diversos autores e reflexões acerca dessa temática vêm nos fazendo refletir sobre a abrangência e o posicionamento da hospitalidade no âmbito acadêmico e social, relegando o tema a um posicionamento que deve acompanhar, como visto, a evolução da humanidade e suas relações. Tais pesquisas se encontram em diferentes áreas mostrando a transdisciplinaridade que é a temática. Os estudos socioantropológicos e filosóficos que trazem a hospitalidade como tema central são importantes reflexões que sustentam a amplitude desse conceito e dão o Norte para o aprofundamento das ciências sociais no debate científico sobre esse tema.

O antropólogo Marcel-Maus é uma das maiores referências no âmbito da pesquisa social da hospitalidade, estudou as sociedades antigas a partir dos povos da Polinésias, Malinésia e do Noroeste americano (sociedade ancestrais), que resultou no seu clássico intitulado “Ensaio Sobre a Dádiva”, publicado em 1925. Tal estudo traz a hospitalidade como raiz da economia e do direito privado das sociedades atuais.

Para ele, a base das relações sociais está na hospitalidade e parte de um ciclo permanente de trocas. “As sociedades progrediram na medida em que elas mesmas, seus subgrupos e seus indivíduos, souberam estabilizar suas relações em dar, receber e, enfim, retribuir.” (MAUSS, 1950, p. 313). Essa teoria se estabelece partindo das relações de uma tribo para com as outras. Essas tribos trocavam “presentes”, essa troca foi denominada de *potlach* que significa nutrir, consumir, ou sistema de prestações totais, já que essa relação era encontrada em todas as esferas sociais: econômica, religiosa, política, mercadológica e administrativa. A essência das relações dessas tribos estava nos presentes trocados, ou melhor, toda a relação era baseada nisso. Mauss (1950, p. 191) diz que:

“o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente. Enfim, essas prestações e contraprestações se estabelecem de uma forma sobretudo voluntária, por meio de regalos, presentes, embora elas sejam no fundo rigorosamente obrigatórias, sob pena de guerra privada ou pública. Propusemos chamar tudo isso o sistema das prestações totais”.

De acordo com Mauss (1950, p. 211), as trocas de dádiva são muito importantes para a comunidade e para as famílias já para o comércio não têm a mesma finalidade que o comércio e as trocas nas sociedades mais desenvolvidas, já que “a finalidade é antes de tudo moral, seu objetivo é produzir um sentimento de amizade entre as duas pessoas envolvidas, e, se a operação não tivesse esse efeito, faltaria tudo...”. O compromisso moral e ético é o mais importante nesse processo da dádiva que é de receber o presente e retribuir.

Nenhuma pessoa ou família tem a liberdade de negar um presente, pois essa troca tem o sentido da reciprocidade e expressa um sentimento de gratidão e respeito para com o outro. Desse modo, ao mesmo tempo vemos uma liberdade e uma obrigação de dar e receber, assim como uma obrigação e uma liberdade de retribuir. Essas obrigações “se exprimem de maneira mítica, imaginária ou, se quiserem, simbólica e coletiva: essas jamais se separam completamente de quem as troca; a comunhão e a aliança que elas estabelecem são

relativamente indissolúveis” (MAUSS, 1950, p. 202). O fator principal no sistema de dádivas é promover relações, o encontro, o vínculo social, a sociabilidade, o contrato.

E ainda adiciona que com a dádiva, ou seja, os presentes dados e recebidos: “misturam-se as almas nas coisas, misturam-se as coisas nas almas. Misturam-se as vidas, e assim as pessoas e as coisas misturadas saem cada qual de sua esfera e se misturam: o que é precisamente o contrato e a troca” (MAUSS, 1950, p. 212). “Tudo vai e vem como se houvesse troca constante de uma matéria espiritual que compreendesse coisas e homens, entre os clãs e os indivíduos, repartidos entre funções, os sexos e as gerações” (MAUSS, 1950, p. 203). Todo esse processo é baseado em direitos múltiplo e deveres tanto de retribuir quanto de consumir. Na base dessa cultura ancestral está o panorama mítico dos povos quando o autor acrescenta: “mas essa mistura íntima de direitos e deveres simétricos e contrários deixa de parecer contraditória se pensarmos que há, antes de tudo, mistura de vínculos espirituais entre as coisas” (MAUSS, 1950, p.202).

Essas características de trocas das sociedades antigas revelam uma sociedade que tinha no, seu cerne, a doação ao outro, a abertura do seu lugar, a solidariedade, ou seja, hospitalidade. O antropólogo complementa afirmando que na visão das “sociedades ancestrais”, é que “é da natureza do alimento ser partilhado, não o dividir com outrem é "matar sua essência”, é destruí-lo para si e para os outros. Tal é a interpretação, materialista e idealista ao mesmo tempo, que o bramanismo deu da caridade e da hospitalidade” (MAUSS, 1950, p. 203). Para Severine, (2013), o “Ensaio sobre a dádiva” entende a hospitalidade como sendo a chave explicativa das relações sociais nas sociedades primitivas.

Saindo do campo antropológico e indo para o horizonte da filosofia, Emmanuel Levinas (1980) sugere uma nova ética filosófica, baseada na filosofia da alteridade, ou uma utopia. Para o filósofo a “filosofia da alteridade” deve ser baseada em uma nova subjetividade, antes baseada na centralidade do “Eu”, com filósofos como Descartes e Kant, que nas suas reflexões partiam de si para si. Levinas sugere transcender para um sentido “Eu-para-Outro”.

Logo no início do seu livro “Totalidade e Infinito” ele diz: “Este livro apresentará a subjetividade como acolhendo ao Outrem, como a hospitalidade” (LEVINAS, 1981, p.16). Levinas debate a subjetividade partindo da crítica da ética, onde a ética filosófica não é uma ética que acolhe o outro, ela parte do Eu. O Outro estimula em nós a ética. O Outro nos obriga a uma atitude ou de acolhida ou de rejeição. Assim, a ética é a filosofia primeira.

Para Lobo (2005), Levinas pensava na relação com o outro, como devemos aprender a nos despirmos de nossa subjetividade autocentrada para uma convivência devotada e sempre acolhedora do outro. A “alteridade do Outro” constitui a subjetividade ética em Levinas. Uma subjetividade descrita como acolhimento, na forma de hospitalidade ao estrangeiro que nos vem ao encontro e resposta no sentido de que assume a insubstituível responsabilidade pelo Outro até a substituição. Com isso, ao reconstruir a subjetividade, Levinas cria as possibilidades de edificação de um novo humanismo – um humanismo do outro homem. Uma humanidade que, antes de ser livre e autônoma, é responsável e capaz de acolher o Outro na sua absoluta alteridade (MIRANDA, 2014).

O filósofo francês Jacques Derrida, que tem forte influência de Emmanuel Levinas fala sobre a relação da hospitalidade consigo mesmo e a abertura de si ao receber o outro. O filósofo traz a questão da hospitalidade para a atualidade com a política de imigração do mundo atual e a relação da sociedade com as diferenças. Para o filósofo estamos vivenciando uma hospitalidade mascarada, teatral, falsa, baseadas nas políticas do direito internacional, uma hospitalidade condicional (DERRIDA, 2003). O Filósofo também expõe sobre dois tipos de hospitalidade na sociedade: a “hospitalidade condicional” e “hospitalidade incondicional”.

Ele explica que hoje para alguém ser recebido em determinado lugar é preciso ter um histórico de família, um nome de família, e estar ajustado aos moldes da sociedade a qual o está recebendo. E acrescenta que uma reflexão, sobre a hospitalidade pressupõe, entre outras coisas, a possibilidade de uma delimitação rigorosa das soleiras ou fronteiras: entre o familiar e o não-familiar, entre o estrangeiro e o não-estrangeiro, entre o cidadão e não-cidadão. Mas primeiramente entre o público e o privado. Para tal formalidade obrigatória estar relegada a hospitalidade condicional, ou seja, condicionada a algo, à burocracia: visto de permanência, documentação etc.

Em contrapartida à hospitalidade condicional, o filósofo propõe uma outra, a hospitalidade incondicional. Suas características se dão em receber o outro e oferecer-lhe toda a sua hospitalidade sem nenhuma contrapartida, nem ao mesmo seu nome, numa forma de mostrar que acolher é inicialmente um ato de humanidade, de solidariedade que devem fazer parte da essência humana (DERRIDA, 2003). Desse modo para Derrida a hospitalidade deve se mostrar como questão primordial nas relações sociais.

Assim, como Derrida, Levinas é um filósofo contemporâneo, onde seus pensamentos são atuais e necessários a uma humanidade egoísta e egocêntrica, sem hospitalidade. Eles

mostram que é necessária uma nova relação humana, essa baseada na abertura ao diferente. Essa abertura ao outro, ao acolhimento do outro, é a hospitalidade:

nenhuma relação humana ou “inter-humana” pode desenrolar-se fora da economia, nenhum rosto pode ser abordado de mãos vazias e com a casa fechada: o recolhimento numa casa aberta a Outrem — a hospitalidade — é o fato concreto e inicial do recolhimento humano e da separação, coincide com o Desejo de Outrem absolutamente transcendente (LEVINAS, 1981, p. 154).

Ainda no campo da filosofia Gotmman (1997) afirma que Kant posiciona a hospitalidade a um direito de acesso universal, imposto pela necessidade econômica de negociar com o mundo e pragmática por reunir-se em uma terra redonda e limitada. Dessa forma, a hospitalidade é, antes de mais nada, uma essência do ser humano, apagada por uma sociedade que tem no seu princípio a competição e a diminuição do outro. Porém, por mais que esteja apagada, a hospitalidade nunca deixará de existir, pois somos seres sociais e assim não temos como convivermos sem o mínimo de hospitalidade.

Com tudo isso, a hospitalidade se mostra como uma teoria sociológica e filosófica, onde cada frente abre caminhos para a pesquisa nesta área, atrelada a uma perspectiva de relação social, onde essa está no centro das relações interpessoais, como mostrou Mauss, antes nas tribos ancestrais e hoje no mundo inteiro.

No cenário das nações a hospitalidade é atual e se relaciona com diversos temas da contemporaneidade, tais como, imigração, exclusão social, racismo, preconceito, xenofobia, “turismofobia” (cidades como Barcelona que estão em um movimento contra a atividade turística), etc. (RAFFESTINE, 1997). Todas essas questões perpassam pela ótica da hospitalidade ao mesmo tempo que todos esses eventos acontecem em um lugar, a cidade. Como a convivência entre as pessoas, os espaços urbanos também devem ser tratados pelo mote da hospitalidade. Pois a hospitalidade para acontecer é necessário ter socialização e um lugar e por tantas vezes esse lugar é a cidade.

2.4.3. A Hospitalidade Urbana

A Hospitalidade Urbana é uma temática recente que vem a cada dia abrindo novos horizontes para a pesquisa na área da urbanidade. A temática nasce com a ânsia da promoção das relações sociais em nível de integração e igualdade com a cidade e sua complexidade, onde a estrutura urbana seja pensada, planejada e estruturada buscando o encontro, a receptividade, a sustentabilidade, a qualidade de vida e a igualdade (GRINOVER, 2013).

Grinover (2006), um dos pesquisadores brasileiros com mais destaque no tema, diz que a hospitalidade urbana, agora, é um modo de garantir a heterogeneidade da cidade e a riqueza de sua socio-diversidade, que encontra sua forma quase que determinante no espaço social e antropológico. Se esse espaço tiver uma característica construída, se chega ao que pode se denominar de lugar: uma rua, um jardim, que induz ao diálogo, à conversação, ao encontro, um espaço público ou privado, onde se pratica a hospitalidade.

O autor mantém uma linha de raciocínio conduzida à hospitalidade urbana baseada numa percepção urbanística e defende uma visão buscando estruturar a temática em três princípios: a acessibilidade, a legibilidade, e a identidade. Acessibilidade: evoca diferentes conceitos ligados às possibilidades de acesso dos indivíduos, ou de grupos sociais, a certas atividades ou serviços que devem estar presentes na cidade, carecendo proporcionar a igualdade de oportunidades aos usuários urbanos e partindo do princípio de que o acesso à cidade é um direito de todos. Além da acessibilidade física, tangível, há outro tipo de acessibilidade que se pode denominar de intangível: trata-se da acessibilidade à cultura, à informação, à escola, a um curso, ao lazer... Enfim, essa característica evoca o direito das pessoas de se realizarem na cidade. A legibilidade: é a qualidade visual de uma cidade, de um território, examinada por meio de estudos da imagem mental que dela fazem, antes de qualquer outro, os seus habitantes. Com a legibilidade pretende-se indicar a facilidade com que as partes de uma cidade podem ser reconhecidas e organizadas num modelo coerente, onde essa leitura influencia no dia a dia da cidade e na sua construção social. A identidade parte da origem de que uma cidade tem que ter identidade. Entendo-a como algo formado ao longo do tempo, chegam à conclusão de que as velhas identidades, por muito tempo baluartes do mundo social, estão em franca dissipação, fragmentando o indivíduo moderno até então considerado um sujeito unificado e criando identidades novas num ciclo infinito (GRINOVER, 2006). Grinover tem um visão mais urbanística da hospitalidade urbana.

Já Severine (2013) defende que, no contexto da vida contemporânea, a hospitalidade dos lugares é medida pelo tipo de sociabilidade que instauram, pelo espírito humano que os anima, e não tanto pelos rituais de recepção que tradicionalmente caracterizam o acolhimento na nossa casa. Ou seja, o espaço da hospitalidade urbana não é exclusivamente público, mas todos aqueles espaços de uso comum, uso coletivo, o que inclui ainda todos os espaços privados de uso público. A autora também vê a temática partindo do conceito de dádiva de Mauss, e na trindade dar-receber-retribuir.

A fim de estabelecer o vínculo social, busca-se “dar” algo, que pode ser um presente, um serviço ou a própria hospitalidade. Essa “doação” é o que caracteriza todo o processo, pois quem recebe terá que retribuir um dia, criando um ciclo sem fim. Mas a retribuição na dádiva não é o objetivo final. Você dá para que o outro também dê (SEVERINE, 2013). Nesse panorama, o Estado “dar”, partindo das políticas públicas, uma estrutura, tanto física, quanto socioeconômica, que promova a qualidade de vida às pessoas na cidade. E Severine (2013, s/p), continua:

“O sistema de dádiva na hospitalidade urbana, portanto, pode ser pensado como uma relação imensurável. Não se pode medir o que o anfitrião dá. Nessa relação não é possível identificar o quanto se dá e o quanto se recebe. No caso específico do visitante (ou hóspede urbano), ele estará sempre em dívida com o grande doador, uma vez que este dá algo que é incalculável e cuja retribuição equivalente não se pode esperar”.

Tal visão pode ser considerada uma visão socio-filosófica da hospitalidade urbana, onde traz à tona uma crítica relegada na relação Estado-público, explicitando a função do Estado e das obrigações da sociedade civil que compõe o sistema urbano. A obrigação do Estado está na ampliação da democracia, para que as pessoas possam participar da construção de políticas públicas na cidade; está na ampliação do acesso público de questões básicas como educação, saúde, segurança, lazer etc. As obrigações das pessoas também passam pela valorização, proteção e manutenção do que é público, ou seja, um ato de vandalismo como quebrar um banco de uma praça é um ato de hostilidade; pelo respeito ao outro e as suas diferenças raciais, sexuais, sociais etc.; pela cidadania, participando – quando o Estado oferece espaço – das decisões e contribuindo com ideias na construção da cidade.

Essa visão que busca fortalecer os espaços públicos, numa percepção de cidade que parte do benefício para as pessoas, pode ser apoiada em Jan Gehl (2013) que propõem uma cidade pensada e estruturada para as pessoas. Para o autor quando a estrutura urbana estimula as pessoas a estarem na rua, as pessoas interagem mais umas com as outras, numa conversa, numa cordialidade na rua, etc. esse fato torna a cidade mais viva, as relações sociais ficam mais aparentes e fortalecidas (JAN-GHEL, 2013).

Nesse caminho do planejamento urbano Janes Jacobs (2014), uma das mais conhecidas estudiosas do sistema urbano, diz que a “cidade são as ruas”, fala que a composição principal de uma cidade são as ruas, pois é nela onde as pessoas se encontram (ou não), e constroem a identidade urbana, ou seja, para a autora essa identidade é construída através das relações sociais. Para Jacobs (2014, p. 29):

“ao pensar numa cidade, o que lhe vem à cabeça? Suas ruas. Se as ruas de uma cidade parecerem interessantes, a cidade parecerá interessante; se elas parecerem monótonas, a cidade parecerá monótona. Mais do que isso, se as ruas da cidade estão livres da violência e do medo, a cidade está, portanto, razoavelmente livre da violência e do medo”.

A autora aprofunda sua percepção sobre a influência das ruas nas cidades, onde ela mostra que as ruas são importantes porque é nela onde se tem os encontros, onde “as pessoas se olham umas às outras”. Jacobs fala de uma cidade que deve ser planejada para proporcionar as relações sociais. Ela diz que “as ruas devem não apenas resguardar a cidade de estranhos, devem também proteger os inúmeros desconhecidos pacíficos e bem-intencionados que as utilizam”. E continua: “a segurança das ruas é mais eficaz, mais informal e envolve menos traços de hostilidade e desconfiança exatamente quando as pessoas as utilizam e usufruem espontaneamente” (JACOBS, 2014, p. 34). O destaque no texto foi feito para mostrar que a autora fala explicitamente sobre a hospitalidade nas ruas, pois hostilidade é o oposto de hospitalidade, assim o que é passado é que quanto mais relações de trocas sociais houver numa cidade, num bairro, numa rua, mais hospitaleira ela será.

Jacobs (2014), ainda diz que o planejamento das cidades deve partir das pessoas, e que não adianta planejar a cidade se baseando em preceitos teóricos da universidade, quando são os anseios das pessoas que movem a urbe. Lefebvre (2011), diz que temos que ir em direção ao Direito à cidade, ou seja, a vida urbana, que seria a condição de um humanismo. Le Corbusier (1993, p. 142), nas suas últimas linhas da Carta de Atenas afirma que:

“O direito individual não tem relação com o vulgar interesse privado. Este, que satisfaz a uma minoria condenando o resto da massa social a uma vida medíocre, merece severas restrições. Ele deve ser, em todas as partes, subordinado ao interesse coletivo, tendo cada indivíduo acesso às alegrias fundamentais: o bem-estar do lar, a beleza da cidade”.

Assim, a hospitalidade na cidade tem como base esses teóricos dos estudos urbanos que já observavam as vantagens de um planejamento que tenha as pessoas, e as suas relações, como foco há tempos. Isso fortalece o debate dando uma sustentação robusta.

Já pela ótica de Wassal e Sales (2019), a hospitalidade no contexto urbano é um misto de elementos heterogêneos que constroem um todo: hospitalidade e hostilidade, turista e morador, apropriação e ocupação de espaço, coletividade e individualismo. São ambivalências, valores e conceitos indissociáveis para compreensão das relações nas cidades modernas.

Silva e Bitelli (2019), dizem que a hospitalidade urbana se dá no e para o espaço público. As relações entre homem x espaço devem se apropriar e investir em espaços públicos de

qualidade, em condições de receber, alojar e entreter turistas e moradores (pessoas). Os autores ainda dizem que “possivelmente, em qualquer circunstância de integração social, a hospitalidade estará sendo praticada” (SILVA E BITELLI, 2019, p.94).

Já para Camargo (2006) a hospitalidade urbana parte da cidade, que é a emissora e receptora, porta de entrada e de saída dos fluxos de pessoas de diferentes países que acontecem pelas mais variadas razões, desde a consagração do direito de ir e vir interno às nações, quando é incondicional, e entre as nações, quando esse direito é regulado por tratados específicos, condicional. A cidade, de alguma forma, (não) se organiza para facilitar tanto o ir (de seus próprios cidadãos) como o vir (de cidadãos que podem, em tese, vir de todo o mundo), sejam eles pobres migrantes em busca de melhores oportunidades de vida, sejam turistas. Seria um truísmo, dentro dos padrões capitalistas vigentes, afirmar que os turistas são mais bem tratados do que os migrantes.

Tais características de cidades, na qual, prezam por uma lógica do consumo do lugar, planejada para o lucro, podem ser incluídas na perspectiva crítica ao “urbanismo” de Lefebvre (2019), uma cidade do *habitat* e não do habitar, que se desenvolve buscando o lucro e não uma sociedade urbana (LEFEBVRE, 2019). Nesse sentido, a hospitalidade deve buscar essa sociedade urbana. Para Rafestin (1997) a hospitalidade se coloca frente a um problema para a sociedade contemporânea, que se abandonou inteiramente à mercadoria e, principalmente, ao dinheiro. O autor complementa afirmando que a reinvenção das formas de hospitalidade, que estão igualmente enraizadas em iniciativas públicas e privadas, que são a expressão de um tipo de moralidade natural, não se dá para enfatizar a contradição de nossa sociedade, na qual o sistema econômico opera de acordo com uma espécie de “seleção social” que promove os problemas da exclusão. A hospitalidade urbana se estabelece no surgimento de uma ajuda mútua, mais ou menos espontânea, essencial de se buscar evitar explosões de violência, resultado de uma estrutura de cidade desigual. O significado da hospitalidade é dado como um elemento da sintaxe social que garante o elo “frágil” entre dois mundos: um mundo na economia e um mundo fora da economia.

Esse elo deve ser encontrado a partir de políticas públicas, ou seja, partindo do público. Buscando o fortalecimento dos espaços público e que esse seja acessível a todos. Que seja um espaço para a exibição e construção da população, sem um direcionamento econômico. O Estado, tende a reduzir as aberturas, que são periodicamente reabertas, à força, quebrando regras, às margens das instituições, ou desviando-os. A hospitalidade, nesse sentido, não é um

estado, mas um processo permanente de reabertura e relançamento: recomendações, passe livre, que corrige (mas também subverte) os critérios de seleção excessivamente restritiva a reintrodução da pluralidade na redistribuição de mercadorias (GOTMMAN, 1997).

Para Matheus (2002), o que vem diminuindo a hospitalidade nas cidades é o modelo produtivista das cidades, que resulta em um quadro caótico de violência e gera um nível de medo e tensão entre os seus habitantes, diminuindo a visitação aos ambientes públicos. Tal fato acarreta uma carência da vida cultural e de atividades sociais e coletivas, ou seja, diminui os laços sociais. É importante que o planejamento urbano se alinhe aos preceitos da sociabilidade, e aos estudos da hospitalidade para que possam reverter essa realidade urbana atual.

Dentro da esfera da pesquisa na hospitalidade pública pode-se estudar desde as questões relacionadas aos domínios do Estado, como os assuntos ligados aos contratos comerciais, a legislação sobre estrangeiros e outros assuntos diplomáticos, até às questões relacionadas ao espaço físico da cidade e as relações que se estabelecem nas ruas - normalmente tratadas na esfera da hospitalidade urbana (SEVERINE, 2013).

Outra ótica atrelada a hospitalidade urbana é o estudo de “espaços geográficos da hospitalidade” como conceitua Bell et. al. (2007). Esse autor busca atrelar a hospitalidade comercial a regeneração de áreas das cidades que foram a princípio degradadas, a exemplo são locais próximos a antigos distritos industriais, caso muito corriqueiro em países como os EUA, onde cidades inteiras foram construídas para atender a uma demanda industrial e, após anos de atividades, viu seu declínio após a falência de empresas ou redução da produção industrial. O autor fala que busca aproveitar discussões recentes sobre os espaços e geografias da hospitalidade na cidade contemporânea e usá-las para explorar as relações entre práticas de hospitalidade comercial e processos de regeneração urbana. Bell é americano, e como tal, segue uma escola que, predominantemente, relaciona a hospitalidade às questões comerciais. A perspectiva do autor é importante e relevante, buscando unir dois quadros da hospitalidade: a urbana e a comercial, objetivando a regeneração de determinados locais. Veja o que ele argumenta sobre a sua visão:

Quero argumentar que o que poderíamos chamar de 'hospitalidade mundana' está sendo forjado, através de espaços comerciais, como uma parte importante de tornar a 'cidade hospitaleira' - de produzir uma identidade urbana distinta, centrada na experiência de espaços de consumo e usada como dispositivo de promoção do local (Neal, 2006). Essa ideia de cidade hospitaleira tornou-se importante para a promoção de cidades pós-industriais em regeneração que se vendem como espaços de lazer e prazer (BELL, *et. al.*, 2007, p. 8)

A visão na qual Bell coloca a hospitalidade urbana é a busca de ocupação cultural em espaços com atrativos privados como bares, restaurantes e cafés. O autor coloca que isso estimularia a promoção dos encontros e das relações sociais através do senso coletivo, da comensalidade, e da solidariedade, além de dar uma identidade cultural a um local que porventura estivesse passando por um processo de degradação. Leite (2012), chama a revitalização desses espaços de “*clusters* urbanos criativos”. E Jacobs (2014) diz que bares e restaurantes concentram pessoas e que pessoas atraem pessoas deixando o local onde esses se encontram mais hospitaleiro. Citando Zukin (1993) que estudou a mudança do capital urbano nos EUA, Bell, defende que os locais para comer e beber têm um papel central na produção de novas formas de vida da cidade, associadas à revitalização de bairros urbanos desindustrializados e degradados.

Apesar da importância e, mais uma vez, da relevância do trabalho de Bell, cabe ressaltar que dentro de um espectro de cidade capitalista, tais abordagens podem gerar um processo de gentrificação, onde é importante um maior aprofundamento tanto no estudo como, eventualmente, no planejamento dos “espaços geográficos da hospitalidade”. Nesse contexto, se percebe que a hospitalidade urbana se mostra complexa e um importante meio para o estudo da urbanidade atual, relegando questões tanto no âmbito comercial como social, buscando compreender as relações sociais e as identidades urbanas, os tratados internacionais que tratam de migrações, a relação do Estado com a população etc. tudo isso girando em volta de um todo, a sociabilidade.

Grinover (2013) afirma que estudar a cidade é ir além das constatações óbvias sobre o real que se manifesta no urbanismo, é considerar outras importantes variáveis que dão referências e valores ao espaço urbano, seu caráter hospitaleiro ou não, a partir de sua referência visual e de sua história. Estudar a cidade é procurar quais elementos e estruturas as podem conferir o estado de hospitaleira ou, ao contrário, inospitaleira, isto é, as categorias — a saber, as categorias sociais, culturais, históricas, econômica e ambientais, consubstanciadas na acessibilidade, legibilidade e identidade desse espaço que denominamos cidade — amarradas pela distância geográfica e pela distância temporal, isto é, as medidas urbanas.

E nesse estudo, um dos atributos fundamentais, que servem de base para uma cidade hospitaleira, é a natureza que nela se manifesta. A conservação ambiental traz diversos benefícios, que serão elencadas adiante, que fazem com que a cidade se torne mais confortável,

atrativa, acolhedora e até mesmo igualitária, aspectos que influenciam diretamente na qualidade de vida das pessoas e que se relacionam com o conceito de hospitalidade.

2.4.4. Hospitalidade e Natureza na Cidade

Já foi visto que a hospitalidade parte da interação entre as pessoas, nas relações sociais. Também foi exposto como essas relações se dão no nível urbano e quais os elos que influenciam a sociabilidade na cidade. Se percebeu que a hospitalidade faz parte da natureza humana e é sabido, num contexto nenhum pouco antropocêntrico, que os humanos são, indubitavelmente, natureza. Mas onde a natureza se estabelece no meio dessas relações sociais hospitaleiras? E quais suas influências para uma hospitalidade urbana?

Como parte do contexto hospitaleiro as áreas de natureza conservada na cidade são incorporados como espaços que devem ser utilizados ou percebidas na promoção da hospitalidade urbana, pois além de se consistirem em sua composição conceitual e legal de propiciar o lazer, essas áreas também são importantes para a qualidade ambiental e, conseqüentemente, para a qualidade de vida de uma cidade, auxiliando no controle da poluição, diminuição de ruídos, amenização do clima, qualidade da água, e se mostram como ambientes que ajudam na saúde física e mental da população.

Nucci (2008), corrobora discorrendo sobre a relevância da arborização urbana, que é um atributo importantíssimo, porém, negligenciado, no desenvolvimento das cidades. O autor também diz que:

“A vegetação, diferentemente da terra, do ar e da água, não é uma necessidade óbvia na cena urbana. A cobertura vegetal, ao contrário de muitos outros recursos físicos da cidade, é relacionada pela maioria dos cidadãos mais como uma função de satisfação psicológica e cultural do que com funções físicas” (Nucci, 2008, p. 23).

A vegetação na cidade, na maioria das vezes, se encontra nos “Espaços Livres” (canteiros, jardins, praças, parques, áreas verdes). As áreas verdes ou espaços verdes são superfícies em áreas urbanas na qual o elemento fundamental de sua composição é a vegetação (ANDRADE E PERÚ, 2012). Tais áreas são de fundamental importância para a ecologia urbana e na promoção de aspectos sociais, esses locais (principalmente parques e jardins públicos) são adequadas para a coexistência e socialização de diferentes grupos sociais, servindo para reafirmar a integridade humana (ANDRADE E PERÚ, 2012).

A natureza sempre teve uma relação próxima com a convivência na cidade. A utilização do verde urbano especialmente em relação aos jardins, constituem-se em um dos espelhos do

modo de conviver dos povos que o criaram nas diferentes épocas e culturas. A princípio estes tinham uma função de dar prazer à vista e ao olfato. Somente no século XIX é que assumem uma função utilitária, sobretudo nas zonas urbanas densamente povoadas (LOBOTA E ANGELS, 2005). Os parques e/ou jardins urbanos foram precedentes ao que é apresentado hoje por Espaços Livres e Áreas Verdes, tais áreas podem ser consideradas o elo entre a cidade e a natureza (SEGAWA, 1996).

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, contudo, com uma extensão maior que as praças e os jardins públicos (MMA, 2020). Áreas Verdes são um tipo especial de espaços livres, no qual, além da vegetação como elemento fundamental em sua composição deve, junto a um solo permeável representar 70% da área e satisfazer a três objetivos principais que são: ecológico-ambiental, estético e de lazer (CAVALHEIRO *et. al.*, 1999). Vê-se que os espaços de natureza na cidade têm uma proximidade com o lazer e a convivialidade que são fatores que interagem de forma pujante com a hospitalidade na cidade.

Posto isso, se observa que a hospitalidade tem uma relação íntima com a natureza, pois tem como centro as relações sociais - e a natureza está no centro dessas relações - no meio urbano. Baptista (2008) diz que a relação da sociedade com a natureza deve ser uma relação baseada na hospitalidade, pois essa que dá a identidade dos lugares. Onde uma cidade muitas vezes é conhecida pelo seu cheiro, seu som, sua paisagem, todos esses relacionados à natureza. A autora finaliza afirmando que, devido isso, a natureza molda a identidade da cidade.

A hospitalidade não se dá apenas nos espaços públicos, mas são neles onde essa se apresenta de forma mais abrangente. A cidade precisa desses espaços para a realização do prazer, do gozo, do tempo livre, do encontro, das relações sem o intuito do lucro (LEFEBVRE, 2019) e a natureza representada pelas áreas verdes (parques, bosques, praças) são os lugares indicados para esse propósito. Um lugar que na maioria das vezes é silencioso, com um ar-puro, e uma paisagem exuberante, que acolhe e conforta os seus visitantes, ou seja, um local hospitaleiro.

O caminho rumo à hospitalidade urbana passa pela sustentabilidade e, conseqüentemente, pela promoção das áreas verdes, resultando em uma cidade mais arborizada. A relação da sociedade com a natureza também é um debate que deve se encontrar no centro da hospitalidade urbana com mais frequência. Não há hospitalidade sem natureza e nem

qualidade ambiental sem hospitalidade, então a busca por uma cidade hospitaleira e sustentável deve ser o mote das políticas públicas municipais tendo como base a sustentabilidade.

2.4.5. Hospitalidade e Sustentabilidade na Cidade

Para tratar desse contexto busca-se os conceitos e práticas baseados numa perspectiva de cidade humana e sustentável. Pois, nunca na história da humanidade o meio urbano abrigou tantas pessoas. Atualmente, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), cerca de 70% da população mundial vivem em cidades urbanizadas. Dessa forma, também nunca se usou tanto os recursos naturais, nunca se poluiu tanto, e nunca se teve tanta pobreza concentrada.

O preceito de cidade sustentável torna-se primordial na atualidade para a manutenção de um meio ambiente equilibrado. Hoje no Brasil 84% da população reside em áreas urbanas (IBGE, 2019), tal fato leva a conclusão de que a saída prática para um país mais sustentável deve se iniciar nas cidades.

Leite (2012), afirma que a sustentabilidade no meio urbano é uma urgência a todos os países, pois os impactos causados pelo modelo urbano atual são planetários, ou seja, não se restringe apenas as suas demarcações. Em relação aos impactos, observamos que dois terços do consumo mundial de energia elétrica são provenientes das cidades, além de 75% dos resíduos gerados, e do processo de esgotamento dos recursos hídricos, devido ao consumo exagerado (LEITE, 2012), entre outros muitos problemas.

Na proposta de Leite (2012) para um modelo de cidade sustentável, o autor discorre sobre cidade inteligente e sustentável, e defende a tese de que cidades que promovam ambientes de interação, tolerância e diversidade, serão locais de concentração de pessoas muito produtivas. Essa perspectiva de Leite (2012) vai ao encontro do pensamento da hospitalidade urbana, onde as cidades atuais, são pontos de concentração da diversidade. Grinover (2009), corrobora, ao afirmar que a hospitalidade, é um modo de garantir a heterogeneidade da cidade e a riqueza de sua socio-diversidade, que encontra sua forma quase que determinante no espaço social e antropológico.

Acselrad (2009), debate sobre os diversos “tipos” de cidades oferecidas hoje dentre diversos modelos, tais como “cidade sustentáveis, globais, saudáveis, e empreendedoras” ele fala que hoje existe uma competição entre essas cidades e seus modelos. No entanto, ele afirma que as “cidades globais” e as “cidades sustentáveis” são as que se tem mais respaldos. Depois ainda defende uma cidade global sustentável, um modelo que buscará a qualidade ambiental

unido a grandes empresas e negócios que irão, segundo o autor, desenvolver a cidade. Ele diz que muitas cidades são centros mundiais, por terem empresas que operam em todo mundo com suas sedes nessas cidades. Essa proposta coloca as cidades como ponto de encontro de diversas etnias e culturas, devido a quantidade de pessoas que se deslocam de todo o mundo para trabalharem nelas, forçando a formulação de uma política hospitaleira.

Ao analisar esses dois conceitos que visam a sustentabilidade na cidade, observa-se que eles tratam a cidade como locais de hospitalidade. Ambientes que recebem as pessoas e culturas diversas na busca pelo seu desenvolvimento. Dessa forma a base para os conceitos de Leite (2012) e Acselrad (2009) para a sustentabilidade na cidade, tem relações com os preceitos da hospitalidade urbana.

É importante pontuar que essas duas perspectivas de cidade sustentável são focadas numa característica produtivista, lucrativa, onde o foco principal é o lucro. Na qual a cidade deve se desenvolver a partir desse ponto para que assim, após conquistar essa fase, enquadrem os aspectos urbanos referentes as questões socioambientais. Tais conceitos não estão errados, no entanto, não são todas as cidades médias ou grandes que poderão ser globais, ou atrativas para grandes talentos. Contudo, a proposta que aglutina o pensamento sustentável e sua relação com as pessoas são importantes pontuações que devem ser consideradas no planejamento urbano que busque a sustentabilidade.

Posto isso, pode-se afirmar que a proposta para uma cidade ideal e sustentável parte da concepção de uma cidade para as pessoas. E sabendo que onde há um lugar e duas pessoas há hospitalidade, ou hostilidade (BOFF, 2005; GRINOVER, 2013), é válido ponderar que a cidade ideal seja uma cidade hospitaleira, ou seja, uma cidade que receba bem as pessoas, tanto seus visitantes como seus moradores, hóspedes da cidade.

Assim, uma cidade hospitaleira, ou seja, uma cidade projetada para as pessoas, deve oferecer um espaço ambientalmente equilibrado e acessível. Uma cidade que oferece água poluída, um ar poluído, ilhas de calor, e desigualdade social, por exemplo, não é uma cidade que acolhe bem as pessoas. Por isso, a cidade para ser hospitaleira ela tem que ter suas características ambientais conservadas. Se trazer os conceitos apresentados sobre hospitalidade urbana e os relacionar aos preceitos da sustentabilidade, se perceberá que a hospitalidade é apenas uma parte do todo que é sustentabilidade.

Ao se pensar em uma cidade que tem um meio ambiente equilibrado que proporciona áreas verdes e políticas socioambientais fortes a população residente e aos visitantes, o resultado será uma cidade sustentável que oferecerá água de qualidade; saneamento básico; ar puro; igualdade social, pessoas mais saudáveis etc. Tais questões podem estar associadas ao que Grinover (2007) nos mostra como a acessibilidade, ou seja, as pessoas que compõem o ambiente urbano devem ter acesso a um meio ambiente equilibrado e a políticas públicas focadas nas questões socioambientais. Isso suprime os conceitos de hospitalidade e chega à Constituição, que garante um meio ambiente equilibrado.

Além dessas questões mais genéricas sobre a relação da hospitalidade e da sustentabilidade, diversas outras também devem ser incluídas nesse debate, tais quais a mobilidade urbana, o emprego, a estrutura turística etc. São pontos que interagem com as duas temáticas e que devem ser centrais em um planejamento urbano.

Nesse sentido, analisar a hospitalidade urbana e a sustentabilidade na cidade torna-se uma tarefa interdisciplinar e abrangente, tendo que buscar contextos e ligações que demonstrem uma determinada realidade conjugada entre os dois temas, para que um não se sobressaia sobre o outro e que as diversas nuances contidas nesses debates sejam pontuadas.

Para isso, diversos métodos são apresentados como meios para esses estudos. No entanto, os indicadores são metodologias respaldadas nas ciências que internalizam a questão urbana e já estão consolidados com diversos modelos, com as mais variadas características que buscam auxiliar as tomadas de decisões na gestão pública.

2.4.6. Hospitalidade e Indicadores

A hospitalidade pode e deve ser uma ideia auxiliar na busca por uma cidade humana e sustentável, suas perspectivas, sua ética, sua complexidade, estão atreladas as bases de uma sociedade sustentável. No entanto, essa complexidade acarreta a dificuldade de uma gestão que atrele todos os seus preceitos em um só sentido. Necessitando de metodologias que deem bases para um planejamento urbano que busque lhe considerar.

Os indicadores são ferramentas importantes para uma gestão pública que leve em consideração a hospitalidade urbana. Salonso (2004) corrobora afirmando que um dos caminhos na busca da hospitalidade dos lugares seria a gestão de conflitos. E diz que o planejamento visando o desenvolvimento dos lugares poderia, então, ser feito pela ampliação da informação e de maior participação social nas tomadas de decisões. Tais pretextos vão ao

encontro dos objetivos contidos nos indicadores, ampliar a informação e a democracia (BELLEN, 2002).

Guimarães e Feichas (2009) definem indicadores como sinais que facilitam a avaliação do progresso de uma determinada localidade, em busca de atingir objetivos previstos anteriormente. Nesse sentido, podem ser considerados como ferramentas cruciais no processo de identificação e de reconhecimento de problemas, além da função de advertir a comunidade sobre riscos e tendências do desenvolvimento.

Como visto, a hospitalidade urbana envolve as questões, sociais: acesso à direitos básicos, qualidade de vida; culturais: identidade urbana, história local; políticas: cidadania, ampliação da democracia, questão imigratória; turística: infraestrutura para receber visitantes; e ambiental: qualidade ambiental, meio ambiente urbano, espaços naturais destinados ao lazer etc. Para uma avaliação robusta é preciso envolver todas essas temáticas, para isso a seleção de indicadores em cada categoria colocada auxilia na precisão dos resultados. Contudo, é importante ressaltar que qualquer tipo de mensuração apresenta limites e não reflete a complexidade da sociedade por inteiro (GUIMARÃES E FEICHA, 2009).

Martins e Cândido (2013), alertam que a etapa de seleção dos indicadores é muito importante para os resultados que se pretende alcançar, uma vez que um conjunto de indicadores permite uma leitura da problemática urbana, apontando caminhos para a cidade. Esse momento delicado deve ser compartilhado com outros profissionais para que a partir de visões mais amplas se possa chegar a uma seleção adequada.

Os indicadores urbanos já estão amplamente consolidados e disseminados com diversas metodologias e confiabilidade, vindo evoluindo a cada dia com a apresentação de diversos modelos. Os estudos sobre o desenvolvimento do espaço urbano devem ser viabilizados por mecanismos apropriados para prever os impactos e dar novos rumos de ação que ofereçam opções sustentáveis, através de evidências que revelem tendências ou perspectivas futuras (MARTINS e CÂNDIDO, 2013)

Com isso, um sistema de indicadores da hospitalidade urbana pode ter sua base fundamental em indicadores urbanos já existentes, principalmente, indicadores de sustentabilidade na cidade; indicadores de turismo; sociais; econômicos, históricos e culturais, e ainda de sociabilidade e lazer. Isso daria uma confiabilidade maior, devido o respaldo já

estabelecido pelos indicadores já existentes, e daria a oportunidade de aumentar o número indicadores a serem avaliados.

Dessa forma, um sistema de indicadores que relacione todos os contextos envolvidos na hospitalidade urbana tornaria essa temática mais próxima do planejamento nas políticas públicas direcionadas ao turismo; às questões sociais e ambientais na cidade, ou seja no contexto urbano como um todo. Oferecendo uma outra proposta de gestão pública que visa a qualidade de vida na cidade a partir do fortalecimento das relações sociais e da sustentabilidade.

3. ASPECTOS METODOLÓGICOS

Neste capítulo será apresentado o desenho metodológico adotado, bem como suas etapas, para a configuração da pesquisa. A metodologia proposta visa atingir os objetivos explanados no trabalho.

4.1 Tipologia da Pesquisa

O método base utilizado para avaliar a hospitalidade urbana, visando à sustentabilidade, foi o quantitativo uma vez que tal avaliação parte da congruência de valores numéricos, no caso os indicadores. Tais valores foram adquiridos em órgãos públicos e privados, de modo primário e secundário, após a seleção dos mesmos.

A pesquisa também se enquadra como descritiva, pois descreve uma realidade a partir de um conjunto de indicadores pré-selecionados. Além disso, é exploratória, devido ao pouco debate existente sobre a relação das temáticas: hospitalidade urbana, sustentabilidade, e indicadores, principalmente na relação de indicadores, dando a possibilidade de novos rumos às pesquisas que abarquem esses temas no contexto urbano.

3.2. Delineamento do Estudo

Para atender o propósito, problema e objetivos da pesquisa, o estudo foi desenvolvido a partir do seguinte delineamento, conforme evidenciado no Quadro 01.

Quadro 1: Delineamento da pesquisa

Tema	Escopo Geográfico: João Pessoa, PB
Premissa	Um sistema de indicadores de hospitalidade urbana pode auxiliar na busca por uma cidade sustentável.
Problema	Como um sistema de indicadores da hospitalidade urbana auxilia na promoção de uma cidade sustentável?
Objetivo Geral	Propor um modelo de sistema de indicadores da hospitalidade urbana, visando a melhoria da sustentabilidade na cidade.

Objetivos Específicos	Teoria		Metodologia		
	Base	Fonte de Dados	Técnica de coleta	Técnica de Análise	Resultados esperados
1 - Propor indicadores da hospitalidade urbana a partir de indicadores urbanos e dos princípios da hospitalidade urbana	- Indicadores urbanos - Princípios da hospitalidade urbana	Secundários Primários	- Pesquisa bibliográfica - Busca em Sites oficiais dos institutos de pesquisa e órgão governamentais - Secretarias municipais e estaduais, órgãos privados e ONG's	Quantitativa	- Formar uma base de indicadores que auxiliem na avaliação da hospitalidade urbana
2 - Propor parâmetros de análise para os indicadores de hospitalidade urbana	- Dados já existentes que se destacam como um melhor ou pior resultado, em relação aos indicadores selecionados - Número de bairros em João Pessoa	Secundários	- Pesquisa bibliográfica - Busca em Sites oficiais dos institutos de pesquisa e órgão governamentais	Quantitativa	- Organizar uma estrutura com parâmetros que sirva de base para a avaliação da hospitalidade urbana, visando a melhoria da sustentabilidade na cidade
3 - Caracterizar o município de João Pessoa em seus aspectos ambientais, sociais, econômicos, turísticos e históricos culturais	- Políticas públicas municipais, Estaduais e Federais na cidade	Secundários	- Pesquisa bibliográfica - Pesquisa documental	Qualitativa	- Entender como os cinco aspectos pontuados podem ser efetivos na promoção da sustentabilidade e da hospitalidade urbana na cidade de João Pessoa
4 - Analisar a hospitalidade urbana de João Pessoa e sua contribuição para a sustentabilidade da cidade	- Resultados das pesquisas anteriores	Secundários Primários	- Pesquisa documental - Busca em Sites oficiais - Secretarias municipais e estaduais, órgãos privados e ONG's.	Quantitativa	- Oferecer a João Pessoa uma visão abrangente acerca da hospitalidade urbana

Fonte: Autores da pesquisa, 2022

ETAPA 1: Proposta de indicadores de hospitalidade urbana.

Para a seleção dos indicadores foi colocado como norte a interdisciplinaridade. Pois como já exposto, está no âmago do debate sobre a hospitalidade urbana. A partir daí foram selecionados os principais teóricos da temática, que ao todo foram nove. Essa seleção se deu devido a esses serem os mais citados nas pesquisas e que tem os trabalhos mais conceituados no meio acadêmico. Após isso, baseado nas teorias dadas por esses nove pensadores, foram selecionadas temáticas que representam as suas ideias. Os filtros colocados para a seleção das temáticas foram as centralidades teóricas contidas nas discussões de cada teórico, essas centralidades foram trazidas como temática para o sistema de indicadores.

Dessa forma, após a relação entre a perspectivas teóricas dos autores e as temáticas que representam essas perspectivas, ao final, foram selecionadas vinte (20) temáticas para o modelo, tais quais: Política social; Cidadania; Turismo; Meio ambiente; Sociabilidade; Política Econômica; Fortalecimento dos Laços Sociais; Educação baseada em promoção das Relações Sociais; Acolhimento dos Sem-Teto e Imigrantes; Local como resultado de uma construção histórica; Acesso à direitos individuais; Estrutura urbana; Acesso a direitos sociais; Deveres do cidadão; Deveres da gestão pública; Gentrificação; Acesso à cidade; Mobilidade urbana; Utilização dos espaços urbanos; Ecologia Urbana. Se percebe uma diversidade de temas, no entanto, ao se analisar com mais cautela se vê que todos tem algum ponto de convergência entre eles.

Após a escolha das temáticas, que é a estrutura central para a formulação do Modelo, foram pesquisados indicadores urbanos que se relacionam com elas. Devido a amplitude das relações, na qual, o conceito de hospitalidade se insere o número de indicadores buscou contemplar toda essa relação, trazendo indicadores secundários e primários, para que a sua avaliação chegue o mais próximo de um resultado robusto e contundente.

Os indicadores foram selecionados a partir de algumas condições, tais quais: um dado já existente e/ou disponibilizado por algum órgão; que se relacionasse com os temas propostos, trazendo à luz uma perspectiva numérica dos temas escolhidos; que estivesse integrado, em algum aspecto, aos outros indicadores.

Essa parte foi a mais cautelosa devido ao montante de variáveis que estavam sujeitas à avaliação. Se buscou ser o mais abrangente possível no alcance dos indicadores sobre as questões que com eles se relacionam, ao passo que, o mais suscinto possível na avaliação, para

melhorar a compreensão dos resultados. Ao fim foram selecionados sessenta e um (61) indicadores.

ETAPA 2: Propor parâmetros de análise para os indicadores de hospitalidade urbana

Para a análise dos indicadores é importante que esse seja comparado a algum outro dado, secundário ou primário, para que a sua avaliação seja eficaz. Tais dados dão os parâmetros necessários para a identificação do nível dos indicadores selecionados.

Para isso, são identificados valores numéricos que se relacionem com o fenômeno representado pelo indicador. Esses valores são identificados e colocados para parâmetro no seu nível máximo e mínimo. Dando uma dimensão valorativa ao indicador analisado, que deve se posicionar entre esses dois níveis.

A análise do indicador, dentre os dois níveis do parâmetro (máximo e mínimo), irá depender da sua relação de análise, que seja, positiva ou negativa. A relação positiva indica que quanto maior for o valor do indicador, melhor é o seu resultado para a hospitalidade urbana. Já na relação negativa o melhor resultado é representado pelo menor valor.

Os parâmetros propostos no modelo foram considerados a depender do tipo de indicador, a medida utilizada para a sua avaliação, a disponibilidade de dados referente a cidade, e como mencionado, o tipo de relação (positiva ou negativa). Isso se dá devido a gama de indicadores selecionados, na qual, a representação de cada fenômeno se dá de formas variadas.

Esses parâmetros tiveram por base, dados secundários contidos em sites oficiais, como o IBGE, para dar uma dimensão a nível nacional e regional. Além de sites oficiais, foi buscado sites já estabelecidos e conceituados em algumas áreas específicas que não contém dados oficiais. Para parâmetro locais, foi colocado representações a partir da singularidade de cada cidade, como o número de bairros, por exemplo.

Dessa forma, a seleção de parâmetros foi importante para dar a dimensão da hospitalidade urbana, dando um resultado comparativo a partir resultados já estabelecidos. Oferecendo assim, uma visão da hospitalidade próxima a realidade.

ETAPA 3: Caracterização do município de João pessoa

A caracterização de João Pessoa é um passo importante na pesquisa, pois dar um panorama integrado e amplo das questões que se relacionam com a hospitalidade urbana,

trazendo a situação da realidade, na qual, se busca avaliar, bem como suas nuances. A caracterização se dividiu em: ambiental, social, econômica, turística, e histórica cultural.

Se buscou identificar ambientes e áreas naturais que tenham um potencial para a promoção da sustentabilidade e da hospitalidade urbana em João Pessoa, tais quais praças, parques, praias, reservas etc. Além de unidades de conservação e toda a sua relação com o meio social.

Os aspectos econômicos da cidade foram considerados para dar uma visão de como a cidade se desenvolve e quais as principais fontes de rendas e de geração de empregos praticadas. Além de uma análise de renda per capita da capital visando a sua comparação com a média nacional.

O aspecto social buscou tratar das questões ligadas a densidade da cidade, e do desenvolvimento social, a partir do Índice de Desenvolvimento Humano, para se ter uma dimensão da realidade da população da cidade. Os números relevam o nível de acesso e privações das habitantes.

Também foi levado em consideração o potencial turístico e como esse se relaciona com a estrutura urbana e ambiental de João Pessoa. Visando estabelecer uma base para uma análise da hospitalidade urbana oferecida tanto aos habitantes quanto aos turistas e visitantes, todos hospedes da cidade.

E por fim, se buscou ponderar os aspectos históricos e culturais da cidade, de forma a observar como esses temas influenciam na identidade urbana, e seus contextos relacionados ao turismo e lazer em João Pessoa.

Para selecionar as características urbanas foi utilizado uma pesquisa documental, buscando decretos, leis e projetos que tratam das questões pontuadas. Além de matérias de jornais e pesquisas científicas que deram um aparato importante para a leitura das individualidades de João Pessoa.

ETAPA 4: Analisar a hospitalidade urbana bem como a sua contribuição para a sustentabilidade de João Pessoa

Para aplicar o modelo de indicadores selecionados e analisá-lo de forma mais aprofundada, foram consultados documentos referentes à política e o planejamento ambiental da capital paraibana, a fim de se observar as perspectivas do desenvolvimento urbano de João

Pessoa e como essa se relaciona com os princípios da hospitalidade urbana e trazê-los para o debate juntos aos valores encontrados dos indicadores.

Tais documentos foram buscados nos órgãos competentes como a Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDURB); Secretaria de Infraestrutura Municipal (SEINFRA); Secretaria do Planejamento (SEPLAN); Secretaria de Meio Ambiente (SEMAM). Também foram utilizados Leis e programas, como a Agenda 21 e a Lei de Mobilidade urbana 12.587/201, na avaliação, além de uma pesquisa bibliográfica.

Após a coleta dos valores de cada indicador e da análise dos documentos oficiais, que deram uma perspectiva das propostas e políticas socioambientais da cidade, os indicadores selecionados foram analisados à luz dos conceitos aqui estudados e traz o cenário sobre as aspirações e problemas acerca da hospitalidade urbana em João Pessoa. Após isso, os indicadores foram descritos, e suas relações foram definidas em positivas e negativas.

Após a estruturação do modelo, devido as variáveis apresentarem unidades diferentes de medidas, essas foram transformadas em índices, pois assim possibilitou a agregação nas respectivas dimensões para a efetivação do Índice da Hospitalidade Urbana (IHU).

Para o estabelecimento dos índices foi utilizada a equação proposta por Martins e Candido (2010). Nessa proposta a avaliação dos índices se enquadram entre 0 e 1, onde 0 representa o pior resultado e 1 o melhor. Para a padronização dos valores, convertendo os indicadores em índices foi utilizado as equações:

Quando a relação é positiva

$$I = (x-m) / (M-m)$$

Quando a relação é negativa

$$I = (M-x) / (M-m)$$

I – indicador

x – valor do indicador

m – parâmetro mínimo

M – parâmetro máximo

Os índices foram colocados partindo de cada tema, pois cada um desses, em alguns casos, conta com mais de um indicador. Dessa forma, a cada tema proposto foi dado um índice. E para melhor avaliação desses índices foi colocado níveis, que representam de 0 a 1.

Quadro 2: Classificação e representação dos índices em níveis de hospitalidade urbana

Índice (0 – 1)	Níveis de Hospitalidade
0,0000 – 0,2500	Crítico
0,2501 – 0,5000	Alerta
0,5001 – 0,7500	Aceitável
0,7501 – 1,0000	Ideal

Fonte: Adaptado de Martins e Cândido (2010)

Nessa configuração, os índices de hospitalidade urbana com valores entre 0 e 0,2500 mostram um nível **crítico** de hospitalidade urbana; os índices com valores entre 0,2501 e 0,5000 revelam um nível de hospitalidade que representa **alerta**; os índices com valores entre 0,5001 e 0,7500 demonstram um nível de hospitalidade na cidade **aceitável**; e por último, os indicadores com valores entre 0,7501 e 1 refletem um nível **ideal** para a hospitalidade urbana.

De início, como colocado, foram selecionados sessenta e um (61) indicadores, no entanto, alguns não continham os valores, devido ao dado ser encontrado só a nível nacional ou estadual, não tendo a sua delimitação apenas a João Pessoa, o que dificultou um pouco a avaliação, mas que não atrapalhou a pesquisa a ponto de interferir nos resultados. Com isso, dezenove (19) indicadores não obtiveram valores, sendo quarenta e dois avaliados (42). Apesar de nem todos terem sido avaliados é importante destacar o conjunto de indicadores propostos para o sistema, pois valores que não estão disponíveis para João Pessoa, podem estar para outras cidades que buscarem aplicar o modelo, todos os indicadores selecionados estão expostos no Quadro 4.

A aplicação do sistema de indicadores, além de efetivar a proposta apresentada sobre o Sistema de Indicadores da Hospitalidade Urbana, demonstra a situação da hospitalidade urbana de João Pessoa, e, conseqüentemente, como as políticas ambientais e sociais estão se desenvolvendo na cidade. Além do exposto, a metodologia após ser experimentada em João Pessoa – PB, pode ser replicada em outras cidades, auxiliando na gestão pública que busca uma cidade com princípios ambientais e hospitaleiros.

4. RESULTADOS

4.1 Modelo de Hospitalidade Urbana: Proposição de Temas e Indicadores

Após análise da perspectiva teórica de alguns dos mais importantes pensadores da hospitalidade, se chegou a uma lista de temáticas e, posteriormente, de indicadores que condizem com as suas ideias frente à hospitalidade urbana. Na seleção das temáticas foi levado em consideração a interdisciplinaridade, que é uma das principais características da

hospitalidade urbana. Questões sociais, ambientais, econômicas, políticas, turísticas, institucionais, entre outras, fazem parte da complexidade que é o conceito de hospitalidade urbana e suas múltiplas perspectivas, como mostra Grinover (2006, 2009, 2020); Gotman (1997); Camargo (2006); Derrida (2003), entre outros.

A lista de indicadores selecionados conta com um total de sessenta e um (61), na qual, alguns se relacionam com mais de um teórico, devido a relação próxima das ideias. Os autores e as temáticas que se relacionam com as suas ideias, estão expostos no Quadro 3. Muitos dos temas são encontrados em mais de um autor ou autora, assim na apresentação são colocados apenas os que se destacam em cada um deles.

Quadro 3: Teóricos da hospitalidade urbana e temas relacionados

Autor	Abordagens da Hospitalidade Urbana	Temas
Lúcio Grinover (2006, 2007; 2009; 2013, 2020)	Autor brasileiro, apresenta a hospitalidade urbana a partir de três perspectivas postas na cidade: identidade, acessibilidade, legibilidade. A identidade seria a construção histórica da cidade e de seus cidadãos; a acessibilidade parte do acesso da população a serviços públicos como educação, saúde, segurança, lazer e, conseqüentemente, à cidade... e a legibilidade seria a qualidade visual de uma cidade, de um território percebida através da imagem mental dos seus habitantes. O autor também traz que a urbanidade é sinônimo de hospitalidade. E que a cidadania e a sustentabilidade são fatores de hospitalidade urbana.	. Política social . Cidadania . Turismo . Meio Ambiente
Anne Gotmman (1997; 2014)	Autora francesa, trata a hospitalidade urbana no contexto da estrutura urbana física e social, do acolhimento aos de fora e os de dentro, ou seja, os habitantes. Discorre que a hospitalidade se apresenta na construção do espaço, principalmente o público, e que esse, muitas vezes, apesar de público, é distante de parcela da população devido a “seleção” de beneficiados, resultado de diversos contextos resultantes da desigualdade social.	. Sociabilidade . Política social . Relações Institucionais e Políticas
Claude Raffestin (1997)	Autor francês. Traz a hospitalidade ao debate sobre a influência do capitalismo no contexto da cidade. Enfatiza a desigualdade resultante de um modelo que privilegia o mercado frente às pessoas na configuração urbana. Assim, afirma que a hospitalidade é o “frágil” entre dois mundos: o da economia e o fora da economia.	. Política social . Política econômica . Relações institucionais e política
Isabel Baptista (2008; 2014)	Autora portuguesa. Propõe pensar a hospitalidade na cidade não apenas como um conjunto de práticas que promovam uma qualidade de vida, mas também como uma perspectiva humana, de civilidade, de ideal para a convivência na cidade. A autora traz a hospitalidade como uma pedagogia social, sugerindo que os espaços se tornam lugares a partir da sua sociabilidade e a hospitalidade deve ser o centro dessa. Além disso, ela trata a natureza como provedora do espaço da hospitalidade e assim precisa-se viver em harmonia com ela, ou seja, de forma sustentável.	. Fortalecimento dos laços sociais . Educação baseada na promoção das relações sociais . Acolhimento de sem-teto e imigrantes . Local como resultado de uma construção histórica (Território).

Jaques Derrida (2009)	Autor francês. Filósofo traz o debate sobre a hospitalidade urbana à luz da filosofia. Discorre a hospitalidade urbana pautada no contexto da imigração. Derrida é um dos expoentes da hospitalidade mundial devido a sua proposta de hospitalidade condicional e incondicional. Onde a primeira é uma hospitalidade condicionada a alguma coisa: um passaporte, um nome de família, conta bancária, histórico familiar etc.; e a incondicional é a hospitalidade sem nenhuma condição na qual a ideia é estar aberto ao “outro”. O “outro” aqui é conceituado a partir de Emmanuel Levinas, outro filósofo francês que também discute a hospitalidade.	<ul style="list-style-type: none"> . Acolhimento do de fora (imigrantes, sem-teto) . Acesso a direitos individuais . Cidadania
David Bell (1997)	Autor americano. Acompanha a perspectiva do conceito americano de hospitalidade, frente o francês, que coloca a hospitalidade basicamente como um serviço de bares, restaurantes, meios de hospedagem etc. Para o autor a hospitalidade urbana se dá na forma de reurbanizar áreas urbanas degradadas (antigos distritos industriais, por exemplo) com serviços de lazer, bares, café, restaurantes etc.	<ul style="list-style-type: none"> . Turismo . Lazer . Gentrificação
Valéria Ferraz (2014)	Autora brasileira. Apresenta a hospitalidade urbana como propulsora de um turismo responsável, trazendo as relações sociais como princípio norteador do turismo e que essa relação é resultado da hospitalidade urbana. Para a autora a hospitalidade urbana parte do espaço público, assim como para Reffestin, e que o bem-estar tanto do visitante quanto dos habitantes da cidade é dependente da hospitalidade/sociabilidade resultante dos espaços públicos (museus, ruas, praças, parques etc. e semipúblicos (bares, restaurantes etc.). Além disso, discorre sobre a hospitalidade urbana partindo do conceito de hospitalidade de Marcel Mauss, antropólogo que diz que a hospitalidade está no centro das relações sociais a partir da dádiva. Severine diz que a hospitalidade na cidade deve ser observada tendo o conceito de dádiva como centro, na qual ao receber uma dádiva (serviços e espaços públicos, por exemplos) o cidadão tem uma “dívida” e deve honrá-la.	<ul style="list-style-type: none"> . Turismo . Acesso a cidade . Estrutura urbana de qualidade . Mobilidade Urbana . Acesso a direitos sociais . Deveres dos cidadãos . Deveres de gestão política
Louise Calier (1997)	Autor francês. Utiliza o conceito de ecologia urbana para discutir a hospitalidade urbana. Para o autor a cidade se apresenta como um ambiente composto por um tipo de “seleção natural”, onde a população é dividida em estratos e são colocadas em locais específicas para cada estrato, quando em outros locais elas não são bem-vindas. Vê a hospitalidade como uma forma moral.	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização dos espaços urbanos; -Especulação imobiliária; - Gentrificação; - Ecologia urbana.

Fonte: Autores da pesquisa, 2021.

A seleção das temáticas foi o ponto de partida para elencar os indicadores, visando a estruturação do modelo, dando um cenário de perspectivas que refletem a hospitalidade urbana, na qual, deve se trabalhar em busca de resultados que os contemplem. Dando uma visão sobre o estado dos temas selecionados, na atualidade.

4.2. Descrição dos temas e indicadores

Política Social: De acordo com Grinover (2006) e Baptistas (2004) a hospitalidade urbana está intimamente relacionada às políticas públicas. Os autores discutem sobre a questão da acessibilidade dos cidadãos à coisa pública. A política social de uma cidade é a que está mais próxima das pessoas, influenciando a vida dos cidadãos para o bem, quando bem desenvolvida,

ou para o mal, quando não. Política social se dá em diversas áreas na cidade, como saúde, infraestrutura, segurança. Ela é a base para uma boa qualidade de vida.

Cidadania: Não há hospitalidade urbana sem cidadania (GRINOVER, 2013). A cidadania parte do princípio dos direitos e das obrigações dos indivíduos. Dessa forma, ser cidadão é participar dos constructos da cidade e, conseqüentemente, da sua identidade. A cidadania de acordo com Marshal (1967) se revela em três aspectos: direitos civis: são direitos baseados na garantia a vida; direitos políticos: são os que garantem a participação dos cidadãos na política e na administração pública; direitos sociais: são baseados na ideia de justiça social.

Turismo: O turismo é uma das práticas mais antigas do mundo, sendo responsável por milhares de viagens diariamente. A hospitalidade urbana tem uma relação de proximidade com o turismo (Ferraz, 2014), a recepção de pessoas que estão fora do seu lugar de origem é o âmago da hospitalidade. Assim, observar como o turismo influencia na recepção das pessoas na cidade é importante para a hospitalidade urbana. Bell (2007), discute a hospitalidade urbana e o turismo a partir dos locais “hostis”, ou “degradados”, na expressão dele. Para o autor a sociabilidade desses locais será incentivada a partir dos diversos serviços turísticos, como: bares, cafés, restaurantes etc.

Meio Ambiente: O planejamento ambiental alinhado à sustentabilidade é ponto fundamental para uma política da hospitalidade urbana. Pois esse conceito visa o bem-estar e a qualidade de vida dos cidadãos e dos visitantes, e um meio ambiente equilibrado é questão base para se alcançar tais questões (GRINOVER, 2013). Ar com pouca poluição, água potável, natureza conservada, entre outros fatores são preponderantes para a sustentabilidade e, conseqüentemente, para a hospitalidade, pois deixam a cidade mais confortável e saudável.

Sociabilidade: A hospitalidade é feita por pessoas e seus lugares, as relações pessoais e como elas se apresentam em determinado local, região, país, são o que provoca o ato de bem receber. Não há hospitalidade sem pessoas, dessa forma a sociabilidade é ponto chave na construção de uma cidade hospitaleira (BAPTISTA, 2004). Cailer (2020) diz que a cidade é o local de fala de comunicação, e a cidade hospitaleira é que está aberta a essa comunicação. A cidade deve proporcionar estruturas que promovam a sociabilização.

Relações Institucionais e Políticas: A cidade é o local para onde milhares de pessoas, diariamente, se deslocam em busca de uma vida mais digna. A imigração é um ponto muito debatido na hospitalidade urbana por autores como Raffestin (1997); Gotman (1997) e Derrida

(2009). As relações políticas e institucionais são as que estabelecem se há hospitalidade ou não na cidade, em um Estado, ou país. Identificar como a cidade recebe seus imigrantes e se há uma política destinada a esse processo é importante na avaliação da hospitalidade urbana.

Política econômica: A economia está relacionada a todas as questões na sociedade atual. Na hospitalidade na cidade ela se dá de forma a se desenvolver para uma economia que atinja a todos, onde a sua política busque diminuir as barreiras sociais existentes e, a partir do conceito de acesso de Grinover (2006), a economia deve se estabelecer na cidade de modo equitativo.

Fortalecimento dos laços sociais: Baptista (2008, p. 12) afirma que “no contexto da vida contemporânea, a hospitalidade dos lugares mede-se fundamentalmente pelo tipo de sociabilidade que instauram, pelo espírito humano que os anima”. Dessa forma, meios que busquem o fortalecimento dos laços sociais na cidade são importantes e ampliam a hospitalidade. Dessa forma, identificar esses meios é importante para uma cidade que preze pela hospitalidade, de modo a fortalecê-los.

Educação baseada na promoção das relações sociais: a “educação é a hospitalidade” (BAPTISTA, 2014, p. 143). Para a autora, a pedagogia deve ser indexada ao primado ético da alteridade. O ensinar é uma forma de hospitalidade, dar a outra pessoa a educação é uma doação. Dessa forma, para que as relações sociais se fortaleçam é importante uma educação forte, e avaliá-la é necessário para observar o caminho pelo qual esse tema se interconecta com as questões da hospitalidade e como ele promove a hospitalidade.

Acolhimento de sem-teto e imigrantes: a hospitalidade antes de ter diversos conceitos e perspectivas, teve apenas um: o movimento de receber os sem-teto e peregrinos. Essa é a vertente mais ancestral da hospitalidade e está relacionada aos preceitos da igreja católica (BOFF, 2005). Assim, a cidade é o lugar onde se estabelece a competição pelo espaço, de forma mais desigual e acirrada. Com isso, perceber como são acolhidos os imigrantes e sem-teto dá um panorama de como ocorre a recepção dessas pessoas em determinada cidade, o modo como a cidade recebe esses vulneráveis revela o seu nível de hospitalidade.

Local como resultado de uma construção histórica (Território): A identidade de acordo com Grinover (2006), é um dos principais pontos para o conceito de hospitalidade urbana. Para o autor, a construção dessa identidade da cidade é feita pela sua história e convivência. Assim, os monumentos e locais históricos de uma cidade contam sobre a construção da sua identidade.

Identificar quais e como esses espaços e construções se relacionam com o urbano é importante para a hospitalidade, pois revelam também a relação da população com a própria história.

Acesso a direitos individuais: Um dos pontos mais citados no debate da hospitalidade, principalmente na Europa, é sobre os direitos das pessoas sem “identidade” ou imigrantes (DERRIDA, 2006; GOTMAN, 1997; RAFFETIN, 1997). No Brasil, Grinover (2006), debate sobre o direito das pessoas à educação, saúde, segurança etc. Para o autor, a hospitalidade da cidade começa quando as pessoas têm acesso aos seus direitos, pois não há hospitalidade com a supressão desses. Assim o direito individual é um aspecto da hospitalidade urbana.

Estrutura urbana: Autores como Ferraz (2014), que fala de conforto, diversidade e permeabilidade na cidade e Grinover (2006), que fala de identidade, acessibilidade, legibilidade e urbanidade tratam da relação entre a hospitalidade e a estrutura urbana, onde trazem que a cidade para ser hospitaleira deve contar com uma estrutura que possibilite a qualidade de vida da população e dos visitantes, além da sociabilidade. Ou seja, a estrutura da cidade deve ser feita para as pessoas (JAN-GEHL, 2014), para que elas ocupem a cidade e se sintam bem recebidas por ela.

Acesso a direitos sociais: a hospitalidade trata do acesso. Do acesso aos lugares, também dos lugares que não é o seu de origem, do acesso a questões que infelizmente não estão postas para todas as pessoas de forma igualitária etc. (BAPTISTA, 2014; GRINOVER, 2006, 2013; CAILER, 1997). A avaliação do acesso aos direitos sociais dá uma visão de como a hospitalidade se apresenta nesse aspecto complexo e necessário no debate da temática. Através dela é possível verificar se as pessoas têm acesso aos seus direitos sociais, bem como caracterizar a cidade com uma postura hospitaleira ou não.

Deveres dos cidadãos: A hospitalidade, como expressa Baptista (2006), na posição pessoal do ser humano, é uma fundição de direitos e deveres. Uma das frases mais emblemáticas no debate da hospitalidade é a de Mauus (1950), que afirma que essa se estabelece no clico “dar, receber e retribuir”, mostrando um certo contrato entre os participantes. Apesar do debate que fala que a hospitalidade só se expressa quando é espontânea, no seu aspecto urbano essa postura deve ser alterada. Como já colocado, para ser um cidadão é preciso participar das construções da cidade, e isso traz deveres. Dessa forma, a participação da sociedade se faz importante na hospitalidade urbana para que a cidade seja de todas as formas das pessoas e feitas para elas a partir da sua participação nas decisões políticas.

Deveres da gestão política: Ferraz (2014) afirma que os gestores públicos são os anfitriões da cidade, ou seja, a forma como as gestões públicas - nos três níveis - se apresentam para a população, demonstra o nível da hospitalidade na cidade para com as pessoas que dela fazem parte. É dever dos gestores oferecer uma estrutura urbana, um meio ambiente equilibrado e acesso aos direitos básicos. Avaliar o nível em que estes deveres estão sendo cumpridos dá uma dimensão da hospitalidade urbana e como as políticas que promovem esse conceito estão sendo estruturadas.

Lazer: A qualidade de vida é tratada como ponto de convergência da hospitalidade urbana por Grinover (2013), Ferraz (2014), Baptista (2014), entre outros. O lazer, além de ser um dos aspectos fundamentais na qualidade de vida, é um direito constitucional, como tal, deve ser atendido e possibilitado pelos gestores públicos. Então, a estrutura e políticas para o lazer disponibilizadas por uma cidade faz parte da sua hospitalidade.

Gentrificação: A gentrificação é um grande problema que atinge todas as cidades, em razão, principalmente, da especulação imobiliária. Tal processo traz diversos problemas, como espraiamento da população, perda de identidade local, descaracterização da identidade, violência etc. A “expulsão” de pessoas para benefício de um desenho de cidade desigual não condiz com as perspectivas da hospitalidade urbana (CAILER, 2018; GRINOVER, 2013; FERRAZ, 2014; BAPTISTA, 2006). Aferir esse fenômeno é importante na avaliação da hospitalidade urbana.

Acesso à cidade: Esse é um ponto debatido por diversos autores da hospitalidade, tais quais Cailer (2018); Gotman (1997); Ferraz (2014); Grinover (2006), entre outros, cada um na sua visão. No entanto, convergem que na hospitalidade a cidade é para todas as pessoas e que essas devem ter acesso a todas as estruturas e políticas urbanas. Cailler (2018) traz a cidade numa visão de “competição ecológica” e que a hospitalidade pode ser medida a partir dessa competição onde alguns nichos de pessoas excluem outras, conseqüentemente, quanto menor for essa exclusão, maior será a hospitalidade. Gotman (1997) traz o acesso do estrangeiro a cidade e Ferraz (2014) e Grinover (2013) trazem um ponto de vista mais urbanístico do desenho da cidade. Dessa forma, o acesso as questões urbanas é um debate que faz parte do conceito de hospitalidade na cidade e deve ser avaliado no seu nível físico (estrutural) e político.

Mobilidade Urbana: A mobilidade urbana engloba outros temas já expostos, como o acesso a cidade, a direitos individuais, e até mesmo ao meio ambiente. A hospitalidade na cidade só existe se as pessoas que nela estão poderem se locomover de forma confortável, segura e

sustentável. Assim, a estrutura e política voltada para a mobilidade urbana são pontos que medem a hospitalidade urbana de forma a perceber como as pessoas se locomovem e observar se essa locomoção é eficaz.

Utilização dos espaços urbanos: A hospitalidade urbana também é debatida em um panorama voltado para as questões urbanísticas. Grinover (2013) e Ferraz (2014), observam como a estrutura da cidade é dada e como se estabelece na promoção da hospitalidade. Utilizando o conceito de Gehl (2014), onde as cidades devem ser feitas pensando nas pessoas e suas interações, esses autores trazem questões como: diversidade, legibilidade, urbanidade, conforto, partindo tanto dos espaços públicos, como dos espaços privados. Assim, o desenho da cidade é um dos principais aspectos para a promoção da hospitalidade urbana.

Especulação imobiliária: Cailer (2018), como visto, observa a hospitalidade urbana partindo da conotação de que a cidade é semelhante a competição da natureza, na qual alguns nichos competem e “eliminam” outros nichos. Quanto menos exclusão, mais hospitalidade. A especulação imobiliária é uma das questões que mais excluem as pessoas. Feita com a intenção de selecionar indivíduos e seus estratos sociais, a especulação imobiliária é um processo que corrói a cidade, prejudicando, quando não controlada, a hospitalidade.

Ecologia urbana: a natureza na cidade, para os pensadores da vertente urbanística, antropológica, e filosófica da hospitalidade, é a base fundamental. A relações ecológicas na cidade são fundamentais para o equilíbrio do meio ambiente, para a manutenção da saúde e, conseqüentemente, da qualidade de vida. Com isso, a ecologia na cidade é um ponto fundamental na avaliação da hospitalidade urbana.

Após reunir as perspectivas dos principais pensadores da hospitalidade urbana, relacionando com as temáticas propostas, posteriormente, foi selecionado os indicadores que se relacionam com as ideias da hospitalidade na cidade. Buscou-se convergir todas as temáticas presentes no Quadro 3 com os indicadores selecionados, observando a sua relevância para com a proposta. O Quadro 4 demonstra os temas, os indicadores que se relacionam com eles, bem como as suas descrições. Esta é a estrutura do modelo de Sistemas de Indicadores da Hospitalidade Urbana com todos os indicadores propostos.

Quadro 4: Temas, indicadores e suas respectivas descrições

Temas	Indicadores	Descrição
-------	-------------	-----------

Política social	Porcentagem do acesso à água potável com serviço de abastecimento e encanamento	Quantidade de casas com acesso a água tratada e encanada
	Indicador de atendimento urbano de esgoto	Número de residência ligadas à rede de esgoto
	Taxa de criança com ciclo vacinal completo	Número de crianças que tomou todas as vacinas previstas
	Número de restaurantes populares	Restaurante destinados a atender pessoas de baixa renda, cobrando um valor simbólico
Cidadania	Número de reuniões do orçamento democrático por ano	Orçamento democrático são reuniões públicas organizadas pela gestão municipal ou estadual que visam escutar a população sobre os investimentos públicos
	Número de políticas públicas destinadas as minorias (igualdade de gênero e racial; direitos da pessoa com deficiência)	Políticas destinadas a promoção de minorias, visando a equidade social na cidade
Turismo	Número de estabelecimentos de alimentos e bebidas	Número de estabelecimentos destinados a oferecer serviços de alimentação e de bebidas
	Rendimento das atividades derivadas do turismo	Montante em dinheiro gerado pelas diversas atividades relacionadas ao turismo
	Número de pessoas que trabalham com turismo	Geração de empregos resultantes da atividade turística
	Taxa de ocupação hoteleira do ano anterior	Número de Unidades Habitacionais vendidas no período de um ano
	Porcentagem de satisfação do turista ao visitar a cidade	Número de pessoas que gostaram da estrutura urbana oferecida na cidade
	Porcentagem da satisfação do turista com a receptividade local	Número de pessoas que gostaram da hospitalidade das pessoas na cidade visitada
Meio Ambiente	Taxa per capita de arborização	O número por metro quadrado de arborização comparado ao número de habitantes em uma cidade
	Número de unidades de conservação	Número de áreas ambientais protegidas por lei
	Porcentagem de resíduos sólidos reciclados	Quantidade de lixo reaproveitado para outros fins
	Lançamento e escoamento de esgotos “in natura”	Quantidade de esgoto sem tratamento adequado
	Áreas total remanescentes da Mata Atlântica	Porcentagem da floresta nativa conservada
Sociabilidade	Número de praças	Número de áreas destinadas ao lazer, esporte, relaxamento etc.
	Número de parques	São áreas destinadas a conservação ambiental, lazer, turismo, educação ambiental etc.
Relações Institucionais e Políticas	Número de imigrantes legais e ilegais	Número de pessoas que vieram de outros países para residir em João Pessoa
	Número de ONG's socioambientais	Números de organizações sem fins lucrativos que desenvolvem trabalhos visando a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida das pessoas
Política econômica	Taxa de investimento público municipal	Aplicação de capital visando a melhoria de vida da população da cidade
	Renda per capita	A média é obtida através da divisão do Produto Nacional Bruto (PNB) pelo número total de habitantes
	Pessoas em extrema pobreza	Número de famílias com renda per capita de até R\$ 100,00

Fortalecimento dos laços sociais	Urbanização das vias públicas	Conjunto de elementos que melhoram a vida dos moradores as cidades, dando mais conforto, segurança, saúde etc.
	Número de associações comunitárias	Quantidade de organizações de bairro que contam com a participação da comunidade na busca por interesses comuns para o bairro ou localidade
Educação baseada na promoção das relações sociais	Taxa de alfabetização	Número de pessoas alfabetizadas
	Número de escolas integrais	Quantidade de escolas que oferecem uma estrutura física e uma metodologia de ensino baseada na permanência do aluno durante os períodos da manhã e tarde
Acolhimento de sem-teto e imigrantes	Número de pessoas em situação de rua	Número de pessoas muito pobres que não tem residência ou até mesmo condições de manterem as suas necessidades básicas
	Número de abrigos para pessoas em situação de rua	Número de locais destinados a acolherem pessoas em situação de rua
	Número de abrigo para imigrantes	Número de locais destinados a acolher imigrantes
Local como resultado de uma construção histórica (Território)	Centro histórico	Área com arquitetura e monumentos que remeta há tempos passados, na cidade
	Número de monumentos históricos	Quantidade e monumentos (casas, bustos, esculturas, praças etc.) que tem um valor identitário e histórico na cidade
Acesso a direitos individuais	Índice de preço da cultura	Conjunto de indicadores que revelam o nível de acesso à cultura e seus tipos pela população
	Expectativa de vida ao nascer	Média do número de anos que a população de uma cidade pode esperar viver
	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade	Número de crianças regularmente matriculadas nas escolas
Estrutura urbana	Porcentagem dos bairros com iluminação pública	Número de bairros com postes de iluminação
	Domicílios particulares permanentes, total e adequados para moradia	Número de casa que estão regularizadas e em locais seguros e com cobertura de serviços públicos
	Desemprego	Número de pessoas sem emprego formal
	Estabelecimentos de Saúde SUS	Estruturas públicas destinadas ao atendimento de saúde pública da população
	Porcentagem dos domicílios ligados a rede elétrica	Número de casas que estão interligadas ao sistema de energia elétrica
Deveres dos cidadãos	Taxa de participação de eleitores nas eleições municipais	Número de eleitores que votaram na última eleição
	Número de pessoas que participam do orçamento democrático	Número de pessoas que participaram de reuniões públicas promovidas pela gestão municipal ou estadual visando atender aos apelos da população
Deveres de gestão política	Despesas per capita em saúde pública	Despesas por cada habitante em saúde
	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	Conjunto de indicadores que mostram a quantidade de acesso e privações da população
	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)	Conjunto de indicadores que abrangem três dimensões que medem o desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda
Lazer	Número de residentes com acesso a equipamentos de cultura (museu, teatro e cinema)	Número de pessoas que frequentam museus, teatros, cinema...
	Número de eventos culturais abertos ao público por ano	Eventos em locais públicos que visam o fortalecimento e o acesso à cultura

Gentrificação	População urbana em assentamentos informais	Número de pessoas que moram em locais, na qual, eles não possuem a documentação. Esses locais, geralmente, carecem de uma estrutura mínima de serviços públicos e estrutura urbana.
	Preço médio do metro quadrado de imóveis	Média do valor do metro quadrado de uma residência, tendo como base o mercado imobiliário local
Acesso à cidade	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.	Indica o número de assassinatos que aconteceram, a cada 100 mil pessoas
	Porcentagem de pessoas que levam mais de uma hora no trajeto entre a residência e o trabalho	Número de pessoas que passam mais de uma hora no trajeto de casa para o trabalho
Mobilidade Urbana	Bairros atendidos com sistema de transporte público	Bairros que contam com linhas de transporte coletivo (ônibus, metrô etc.)
	Taxa da malha cicloviária	Porcentagem de vias destinadas ao transporte alternativo (Bicicleta, patinete, skate...)
Utilização dos espaços urbanos	Densidade populacional por áreas da cidade	Medida que revela a relação entre a população e a superfície terrestre do território
	Quilometragem de calçadas padronizadas	Quantidade de calçadas padronizadas com piso tátil, acessibilidade para cadeirantes e na largura adequada
Especulação imobiliária	Número de terrenos baldios	Número de terrenos baldios na cidade
	Número de casas abandonadas	Número de residências desocupadas
Ecologia urbana	Taxa de vias públicas arborizadas	Porcentagem de ruas com arborização
	Concentração de poluentes no ar	Quantidade de CO ² e outros poluentes no ar da cidade
	Índice de qualidade do ar	Conjunto de indicadores que mede o nível de poluentes no ar

Fonte: autores da pesquisa, 2022.

Após a seleção dos temas e indicadores sugeridos para o sistema de indicadores de hospitalidade urbana, a próxima etapa foi definir parâmetros de análises e a relação de cada indicador com a hospitalidade.

4.3. Proposição de parâmetro de análise dos indicadores e relação com a sustentabilidade

A definição de parâmetro de análise é fundamental para a operacionalização do modelo. Assim, os mesmos foram definidos para cada indicador de hospitalidade, ao mesmo tempo que foram definidas a relação que cada indicador apresenta com a hospitalidade. A relação positiva significa que o indicador contribui positivamente para elevar os índices de hospitalidade, quando negativa evidencia que o indicador contribui negativamente para o índice.

Quadro 5: indicadores com seus parâmetros de avaliação, bem como a sua relação

Temas	Indicadores	Parâmetro	Relação
Política social	Porcentagem do acesso à água potável com serviço de abastecimento e encanamento	Parâmetro máximo: totalidade de pessoas com acesso à água potável; Parâmetro mínimo: Nenhuma pessoa com acesso à água potável.	Relação Positiva

	Indicador de atendimento urbano de esgoto.	Parâmetro Máximo: Totalidade de pessoas atendidas pelo sistema de saneamento básico; Parâmetro mínimo: Nenhuma pessoa atendida pelo sistema de saneamento básico.	Relação Positiva
	Taxa de criança com ciclo vacinal completo	Parâmetro Máximo: Totalidade de crianças da cidade com o ciclo vacinal completo; Parâmetro mínimo: nenhuma criança com ciclo vacinal completo.	Relação Positiva
	Número de restaurantes populares	Parâmetro máximo: 15 (1 a cada 4 bairros) Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Cidadania	Número de reuniões do orçamento democrático por ano	Parâmetro Máximo: uma reunião do orçamento democrático por mês; Parâmetro mínimo: nenhuma reunião anual.	Relação Positiva
Turismo	Taxa de ocupação hoteleira do ano anterior	Parâmetro máximo: 100%; Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
	Porcentagem de satisfação do turista ao visitar a cidade	Parâmetro Máximo: 100%; Parâmetro Mínimo: 0	Relação Positiva
	Porcentagem da satisfação do turista com a receptividade local	Parâmetro Máximo: 100%; Parâmetro Mínimo: 0	Relação Positiva
Meio Ambiente	Taxa per capita de arborização	Parâmetro máximo: 88m ² /habitante (Resultado da cidade de Estocolmo, Escócia); Parâmetro mínimo: 12m ² /habitante (OMS).	Relação Positiva
	Porcentagem de resíduos sólidos reciclados	Parâmetro máximo: 100% Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
	Áreas total remanescentes do bioma local / Mata Atlântica	Parâmetro máximo: 100% Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Sociabilidade	Número de praças	Parâmetro máximo: 66 (uma por bairro) Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
	Número de parques	Parâmetro máximo: 32 (um parque a cada dois bairros) Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Política Econômica	PIB per capita	Parâmetro máximo: maior PIB Per Capita Municipal do país: R\$ 464.883,49 Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Fortalecimento dos laços sociais	Urbanização das vias públicas	Parâmetro máximo: 100% Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Educação baseada na promoção das relações sociais	Taxa de alfabetização	Parâmetro máximo: 100% Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
	Número de escolas integrais	Parâmetro máximo: 747 (100%) Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Acolhimento de sem-teto e imigrantes	Número de pessoas em situação de rua	Parâmetro máximo: 8.117 (1% da população) Parâmetro mínimo: 0	Relação Negativa
	Número de abrigos para pessoas em situação de rua	Parâmetro Máximo: 32 (um abrigo para cada dois bairros) Parâmetro Mínimo: 0	Relação Positiva

	Número de abrigo para imigrantes	Parâmetro Máximo: 32 (um abrigo para cada dois bairros) Parâmetro Mínimo: 0	Relação Positiva
Local como resultado de uma construção histórica (Território)	Centro histórico	Parâmetro máximo: 1 Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
	Número de monumentos históricos	Parâmetro máximo: 64 (número de bairros em João Pessoa – PB) Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Acesso à direitos individuais	Expectativa de vida ao nascer	Parâmetro máximo: 82 (referência da cidade com maior expectativa de vida do Brasil) Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Estrutura urbana	Porcentagem dos bairros com iluminação pública	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Acesso à direitos sociais	Número de pessoas na extrema pobreza	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação Negativa
	Desemprego	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação negativa
	Estabelecimentos de Saúde SUS	Parâmetro Máximo: 192 (3 por bairro) Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
	Porcentagem dos domicílios ligados a rede elétrica	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Deveres dos cidadãos	Taxa de participação de eleitores nas eleições municipais	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Deveres de gestão política	Despesas per capita em saúde pública	Parâmetro máximo: R\$ 1.042,83 (maior valor do Brasil, cidade de São Paulo) Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	Parâmetro Máximo: 0 Parâmetro mínimo: 1	Relação Negativa
	IDHM	Parâmetro Máximo: 1 Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Gentrificação	População urbana em assentamentos informais	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação Negativa
	Preço médio do metro quadrado de imóveis	Parâmetro máximo: R\$ 9.888 (valor mais alto do Brasil, Balneário Camboriú) Parâmetro mínimo: R\$ 4.022 (Valor mais barato do Brasil, Florianópolis)	Relação Negativa
Acesso à cidade	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes	Parâmetro máximo: 98,6 (Maior índice do Brasil, cidade Caucaia-CE) Parâmetro mínimo: 0	Relação negativa
	Porcentagem de pessoas que levam mais de uma hora no trajeto entre a residência e o trabalho	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação negativa
Mobilidade Urbana	Bairros atendidos com sistema de transporte público	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva

	Taxa de rede viária adaptada para ciclistas	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
Utilização dos espaços urbanos	Densidade populacional por áreas da cidade	Parâmetro máximo: 14.012 hab/km (maior índice do Brasil, cidade de Taboão da Serra -SP) Parâmetro mínimo: 2,33 hab/km (Menor densidade do Brasil, Estado de Roraima)	Relação Positiva
Ecologia urbana	Taxa de vias públicas arborizadas	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	Relação Positiva
	Índice de qualidade do ar	Parâmetro máximo: PM10 Parâmetro: mínimo PM 2,5 Partículas inaláveis grossas (MP _{2,5-10})	Relação Negativa

Fonte: Autores da pesquisa, 2022.

A partir da seleção dos temas e indicadores, bem como dos parâmetros e relação com a hospitalidade urbana, torna-se importante a validação do modelo em uma cidade. Assim, decidiu-se aplicar esse modelo na cidade de João Pessoa, de forma a medir a sua aplicabilidade, metodologia e relevância. Com isso, foi buscado que esse sistema de indicadores possa ser replicado em outros municípios, ampliando o debate e a *práxis* da hospitalidade urbana.

4.4. Validação do Modelo de Hospitalidade Urbana

O modelo foi validado na Cidade de João Pessoa-PB. Para isso, foi necessário explorar aspectos da área de estudo, na qual o modelo será aplicado, sendo caracterizada nos aspectos: ambiental, social, econômico, turístico e histórico-cultural.

4.4.1. Caracterização da Cidade de João Pessoa-PB

Uma das cidades mais antigas do Brasil, João Pessoa possui uma história de 429 anos. Fundada em 1585, nasceu às margens do Rio Sanhauá e cresceu em direção ao mar. Sua história está marcada em seus monumentos espalhados por toda a cidade. Onde além de seus aspectos históricos e arquitetônicos é possível destacar suas áreas verdes (LONDE & MENDES, 2014).

João Pessoa, do ano 2000 a 2010, teve um crescimento populacional de 21% (BID, 2014), chegando a mais de 800 mil habitantes em 2019 (IBGE, 2020). Esses números nos mostram que a cidade cresce acima da média e que é importante observar de que forma se dá esse crescimento, quais suas ansias e preceitos acerca da perspectiva da qualidade de vida da população e da conservação do meio ambiente.

A capital da Paraíba desenvolve o Plano de Ação João Pessoa Sustentável, que é um projeto que está integrado a iniciativa da parceria entre o Banco Internacional de Desenvolvimento – BID e a Caixa Econômica Federal, intitulado “Iniciativa Cidades

Emergentes e Sustentáveis”. Tal iniciativa surgiu através do BID em 2010 e tem como foco três dimensões de sustentabilidade: ambiental e mudança climática; urbana; fiscal e governança. As atividades previstas visando a sustentabilidade no município totalizam investimentos de R\$1,25 bilhão (PLANO DE AÇÃO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, 2014).

A cidade foi escolhida devido ao crescimento expressivo da sua população entre os anos 2000 e 2010, período em que foi realizado o último censo. Enquanto nesse período o Nordeste cresceu 11,2% e o Brasil 12,3%, a Paraíba teve um aumento populacional de 9,4%. No entanto, João Pessoa, que tinha no ano 2000, 597.394 habitantes em 2010 passou a ter 723.515, um aumento de 21% (PLANO DE AÇÃO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, 2014).

Dessa forma, com esse Plano e com o virtuoso valor indicado para o investimento em ações sustentáveis, se percebe que a cidade caminha em busca de se adequar aos preceitos da sustentabilidade. Esse fato a diferencia e a coloca em um outro patamar da gestão pública, em relação ao país, devido as outras capitais não contarem com tamanho investimento, sendo importante uma avaliação constante para observar onde e como esse plano está influenciando no desenvolvimento equilibrado de João Pessoa.

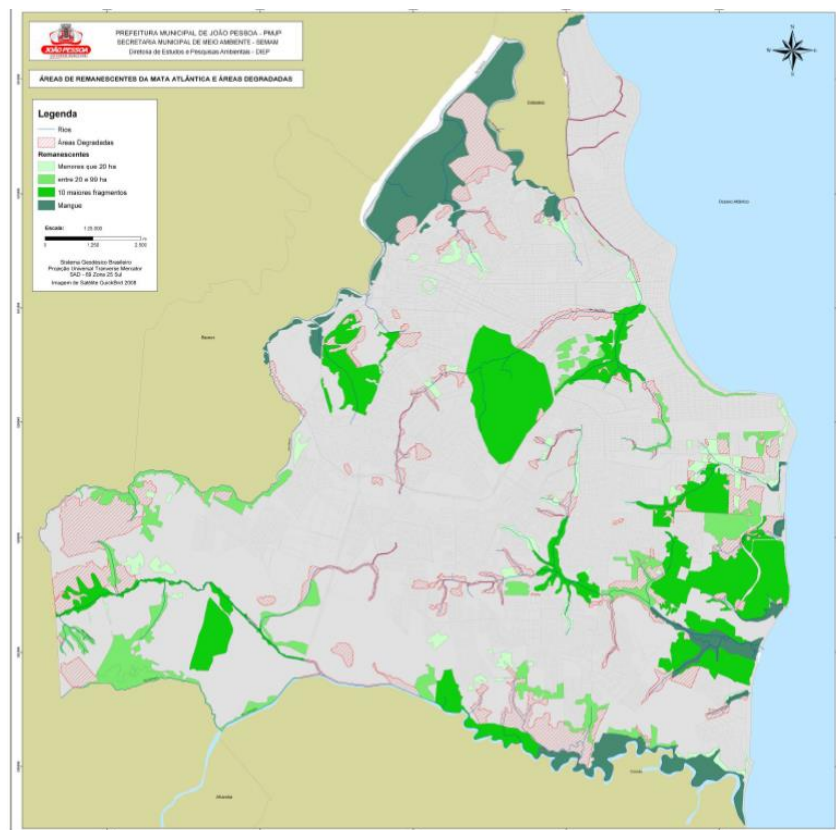
Alguns aspectos ambientais, sociais, econômicos, históricos, culturais e turísticos serão tratados na sequência, buscando dar uma visibilidade atual sobre todos esses temas que influenciam o dia a dia da população, dos visitantes e turistas da cidade.

4.4.1.1 Aspectos Ambientais

Assim como toda a região costeira do estado da Paraíba, João Pessoa encontra-se dentro do domínio da Mata Atlântica, mais especificamente formada por um tipo florestal denominado Mata dos Tabuleiros. A área é caracterizada pelo contato entre a Vegetação de Restinga e a Floresta Estacional Semidecidual, contudo, predominam componentes do segundo tipo (BARBOSA, 2008).

A Figura 1 mostra um mapa produzido pela Secretaria de Meio Ambiente de João Pessoa, no ano de 2010, onde estão os remanescentes de Mata Atlântica da cidade.

Figura 1: Mapa da Prefeitura de João Pessoa com as áreas remanescentes de Mata Atlântica



Fonte: João Pessoa (2010)

De acordo com a Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente as áreas de conservação integral estadual de João Pessoa são: Jardim Botânico Benjamim Maranhão (Mata do Buraquinho): com 517,4ha, onde 343ha são, exclusivamente, do Jardim Botânico; Parque Estadual das Trilhas dos Cinco Rios: com 578ha, na rodovia PB-008 (SUDEMA, 2017). A unidade é o segundo maior fragmento de Mata Atlântica da Paraíba atrás apenas da Reserva do rio Vermelho, na cidade de Rio Tinto. Os Parques Lineares Parahyba I, II e III: localizados no bairro Jardim Oceania. O parque Parahyba I tem 150 mil metro quadrados (SUPLAN, 2017), o II tem 305 mil metros quadrados, e o III tem uma área de 24.272 metros quadrados (Paraíba, 2021). Os parques são unidade de conservação com diversos equipamento de lazer e recreação, tais quais: playground e academias ao ar livre, ciclovia, estacionamentos, iluminação, campos e quadras de areia, rampas de acessibilidade, entre outros equipamentos.

Já sob domínio do Município, as os parques e áreas protegidas, são: Parques Solon de Lucena (Lagoa): localizado no entorno da Lagoa, no centro da cidade de João Pessoa, ocupa uma área de 150 mil m². O Parque foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP, por meio do decreto nº 8.653/80. Parque zoobotânico Arruda

Câmara (Bica): com 26,8ha, no bairro de Tambiá, é considerado o parque mais antigo da cidade, inaugurado em 1922; o Parque Bosque das Águas, com 40 mil metros quadrados, está localizado às margens da nascente do Rio do Cabelo, no bairro de Mangabeira; o Parque Natural do Rio Cuiá, com área total de 42,07ha, localizado no bairro Valentina; Parque Aquático das Três Lagoas, que conta com a nascente do Rio Jaguaribe, sendo o maior da cidade, localizado entre os bairros Esplanada e Jardim Veneza; Parque Ecológico Augusto dos Anjos, localiza-se em Gramame, possui área de aproximadamente 14.202,74 m² ou 1,42 ha. O Parque foi instituído pela Lei Municipal nº 10.739, de 10 de maio de 2006; Parque Ecológico Jaguaribe: localizado entre a Av. Ministro José Américo de Almeida e Presidente Epitácio Pessoa), criado pela Lei complementar nº 46, de 23 de julho de 2007, Art. 1º.

De acordo com o Plano de Conservação da Mata Atlântica de João Pessoa, desenvolvido pela prefeitura municipal, ainda existem outras dezesseis áreas com grande potencial para serem inseridas como áreas de Proteção Legal e Conservação municipal em João Pessoa. No âmbito estadual a Secretaria de Meio Ambiente do Estado destaca que ainda existem áreas mapeadas com potencial para a criação de novas unidades de conservação, como a Mata do Triunfo e a Mata Mangabeira (PARAÍBA, s/d).

João Pessoa, devido a uma campanha publicitária, foi considerada a segunda cidade mais verde do mundo e ainda hoje carrega esse “rótulo”. Com uma porcentagem de arborização de vias públicas de 78% de acordo com o IBGE (2010), a capital paraibana encontra-se acima da média nesse aspecto, quando comparada a outras cidades. Contudo, a cidade com a maior percentual de arborização do país é Goiânia com 89%, ou seja, 11% a mais que João Pessoa.

4.4.1.2 Aspectos Sociais

De acordo com o Atlas do Desenvolvimento Humano de (2013), João Pessoa tem um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,763, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto (IDHM entre 0,700 e 0,799). No ranking das cidades, João Pessoa ocupava a 320ª posição (IBGE, 2010), em relação aos 5.565 municípios do Brasil, onde 319 (5,73%) municípios estão em situação melhor e 5.246 (94,27%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 223 outros municípios de Paraíba, João Pessoa ocupa a 1ª posição, sendo que 0 (0,00%) municípios estão em situação melhor e 223 (100,00%) municípios estão em situação pior ou igual (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

João Pessoa é uma cidade densa a sua densidade está na faixa de 80%, e com uma margem de solo urbano em 70% e, conseqüentemente 30% não-urbano (JOÃO PESSOA e BID, s/d). Esse fato vai em direção ao pensamento de Jacobs (2014), quando a autora defende o conceito de cidade densas, visando uma política sustentável.

4.4.1.3 Aspectos Econômicos

O Produto Interno Bruto – PIB de João Pessoa é de R\$ 18,3 bilhões (IBGE 2018). A cidade é que tem o maior PIB do Estado da Paraíba. O setor de serviços tem a maior parcela na contabilidade (50,2%), seguido pela área industrial (18,7%), enquanto a administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social representavam 18,3%. Em contrapartida, a agropecuária era o setor com a menor participação percentual, de apenas 0,1% (RESENDE, 2018).

A renda per capita média de João Pessoa cresceu 99,73% nas últimas duas décadas, passando de R\$ 483,07 no ano de 1991 para R\$ 662,85 em 2000 e R\$ 964,82 em 2010. A taxa média anual de crescimento foi de 37,22% no primeiro período e 45,56% no segundo. A extrema pobreza (medida pela proporção de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 70,00, em reais de agosto de 2010) passou de 12,28% em 1991 para 6,56% em 2000 e para 3,48% em 2010. A desigualdade se manteve: o Índice de Gini passou de 0,62 em 1991 para 0,62 em 2000 e para 0,62 em 2010 (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2013).

O levantamento feito pelo BID afirma que um dos grandes desafios para um crescimento sustentável da cidade está em melhorar seu desempenho econômico. Em 2010, a cidade possuía 18.364 empresas que empregavam 299.500 pessoas, com um salário médio mensal de 2,9 salários-mínimos nacionais. Apesar do PIB per capita em 2010 de R\$ 13.552 ser o maior da microrregião, estava abaixo da média nacional e do Nordeste (PLANO DE AÇÃO JOÃO PESSOA SUSTENTÁVEL, 2014).

Já em relação ao turismo, a economia de João Pessoa aglutina 70% do gasto turístico realizado no Estado, em detrimento de outras áreas com potencial turístico. Entre 2001 e 2010, a receita estadual gerada pelo turismo passou de R\$800 milhões a R\$2.2 bilhões, representando em 2008 em torno de 8% do PIB paraibano (BID, 2014). João Pessoa tem um crescimento anual ininterruptos de visitantes nos últimos oito anos (FECOMERCIO, 2019).

4.4.1.4 Aspectos Turísticos

A cidade de João Pessoa tem um grande potencial para o desenvolvimento do turismo, devido possuir vários atrativos, como: praias, parques, reservas ambientais, e um centro histórico, que promove a demanda de visitação na cidade. Além disso, possui diversos parques, como pontuados anteriormente, que são considerados equipamentos turísticos importantes na capital.

João Pessoa, durante a alta temporada de 2021, foi um dos locais mais procurados para a visitação do país, de acordo com o site Omnibees (site de reserva de hospedagem) (JOÃO PESSOA, 2021). Esses números colocam o município como uma das potências do turismo no país, demandando responsabilidades e políticas públicas que desenvolva, cada vez mais, o turismo atrelado ao desenvolvimento da cidade junto a preceitos da sustentabilidade.

Sobre os principais pontos turísticos e políticas destinadas a essa atividade na cidade, são colocadas algumas questões problemáticas que interferem no desenvolvimento de um turismo moderno e, principalmente, sustentável em João Pessoa.

- Polo Turístico Cabo Branco

O Polo Turístico Cabo Branco busca fomentar o turismo em João Pessoa. Ele é um complexo turístico que tem como proposta ser localizado dentro da segunda maior unidade de conserva o de João Pessoa, o Parque Estadual das Trilhas, criada pelo decreto n  37.653/2017.

A implanta o do Polo, no final da década de 1980, deu-se por causa da deficiência na infraestrutura turística do estado e pela considerável atratividade natural existente na Paraíba. Situa-se em uma área, até então não urbanizada, de 560 hectares no litoral sul de João Pessoa, e foi planejado no governo de Tarcísio Miranda Burity (1987- 90) (D'ANGELUS E LIMA, 2012).

O projeto está inserido em uma área onde se encontra uma popula o tradicional de pescadores e uma abundante biodiversidade preservada. A cria o desse polo, provavelmente, resultará em muitos impactos socioambientais e, conseqüentemente, na falta de hospitalidade urbana urbana.

No primeiro edital do Projeto, divulgado em 1989, os lotes para constru es de empreendimentos hoteleiros foram cedidos para 16 grupos empresariais, incluindo grupos locais e nacionais, alguns deles com vínculos com cadeias internacionais (MOURA e GARCIA, 2009). No projeto atual há disponibilidade de 19 lotes para a implanta o de cinco meios de

hospedagem de grande e médio porte, entre hotéis e resorts à beira mar, além de setores comercial e serviços e animação (Figura 2).

Figura 2: Mapa com a separação dos lotes disponibilizados pelo Governo do Estado para a construção de meios de hospedagem no Polo Turístico Cabo Branco.



Fonte: Cinep.gov.br (2019)

Em relação aos aspectos ambientais, a região ofertada para a implantação do Polo é uma área de grande interesse econômico, privilegiada ecologicamente e de relevante valor paisagístico. A área é formada por uma faixa da orla marítima no litoral sul da cidade de João Pessoa-PB e por uma região de Mata Atlântica e ecossistemas a ela associados (restinga, mangue, laguna e estuário), bem como falésias e praias. Três unidades de conservação estão incluídas na área do projeto: o Parque Estadual de Jacarapé, o Parque Estadual do Aratu, e o Parque das Trilhas (MOURA E GARCIA, 2009).

A questão da sustentabilidade deve ser um dos pontos mais delicados à Secretaria do Turismo, e Governo do Estado. O Polo está cercado pela maior Reserva Ambiental da cidade, o Parque Estadual das Trilhas com 578,548 há (PARAÍBA, 2019). O parque é unidade de conservação de proteção integral e foi criado a partir do decreto nº 37.653/2017. Tal decreto foi efetuado como atendimento as condicionantes das licenças ambientais junto ao IBAMA, para a licença ambiental do Polo (PARAÍBA, 2019).

Os Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do Polo Turístico Cabo Branco foram feitos em 1989. Assim, pode-se aferir que o projeto já reinicia com uma atuação equivocada, pois após 32 anos, a vegetação e, conseqüentemente, o ecossistema naquela área já foram alterados, necessitando de um novo estudo ambiental que mostre as implicações ambientais atuais. Moura e Garcia (2009) afirmam que o Estudo do Impacto Ambiental desatualizado e realizado anteriormente ao decreto que dispõe sobre a Mata

Atlântica em estado de regeneração aumenta o risco de se implementarem ações incompatíveis com a legislação específica para este tipo de ambiente.

Além da questão urbana, aumento o espraiamento da cidade, a retirada da vegetação de uma área tão singular e vasta de Mata Atlântica, o bioma mais ameaçado do país, além do diferencial de ser em ambiente costeiro, é um retrocesso para a hospitalidade urbana e comercial de João Pessoa, e da Paraíba. Além de ir na contra mão das cidades densas, que se enquadram numa perspectiva sustentável que busca a redução do espraiamento urbano.

- Orla

Outro aspecto a se destacar é a Orla marítima de João Pessoa, que tem aproximadamente 30km de extensão (BID, 2014), e é um dos principais atrativos turísticos da cidade. Esta orla integra as praias: Barra de Gramame, Praia do Sol, Penha, Jacarapé, Seixas, Cabo Branco, Tambaú, Maraíra e Bessa. O maior fluxo de turistas se concentra entre as praias de Cabo Branco, Tambaú, Manaíra e Bessa, aglutinando a grande maioria dos meios de hospedagem, além de bares e restaurantes por todo o perímetro, o que se dá pela área mais urbanizada da Orla do município.

Um diferencial na Orla de João Pessoa e que está no Plano Diretor, é a limitação na altura para a construção de edifícios. O Plano Diretor na Seção II - Da Orla Marítima, destaca:

“Art. 25. A restrição adicional da Orla Marítima visa a cumprir os Art. 229 da Constituição Estadual e 175 da Lei Orgânica para o Município de João Pessoa, quanto à altura máxima das edificações situadas em uma faixa de 500 metros ao longo da orla e a partir da linha de testada da primeira quadra da orla em direção ao interior do continente” (PLANO DIRETOR DE JOÃO PESSOA, 2009, p.14).

Essa lei busca evitar a construção de espigões na beira-mar, evitando sombras na praia. Além disso, deixa a área mais acolhedora. De acordo com Ferraz (2014) quando os espaços construídos se “aproximam” do público com fachadas acessíveis, promovendo a “permeabilidade” visual, espaços de convivência e área com diversos usos, como é o caso da orla de João Pessoa, tem-se a hospitalidade urbana.

Pode-se considerar também a orla como um dos espaços de lazer mais utilizados pela população pessoense, devido a estrutura física nela encontrada. A área conta com ciclovias, calçada ampla para caminhada e *cooper*, campos de futebol de areia e vôlei, além de bares, restaurantes e lanchonetes, e das 5h às 8h da manhã a avenida beira-mar, no bairro Cabo Branco, é interdita para a prática de atividades físicas e de recreação.

A Orla tem uma estrutura importante de equipamento de lazer e de saúde pública. A praia de Tambaú conta com um largo que antes fazia parte de uma das principais avenidas da cidade, a Avenida Eptácio Pessoa, e que foi desativada, dando lugar a uma área de convivência e lazer. Com uma área de convivência, à beira mar da praia de Tambaú, com 8.621m², o Largo, inaugurado em 2020, é muito utilizado por moradores de João Pessoa e turistas e se tornou um dos principais projetos urbanos da cidade nos últimos anos (Figura 3).

Figura 3: Largo de Tambaú, na Praia de Tambaú, João Pessoa



Fonte: Google Imagem (2022)

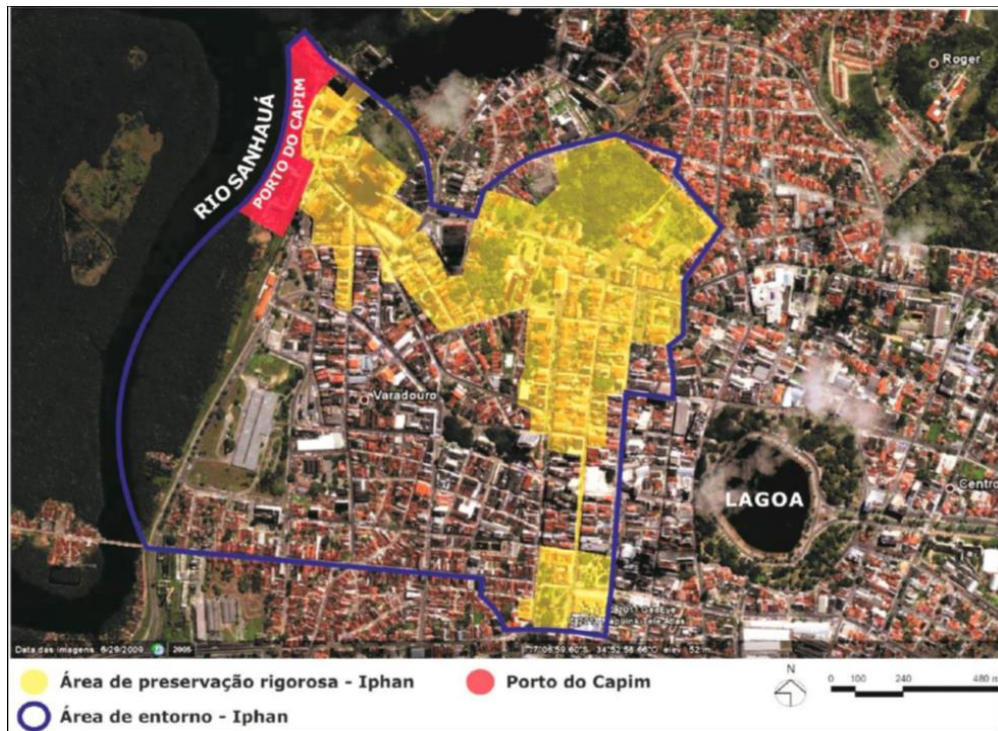
No entanto, a nova gestão municipal está propondo um retrocesso ao local, e pretende desativar o Largo, dando lugar novamente aos carros. Esse fato revela uma postura arcaica dos governantes municipais, e vai na contramão de debates atuais e modernos sobre a gestão urbana, como a cidade para as pessoas e a hostilidade causada em cidades que priorizam os carros (JACOBS, 2014); (JAN-GHEL, 2013). Além de revelar um modelo de gestão ultrapassado, esse fato elucida que o planejamento urbano atual do município não tem bases na hospitalidade.

Dessa forma, esses eventos contraditórios têm como argumento a melhora na mobilidade urbana e aumento do fluxo turístico, o que não são verdadeiros. A utilização da prática do turismo para a depredação socioambiental vem sendo utilizada há muito tempo pela especulação imobiliária e a hotelaria (CORIOLANO e VACONCELOS, 2014). É importante ressaltar que o turismo é uma atividade hospitaleira e assim para que esse aconteça o ritual da hospitalidade deve estar contido, ritual de acolhimento e de obrigações, buscando promover a segurança e a qualidade de vida dos moradores, visitantes e turistas.

4.4.1.5 Aspectos Históricos e Culturais

De acordo com o IPAHN (2014) o centro histórico de João Pessoa foi tombado em 2009, abrangendo 502 edificações. O tombamento parte dos bairros do Varadouro (Cidade Baixa) e Cidade Alta, em uma área de 370 mil m², em vinte e cinco ruas e seis praças, bem como o antigo Porto do Capim, local de fundação da cidade (Figura 4).

Figura 4: Mapa de localização área de tombamento do Centro histórico de João Pessoa



Fonte: Gonçalves (2014).

Na área demarcada, o traçado urbano ainda se mantém original. As edificações protegidas são representativas dos vários períodos da história da capital da Paraíba: o barroco da Igreja da Ordem Terceira de São Francisco (Figura 5), o rococó da Igreja de Nossa Senhora do Carmo (Figura 6), o estilo maneirista da Igreja da Misericórdia (Figura 7), a arquitetura colonial e eclética do casario civil, e o *art nouveau* e o *art déco* das décadas de 1920 e 1930 (Figura 8).

Figura 5: Igreja da Ordem Terceira

Fonte: IPHAEP.com (2022)

Figura 6: Igreja de Nossa Senhora do Carmo

Fonte: IPHAEP.com (2022)

Figura 7: Igreja da Misericórdia

Fonte: IPHAEP.com (2022)

Figura 8: Art nouveau e o art déc

Fonte: IPHAEP.com (2022)

Pode-se afirmar que o tombamento ou reconhecimento como patrimônio do Centro histórico de João Pessoa seja relativamente novo, o que pode resultar em uma determinada falta de reconhecimento por parte da população. De acordo com Endres *et. al.* (2007) o Centro Histórico de João Pessoa se caracteriza como um não-lugar, ou seja, um local sem “alma”, sem a participação da população e que tem como foco à venda para o turismo, onde se busca a espetacularização e não uma ligação ou contato da população com esses locais, que podem contar parte de sua própria história. Esse fato pode ser demonstrado por Silva (2016) quando entrevista um técnico do IPHAN que afirmou que quando foi feito o estudo para a revitalização do Centro Histórico de João Pessoa se percebeu que a população da cidade não tinha nenhum vínculo e nem reconhecimento com a área. Esse relato mostra que a população da cidade não conhece sua história e nem a sua identidade. Grinover (2006) afirma que a identidade de uma cidade e uma região é, ao mesmo tempo, o passado vivido por seus atores e um futuro desejado por eles. A única possibilidade de construir a hospitalidade urbana pressupõe a capacidade de conhecer a cidade como ela é, sobretudo, de reconhecê-la como realidade histórica.

Endres *et. al.* (2007), destacam que a revitalização feita na área a partir da década de 80, não foi feita com o planejamento para ser um lugar de pertencimento e identidade, o que

culminou em um não-lugar. Endres *et. al.* (2007) ainda dizem que a construção da identidade de um povo passa pelo reconhecimento da sua diferenciação frente aos outros povos. Quando o Centro Histórico de João Pessoa passa por uma revitalização onde o fim é o espetáculo e a padronização (pinturas com cores extravagantes, seguindo um padrão de outros centros históricos, como de Salvador, Recife e Fortaleza) e não o reconhecimento da sua diferenciação, esse espaço resultou em um não-lugar. Augé (1994) apud Endres *et. al.* (2007) diz que por “não-lugar” designamos duas realidades complementares, porém, distintas: espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer [e por extensão, o turismo] e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços.

Outro fato que mostra a falta de hospitalidade de João Pessoa no seu Centro Histórico é o conflito existente entre as autoridades locais e a comunidade do Porto do Capim e Vila Nassau. As comunidades do Porto do Capim e da Vila Nassau estão localizadas às margens do Rio Sanhauá. Após a reurbanização da cidade que foi em direção ao mar, a partir da década de 30, o porto que funcionava no local, e que foi responsável por toda supressão do mangue na época, foi desativado. Com isso, famílias de pescadores e de trabalhadores do antigo porto ocuparam o local a partir dessa desativação, na década de 40 (GONÇALVES, 2014). Essas famílias formaram uma comunidade com cerca de cento e cinquenta núcleos familiares que construíram um vínculo cultural, religioso, e de subsistência com o local, fazendo até mesmo com que o mangue, antes retirado, voltasse a ser predominante no local (SILVA, 2016).

Na década de 90, junto a um projeto da prefeitura e do governo de estado em parceria com o governo da Espanha, foi desenvolvido um projeto de “Revitalização do Centro Histórico de João Pessoa”. Além da reestruturação dos prédios, tem no plano a “revitalização” do Porto do Capim. O projeto visa a retirada da comunidade para construção de um centro turístico, com áreas para festas, bem como um píer para a promoção do turismo náutico. Na defesa dos técnicos que desenvolveram o projeto, a comunidade está em uma área precária e de preservação ambiental, o que inviabilizaria “legalmente” a permanência dos moradores no local (SILVA, 2016). No entanto, de acordo com Gonçalves (2014), a construção do centro turístico seria exatamente onde estão localizadas as residências, o que torna o argumento técnico ilógico.

Silva (2016) diz que o projeto de revitalização do Porto do Capim visa alterar a imagem da cidade. Para o autor, “na essência, a cidade é uma mercadoria de luxo destinada a um determinado grupo de elite de potenciais compradores” (SILVA, 2016, p.190). A imagem da cidade é também um dos pilares da hospitalidade urbana (GRINOVER, 2007). Projetos de

revitalização baseados na “higienização” social de locais para dar lugar a um produto turístico além de representar a falta de hospitalidade urbana, revela problemas sérios de gentrificação (BELL, 1997), perda da identidade local para o mercado, além de, como alerta Ramo (2021), promover o overturismo, ou seja, um movimento anti-turismo.

O Plano Diretor da cidade teoricamente visa um uso de solo de forma justa, no seu Art. 2º diz que:

“O Plano Diretor tem como objetivo assegurar o desenvolvimento integrado das funções sociais da cidade, *garantir o uso socialmente justo da propriedade e do solo urbano* e preservar, em todo o seu território, os bens culturais, o meio ambiente e promover o bem-estar da população” (PLANO DIRETOR DE JOÃO PESSOA, 2009, p. 2). [Grifo nosso].

No Art 5º ainda fala sobre a função social da propriedade urbana:

“Art. 5º. Para cumprir sua função social, a propriedade urbana deve satisfazer, simultaneamente, as seguintes condições: II - aproveitamento e utilização integrados à preservação da qualidade do meio ambiente e do patrimônio cultural, compatíveis com a segurança e saúde de seus usuários e das propriedades vizinhas” (PLANO DIRETOR DE JOÃO PESSOA, p. 4).

Dessa forma, esse projeto não é sustentado pela legislação e sim por interesses mercadológicos que buscam a valorização de determinadas áreas na cidade, frente a desconsideração da história e dos costumes presentes dos povos contidos nela, resultando em uma espetacularização de um local que é o que é, devido a convivência dessas pessoas que hoje estão sendo expulsas dele.

Essa falta de hospitalidade para com a comunidade local visando o aumento da hospitalidade comercial revela um emaranhado de problemas em João Pessoa, que são anexadas ao Turismo, sendo necessário uma avaliação que leve em conta esses aspectos e os outros que influenciam na vida da população, mas que não estão diretamente ligados a atividade turística.

4.4.2. Análise da Hospitalidade Urbana de João Pessoa-PB

Após a reunião dos indicadores propostos na construção do modelo de sistema de indicadores da hospitalidade urbana, foram inseridos os seus valores visando debater o nível da hospitalidade em João Pessoa-PB. Levando em consideração os números, as suas relações com os temas selecionados e o conceito de hospitalidade urbana e sustentabilidade, se chegará a essa avaliação. O Quadro 5 evidencia os indicadores selecionados para João Pessoa-PB, bem como os 42 valores encontrados.

Quadro 6: Modelo do Índice da Hospitalidade Urbana com os valores referentes à João Pessoa

Temas	Indicadores	Valores	Fonte
Política social	Porcentagem do acesso à água potável com serviço de abastecimento e encanamento	100%	(João Pessoa e BID, 2014).
	Indicador de atendimento urbano de esgoto	80,92%	(Trata Brasil, 2021);
	Taxa de criança com ciclo vacinal completo	52,37%	DataSus.com (2022)
	Número de restaurantes populares	2	Dados primários
Cidadania	Número de reuniões do orçamento democrático por ano	1	Paraíba (2021)
Turismo	Taxa de ocupação hoteleira do ano anterior	57,95%	Primário (ABIH, 2022)
	Porcentagem de satisfação do turista ao visitar a cidade	68,86%	FECOMERCIO (2022)
	Porcentagem da satisfação do turista com a receptividade local	97,36%	FECOMERCIO (2022)
Meio Ambiente	Taxa per capita de arborização	47m/habitantes	João Pessoa (2021)
	Porcentagem de resíduos sólidos reciclados	6%	G1 (2019)
	Áreas total remanescentes do bioma local / Mata Atlântica	30,67%	(João Pessoa, 2010)
Sociabilidade	Número de praças	204	Primário (SEINFRA, 2022)
	Número de parques	12	Paraíba.gov (s/d)
	PIB per capita	R\$ 25.768,06	IBGE (2019)
Fortalecimento dos laços sociais	Urbanização das vias públicas	25,1%	IBGE (2010)
Educação baseada na promoção das relações sociais	Taxa de alfabetização	91,1%	IBGE (2019)
	Número de escolas integrais	56	Primária (Secretaria da educação do Estado) Secundária (João Pessoa, 2020).
Acolhimento de sem-teto e imigrantes	Número de pessoas em situação de rua	400	Primária (Secretaria de Comunicação de João Pessoa, 2022)
	Número de abrigos para pessoas em situação de rua	2	João Pessoa (S/D)
	Número de abrigo para imigrantes	4	Paraíba (2021)
Local como resultado de uma construção histórica (Território)	Centro histórico	1	Primário
	Número de monumentos históricos	38	(SEINFRA e IPHAEP, 2022)
	Expectativa de vida ao nascer	74,1	IBGE (2018)

	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade	99,6%	IBGE (2019)
Estrutura urbana	Porcentagem dos bairros com iluminação pública	100%	(João Pessoa e BID, 2014)
Acesso a direitos sociais	Número de pessoas na extrema pobreza	6,47%	IBGE (2021)
	Desemprego	12,1%	IBGE, 2021
	Estabelecimentos de Saúde SUS	203	PostoDeSaúde.com (2022)
	Porcentagem dos domicílios ligados a rede elétrica	100%	(João Pessoa e BID, 2014)
Deveres dos cidadãos	Taxa de participação de eleitores nas eleições municipais	75,2%	TER (2020)
Deveres de gestão política	Despesas per capita em saúde pública	R\$ 326,99	CRM-PB (2019)
	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	286	Plano Diretor de João Pessoa (2021)
	IDHM	0,763	Plano Diretor de João Pessoa (2020)
Gentrificação	População urbana em assentamentos informais	11,45%	(João Pessoa e BID, 2014)
	Preço médio do metro quadrado de imóveis	R\$ 4.849,00	A União (2021)
Acesso a cidade	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes.	44,9,9 / 100 mil hab.	IPEIA (2019)
	Porcentagem de pessoas que levam mais de uma hora no trajeto entre a residência e o trabalho	70%	Plano Diretor de João Pessoa (2020)
Mobilidade Urbana	Bairros atendidos com sistema de transporte público	100%	Plano Diretor de João Pessoa (2020)
	Taxa de rede viária adaptada para ciclistas	2,86%	Plano Diretor de João Pessoa (2020)
Utilização dos espaços urbanos	Densidade populacional por áreas da cidade	3.421,28 hab./km ²	IBGE (2010)
Ecologia urbana	Taxa de vias públicas arborizadas	78,4%	IBGE (2010)
	Índice de qualidade do ar	1.721.681 toneladas de CO ²	IQAir (2022)

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022.

Os resultados mostram que o primeiro impasse para a formulação do índice foi encontrar os valores para alguns indicadores, devido à existência desses resultados apenas a nível estadual ou nacional. Foi necessário à sua busca através do modelo primário de coleta, o que se teve um bom retorno de alguns órgãos da prefeitura e organizações privadas, e de outros nem tanto. No entanto, os indicadores abordados trazem um bom panorama de todas as nuances que abrangem a temática, dando luz ao índice da hospitalidade urbana na cidade. Todos esses indicadores serão operacionalizados através da sua padronização em índices, bem como, discutido de modo mais aprofundado na sequência.

4.4.2.1 Política Social

O primeiro tema selecionado foi política social, escolhido por se mostrar como um dos pilares para a hospitalidade urbana por diversos autores, tais quais Grinover (2006); Baptista (2014); e Severine (2014). Não apenas na hospitalidade, mas em todos os estudos sobre a cidade a política social é um dos principais temas abordados, pois trata de questões que impactam diretamente na qualidade de vida e no direito dos cidadãos. As políticas sociais são as que buscam de alguma forma beneficiar a população e, principalmente, diminuir as assimetrias sociais.

Para buscar refletir a hospitalidade urbana partindo da política social, foi posto de forma interdisciplinar questões que são importantes para a manutenção da vida e, principalmente, da qualidade de vida das pessoas. Os indicadores selecionados buscam dar luz a estruturação da política social em João Pessoa. Os indicadores são: porcentagem do acesso à água potável com serviço de abastecimento; porcentagem de residência com acesso a esgotamento sanitário; taxa de crianças com ciclo vacinal completo; número de restaurantes populares (Quadro 7).

Quadro 7: Tema: Política Social

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Política social	Porcentagem do acesso à água potável com serviço de abastecimento e encanamento	100%	Parâmetro máximo: 100%; Parâmetro mínimo: 0%	1,000
	Indicador de atendimento urbano de esgoto	80,92%	Parâmetro máximo: 100%; Parâmetro mínimo: 0%	0,8052
	Taxa de criança com ciclo vacinal completo	52,37%	Parâmetro máximo: 100%; Parâmetro mínimo: 0%	0,5237
	Número de restaurantes populares	2	Parâmetro máximo: 15 (1 a cada 4 bairros) Parâmetro mínimo: 0	0,1333
			Índice	0,6155

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022

A “porcentagem do acesso à água potável com serviço de abastecimento”, foi um indicador que se destacou com 100% dos domicílios contemplados com o serviço de água encanada (BID e JOÃO PESSOA, 2014) o que resulta em um índice com valor máximo de 1. Isso mostra uma realidade promissora para a cidade e para a população, demonstrando o acesso à água potável, recursos importantes para a manutenção da vida, quando o país tem apenas 83,7% dos domicílios com água potável (G1, 2020). Esse resultado eleva João Pessoa a um grau acima da média nacional.

Foi considerado também a “porcentagem de residência com acesso a esgotamento sanitário”, o que já mostrou uma outra realidade. Em João Pessoa, 80,92% das residências estão ligadas a rede de esgoto, o que é um problema sério, e que revela um indicador de 0,8092. Apesar de se enquadrar em um nível ideal, perante a avaliação colocada na pesquisa, ainda é pouco para um tema tão importante e básico para a sociedade, como o saneamento básico. De acordo com a OMS (2009), as mortes por contaminação, resultantes do saneamento inadequado, são de 88%, onde 84% representam crianças. Investimento em infraestrutura de saneamento básico reflete diretamente no desenvolvimento e economia do país, já que pessoas saudáveis garantem maior produtividade e redução de gastos com consultas médicas e internações.

Não existe hospitalidade urbana onde as vidas das pessoas são colocadas em risco através da contaminação resultante da destinação final do esgoto irregular. Trazendo o conceito de Grinover (2006) sobre acessibilidade na hospitalidade urbana, o esgotamento sanitário figura como questão prioritária. Uma cidade não recebe bem seus cidadãos e visitantes quando esses estão expostos a esgotos a céu aberto. No entanto, comparado a um panorama geral, a cidade está na posição 36º do saneamento básico no ranking que avalia as 100 maiores cidades do país, e é a 4º do Nordeste (TRATA BRASIL, 2021), ou seja, esse problema é nacional e necessita de uma solução mais abrangente.

Outro indicador selecionado para expor a política social em João Pessoa foi a “taxa de crianças com ciclo vacinal completo”, ou seja, o número de crianças que tomou todas as vacinas previstas no Sistema de Vacinação do SUS (Sistema Único de Saúde). De acordo com o DataSUS (2017), em João Pessoa apenas 52,37% das crianças estão com a carteira de vacinação completa, esse valor coloca esse indicador como aceitável, com um indicador de 0,5237. Essa realidade demonstra um problema para a saúde pública da cidade. Apesar de incentivos e políticas que visam o aumento da vacinação de crianças, como o Bolsa Família, que exige a carteira de vacinação da criança, esse número mostra uma realidade distante da ideal. Dessa forma, faz-se importante uma política de saúde pública mais efetiva, que vise o aumento desse indicador, para que as crianças de João Pessoa tenham acesso a esse direito básico.

Uma outra política social importante, tanto para uma cidade como para a sociedade em geral, é a segurança alimentar. Para medir essa questão foi proposto o número de restaurantes populares na cidade. Esses restaurantes são financiados por órgãos públicos e visam oferecer alimentação a população por um preço simbólico. Na cidade de João Pessoa as refeições dos

restaurantes populares custam R\$ 1,00. A cidade conta com dois restaurantes populares, um no Centro e outro no bairro de Mangabeira.

A alimentação está presente no debate da hospitalidade desde os primórdios. A forma mais ancestral da hospitalidade, que é a hospitalidade privada, traz a alimentação como a própria hospitalidade. Boff (2005) traz o conceito da hospitalidade fundamental e é a forma que demonstra a hospitalidade na recepção e alimentação do outro (hóspede). Para Lévi-Strauss (2004) a passagem do homem biológico para o social partiu da modificação do alimento cru para o cozido. E nessa sociabilidade estava a partilha de alimentos, característica fundamental da hospitalidade.

Quando a cidade de João Pessoa promove política que visa oferecer alimentação para as pessoas em situação de vulnerabilidade social, demonstra um ato de hospitalidade, que fortalece os laços através da garantia de um direito fundamental. Contudo, o indicador que trata desse aspecto foi de 0,1333, ou seja, se mostra como um valor crítico. Esse resultado demonstra que no momento em que o Brasil está com 19 milhões de pessoas com insegurança alimentar (VALERY, 2021), dois restaurantes para atender uma cidade com mais de 800 mil pessoas é um número abaixo do esperado.

A política social de João Pessoa, apesar de um resultado razoável, com um índice de 0,6155 que se enquadra como um nível aceitável de hospitalidade urbana para a sustentabilidade, expõe alguns problemas que necessitam de uma política mais efetiva e estruturada. A política social é a base para qualquer cidade que busca um desenvolvimento equilibrado e uma qualidade de vida para os seus moradores. Dessa forma, melhoria em questões pontuais trariam maiores benefícios a população pessoense.

4.4.2.2 Cidadania

A cidadania é outro tema relevante para a hospitalidade urbana e que deve ser considerada na sua avaliação. Para Grinover (2013, p. 19):

“não poderá haver hospitalidade em lugares em que não se apresenta, inicialmente, um dos conceitos, entre os mais antigos da civilização ocidental, como a cidadania. Tema fundamental para entender a hospitalidade como processo socioantropológico em espaços urbanos, não podemos deixar de analisá-lo em seus significados históricos e sociais, não havendo dúvidas, ao nosso ver, de que o conceito de cidadania constitui um dos focos da hospitalidade urbana”.

O autor também coloca que esse tema parte de uma troca de obrigações, onde para ser cidadão o indivíduo tem que fazer parte da cidade de forma participativa e a gestão pública

oferecer meios de cidadania, através de políticas públicas, para a população (GRINOVER, 2013). Silva e Bitteli (2019) afirmam que ser cidadão é ser portador de direitos e obrigações. E que na abordagem sobre a importância a ser dada ao espaço público na hospitalidade, sugere-se a discussão sobre o anfitrião urbano, e que antes é preciso entender as características desse espaço e de quem é esse espaço, ou seja, capacitá-lo para a cidadania. Marshal (1967) pondera que há uma espécie de igualdade humana básica associada ao conceito de participação integral na comunidade, o qual não é inconsciente com as desigualdades que diferenciam os vários níveis econômicos da sociedade, esse fenômeno é o que ele chama de cidadania.

Hellen (2018) ainda coloca que a discussão do tema cidadania, também está centralizada em torno da definição dos direitos sociais e que estes são utilizados como elementos para compor os direitos da cidadania. Com isso, é importante destacar que a cidadania está muito ligada aos direitos sociais.

Nesse sentido, o indicador colocado para representar a cidadania foi o “número de reuniões do orçamento democrático por ano” e o “número de políticas públicas destinadas as minorias” (Quadro 8). No entanto, o segundo não conta com valores, impossibilitando-o de ser avaliado. Já o primeiro, o valor é 1, apenas uma reunião do Orçamento Democrático foi realizada em João Pessoa em 2021, de forma online (devido a pandemia de COVID-19), e por parte do Governo do Estado. Colocado o parâmetro de uma reunião por mês para o indicador o valor foi de 0,0833, o que coloca a cidadania em um nível crítico.

Quadro 8: Tema: cidadania

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Cidadania	Número de reuniões do orçamento democrático por ano	1	Parâmetro Máximo: 12; Parâmetro mínimo: 0	0,0833
			Índice	0,0833

Fonte: Autores da pesquisa, 2022

Isso demonstra que a prefeitura não conta com esse meio para o fortalecimento da democracia, que também faz parte da engrenagem da hospitalidade, como coloca Derrida (2003). Baixo número de participação da população nas decisões políticas diminui a democracia e, conseqüentemente, a cidadania em João Pessoa, enfraquecendo a hospitalidade urbana. Boff (2005), afirma que a democracia funciona como remédio contra toda a exclusão e falta de hospitalidade, além de garantir a sustentabilidade pelo empoderamento da sociedade. Assim, o seu fortalecimento resulta também na promoção de uma cidade mais hospitaleira e sustentável.

A cidadania em João Pessoa necessita ser ampliada partindo da abertura a participação da sociedade nas tomadas de decisões, fortalecendo a democracia. Isso acarreta boa aplicação dos recursos públicos e maior satisfação com os resultados por parte da população que terão optados pelas escolhas. Outra questão e ser mencionada é a transparência em relação às políticas destinadas às minorias, fato que não ocorre em João Pessoa, e que deve ser fortalecido de forma a se dar uma resposta a essa questão tão importante para a hospitalidade. Medidas que buscam favorecer grupos que por vezes são excluídos da sociedade são de fundamental importância para a promoção da hospitalidade, pois estará buscando diminuir as desigualdades e preconceitos na cidade.

4.4.2.3 Turismo

O Turismo é um dos principais temas que abordam a hospitalidade, pois ele aglutina as três formas da hospitalidade de Lashley e Morrison (2006). O turismo se relaciona com a hospitalidade urbana (SEVERINE, 2014; GRINOVER, 2007) e com a hospitalidade privada (BOFF, 2005), além de fazer parte da hospitalidade comercial (CORIOLANO, 2014). A recepção, como já pontuado, está no âmago da hospitalidade. E essa recepção como coloca Severine (2014) não se concentra apenas com “os de fora”, para a autora o morador de uma cidade também é hóspede de sua própria cidade, quando a gestão pública deve focar a sua estrutura urbana para esses hóspedes internos que, como consequência, refletirá na forma de recepção dos externos, oferecendo, além de uma boa estrutura física urbana, uma população realizada que receberá os turistas de forma harmoniosa, ou seja, hospitaleira.

O turismo também é uma atividade que está diretamente relacionada a economia de uma cidade. Sendo uma das atividades que mais crescem, geram emprego e renda a milhares de pessoas e desenvolvimento, quando bem planejado, à cidade. É um tema importante na avaliação da hospitalidade urbana, pois concentra questões tanto sociais como econômicas além de ambientais, devido que na maioria das vezes os atrativos turísticos são focados na natureza.

Para se observar a relação do turismo com a hospitalidade urbana foram trazidos os indicadores referentes a esse tema. Tal qual o “número de estabelecimentos de alimentos e bebidas (A&B)”. O valor desse indicador foi dado pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (ABRASEL-PB), e o número é de 350 estabelecimentos de A&B, associados a ela. No entanto, esse valor não reflete a realidade da cidade, pois esse é o número apenas de

estabelecimentos credenciados a associação, ficando de fora a grande maioria dos negócios relacionados a área de alimentos e bebidas, o que resultou na desconsideração desse dado.

Também foi levantada a “taxa de ocupação hoteleira do ano anterior (2021)”, que foi de 57,95% de acordo com a Associação Brasileira de Indústria de Hotéis (ABIH-PB), dando um resultado ao indicador de 0,5795, e se posicionando em um nível aceitável. Esse indicador está diretamente relacionado à hospitalidade comercial. Ele revela que a ocupação hoteleira quando comparada a 2019, período pré-pandemia, que foi de 64,67%, teve uma queda seguindo a tendência mundial. O turismo foi uma das atividades mais afetadas pela pandemia de COVID-19, em todo o mundo. No Brasil, os gastos de turistas caíram 49%, acarretando mais de 1 milhão de desempregados nesse setor, de acordo com Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo - CNC (2021). Assim, esse resultado de João Pessoa acompanhou a realidade brasileira.

Outros indicadores que buscam demonstrar a relação do turismo com a hospitalidade urbana foram a “taxa de satisfação do turista com a cidade” e a “taxa de satisfação do turista com a receptividade local”, ambas divulgadas pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços (FECOMERCIO-PB, 2020). O primeiro indicador teve o valor de 0,6886, e colocando o nível de aceitável para a “satisfação do turismo com a cidade”. Esse valor mostra que a cidade, aos olhos dos visitantes, ainda precisa se adequar para recepcionar bem os seus hóspedes, visando alcançar um nível ideal.

O segundo indicador foi de 97,36%, e é representado por um indicador de 0,9736, um valor alto que o nivela como ideal. Esse resultado mostra que na percepção dos turistas e visitantes, os moradores de João Pessoa os recebem muito bem, ou seja, são acolhedoras. Para quase 100% das pessoas entrevistadas a população da cidade é hospitaleira no desenvolvimento do turismo. Assim, esses valores demonstram que apesar da cidade, na sua forma física, não está em um nível alto de hospitalidade, a sua recepção social está demonstrando um nível alto de hospitalidade.

Quadro 9: Tema: Turismo

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Turismo	Taxa de ocupação hoteleira do ano anterior	57,95%	Parâmetro máximo: 100%; Parâmetro mínimo: 0	0,5795
	Porcentagem de satisfação do turista ao visitar a cidade	68,86%	Parâmetro Máximo: 100%; Parâmetro Mínimo: 0	0,6886

	Porcentagem da satisfação do turista com a receptividade local	97,36%	Parâmetro Máximo: 100%; Parâmetro Mínimo: 0	0,9736
			Índice	0,7472

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022.

A relação da hospitalidade comercial e a urbana é muito próxima, tendo que o planejamento na cidade ter que considerar o turismo e vice-versa, levando a debates mais aprofundados e interdisciplinares para o desenvolvimento da cidade e do próprio turismo. Severine (2014) coloca que embora seja frequentemente ligada exclusivamente ao turismo, a ciência da hospitalidade abrange uma diversidade maior de possibilidades, pois estuda tanto as necessidades do turista quanto as relações sociais que se estabelecem entre quem recebe (anfitrião) e quem é recebido (hóspede) em um determinado espaço. Esse espaço, na esfera da hospitalidade urbana, diz respeito ao espaço público (ruas, calçadas, praças, largos, parques etc.) e ao espaço privado de uso público (como restaurantes, cafés, bares etc.).

O turismo em João Pessoa vem se desenvolvendo, como já explanado. Esse fato resulta em problemas, como os também já elencados, se mal planejadas. Contudo, essa atividade é importante para qualquer cidade, e não apenas devido as questões econômicas, mas também pelo fortalecimento dos laços sociais na qual ela promove. O índice do turismo para a hospitalidade urbana em João Pessoa foi de 0,7472, um valor que o coloca com um nível aceitável, devendo a cidade aperfeiçoar algumas questões para atingir um nível ótimo de turismo. Esse índice pode vir a melhorar com a retomada do turismo pós-pandemia de COVID-19 e com o mapeamento e resolução dos problemas estruturais da cidade que não agradam os visitantes e turistas da cidade, como a estrutura urbana.

4.4.2.4 Meio ambiente

A sustentabilidade urbana é um dos principais pontos de debates no cenário atual, e isso acontece em diversos setores: governamentais, organizações privadas e a ciência. Pensar a relação urbana com o meio ambiente é missão primordial no caminho para a sustentabilidade, e esse fato deve acarretar um pensamento interdisciplinar, que traga teorias que integrem a busca pelo equilíbrio socioambiental. Dessa forma, medir as características ambientais em João Pessoa-PB e sua relação com a hospitalidade urbana revela como a cidade está avançando rumo à sustentabilidade.

Os indicadores selecionados para medir as características ambientais de João Pessoa foram a “Taxa per capita de arborização”; “taxa de resíduos sólidos reciclados” e “área total de

remanescente de bioma local (Mata Atlântica)” (Quadro 10). Esses indicadores buscam demonstrar a relação: cidade e natureza, bem como a gestão ambiental na cidade.

Quadro 10: Tema: Meio ambiente

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Meio Ambiente	Taxa per capita de arborização	47m/habitantes	Parâmetro máximo: 94m/habitante (Resultado da cidade de Goiânia-GO); Parâmetro mínimo: 12m/habitante (OMS)	0,4117
	Porcentagem de resíduos sólidos reciclados	6%	Parâmetro máximo: 100% Parâmetro mínimo: 0	0,06
	Áreas total remanescentes do bioma local / Mata Atlântica	30,67%	Parâmetro máximo: 100% Parâmetro mínimo: 0	0,3067
			Índice	0,2594

Fonte: Autores da pesquisa, 2022

A taxa per capita de arborização em João Pessoa foi de 47m² por habitante, esse indicador é representado por um valor de 0,4117, demonstrando um nível de alerta. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) os números mínimos de arborização por habitante em uma cidade devem ser de 12m². Mas esse é um número mínimo, quando comparada a cidades como Goiânia – GO que é de 94m²/hab. João Pessoa fica com um nível bem abaixo do ideal. Já foi levantado ao longo do texto a importância da vegetação urbana no equilíbrio ecológico da cidade. Considerando isso, esse dado traz um cenário abaixo do esperado para João Pessoa, na sua relação com conservação da natureza, tendo a cidade que desenvolver políticas públicas que aumentem a sua arborização.

Baptista (2008) fala sobre a relação humana com a natureza e diz que essa também deve ser regida pelas leis da hospitalidade. Conforme a citação da autora:

“A nossa interação com a natureza não é hospitaleira, pois desfrutemos do verde da paisagem, do azul do céu ou do cinzento da chuva. Deleitamo-nos com as cores, os sons, os cheiros, os paladares e tudo mais que faz a graça e a felicidade da vida. No entanto, ao mesmo passo, tratamos a natureza sem alma e afeto, como objeto de manipulação desmesurada, o mundo natural encontra-se hoje ameaçado por múltiplas agressões, impondo ao ser humano a assunção de limites éticos, sem os quais não é possível a partilha hospitaleira do tempo e do espaço” (BAPTISTA, 2008, s/p).

Já Nucci (2008) traz uma perspectiva mais ecológica e fala da importância da arborização na cidade no equilíbrio e qualidade ambiental da cidade. A já citada importância da predominância arbórea no meio urbano é o aspecto fundamental e ser considerado pelo planejamento, pois além das questões ecológicas, essas evitam alagamento e deslizamento de

terras, evitando tragédias e mostrando importância da natureza em áreas urbanas no equilíbrio ambiental e social.

Quanto mais a natureza for considerada no planejamento urbano mais hospitaleira a cidade será. João Pessoa-PB faz parte do bioma Mata Atlântica, sendo esse o mais afetado pela ação antrópica no país. De acordo com a SOS Mata Atlântica (2021), atualmente existe apenas 12% de áreas remanescentes desse bioma. É o mais ameaçado e o com a maior diversidade do planeta. A conservação da Mata Atlântica deve constar como um dos principais aspectos no ordenamento urbano ambiental, e João Pessoa conta com 30,67% de área total remanescente (JOÃO PESSOA, 2010. p.14), esse indicador é representado por um valor de 0,3067, revelando um nível de alerta.

Segundo o Plano de Recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa (2010), a cidade desde sua fundação até o início da década de 1970 (385 anos), ocupou apenas 30% do seu território. Contudo entre 1971 e 2008 houve uma expansão urbana exacerbada que atingiu a ocupação de 76,1% da área do Município. Tal fato revela que para que a cidade continue com bases urbanas ambientais hospitaleiras é importante um planejamento urbano ambiental que evite grandes danos a sua vegetação.

O Instituto Chico Mendes – ICMBio tem um Projeto denominado Extremo Oriental das Américas que visa fortalecer a conservação da biodiversidade na região da Grande João Pessoa (João Pessoa, Bayeux, Cabedelo, Lucena, Santa Rita). A proposta do Projeto é unificar dezesseis Unidades de Conservação dessas cidades, além de criar outras, visando reduzir a perda da biodiversidade que acontece no estuário do Rio Paraíba, devido a especulação imobiliária e a expansão urbana (ICMBio, 2013). Tal projeto aumentará a qualidade ambiental de João Pessoa bem como o seu aporte de mata nativa, melhorando a qualidade de vida, a diminuição dos impactos, e se aproximando de uma rotina sustentável.

Contudo, projetos como o do Polo Cabo Branco e o da Reurbanização do Porto do Capim trazem uma realidade degradante para a natureza da cidade. Impactando em questões culturais e históricas, como a remoção de uma comunidade tradicional do Centro da cidade, e ambientais devido a remoção de uma grande área remanescente de Mata Atlântica Costeira referente ao Polo Cabo Branco, além de promover o espraiamento da cidade, revelando uma desconexão das gestões públicas com a conservação ambiental.

Outro indicador considerado no tema Meio Ambiente foi a porcentagem de resíduos sólidos reciclados na cidade. Um dos maiores problemas urbanos para o equilíbrio ambiental é o lixo. É inconcebível para uma cidade ser hospitaleira sem que haja uma política efetiva no controle dos seus resíduos sólidos. Doenças e contaminações ambientais são os resultados em uma cidade pela falta de planejamento adequado para esse tema. Em João Pessoa o indicador afirma que apenas 6% do lixo é reciclado, explicitando um valor do indicador de 0,06, e colocando em um nível crítico uma questão tão importante para a sustentabilidade, a qualidade de vida e a hospitalidade urbana, como é a coleta de forma adequada dos resíduos sólidos.

O meio ambiente na avaliação do sistema de indicadores da hospitalidade urbana em João Pessoa, ficou com um índice de 0,2594, em um nível de alerta, mas muito próximo a crítico. Essa realidade constata que a cidade não tem uma política que promova o equilíbrio ambiental no planejamento urbano. Tais indicadores apresentados são básicos na função de revelar o estado da conservação da natureza e denotam que a política ambiental de João Pessoa não se enquadra como sustentável.

4.4.2.5 Sociabilidade

A hospitalidade é o dom do espaço a ser lido e contemplado, que se conecta com o fortalecimento das relações sociais, fazendo parte dessa leitura. A hospitalidade urbana é feita por e para as pessoas da cidade, o encontro é uma das características sociais principais da cidade, se socializar é fazer parte do meio urbano. Dessa forma, o fortalecimento das relações sociais deve ser considerado no planejamento urbano, e essa busca pelo fortalecimento se caracteriza como hospitalidade urbana.

Para Baptista (2008) o uso da expressão “hospitalidade urbana” não remete necessariamente para as condições específicas de vida da cidade, mas sim para um traço de carácter humano essencial que transcende qualquer inscrição territorial ou comunitária, voltadas para as relações sociais.

Derrida (2007) fala em uma hospitalidade incondicional pautada na sociabilidade e configurada por uma filosofia que propõe a utopia da pós-tolerância. Para o filósofo, a tolerância não cabe na sociabilidade, pois essa daria ao tolerante uma superioridade. Quando se tolera alguém se faz um esforço para aceitar a diversidade de outra pessoa na sociedade. Para Derrida (2007) a sociabilidade deve ser pautada na hospitalidade incondicional ou abertura incondicional para o outro. O filósofo defende que essa utopia tem como caminho o

fortalecimento dos laços sociais, pois quanto mais fortalecido os laços forem, haverá menos tolerância e mais hospitalidade.

Jacobs (2001), ao falar nas cidades para as pessoas, diz que um parque para ter seu objetivo efetivado deve conter quatro características: complexidade, centro bem definido, insolação e delimitação espacial. De todas essas características onde a autora mais se debruça é na complexidade, na qual ela observa como a diversidade de uso e de pessoas nesses locais influenciam no meio urbano a partir de espaços para a convivência.

Grinover (2007) reforça que a hospitalidade da cidade passa pela organização dos espaços públicos. A praça clássica era um vazio urbano organizado que tomava a forma e o caráter de tudo o que se fazia conforme as horas do dia e as estações do ano, participando ativamente da rotina da cidade. Isso traz a noção de território, que assumido como um espaço, passou a ter significado a partir dos atores que deles se utilizam e se sociabilizam.

Com tudo isso, entende-se que a sociabilidade é um tema muito presente no debate sobre a hospitalidade, e que avaliar como a gestão pública busca promovê-la deve fazer parte da análise da hospitalidade na cidade, além de observar como a utilização dos espaços públicos estão servindo para essa promoção. Pensando que a hospitalidade urbana é a organização dos espaços públicos para as pessoas, nota-se que esses espaços devem ser espaços de fortalecimento das relações sociais.

Raffestin (1997) coloca que o urbanismo é um instrumento da hospitalidade responsável pela organização das paisagens urbanas e dos espaços públicos, e utiliza a praça pública que, com o advento das cidades ocidentais, são consideradas como os principais lugares hospitaleiros. Para entender se os espaços públicos de João Pessoa buscam promover a hospitalidade urbana a partir da sociabilidade foram selecionados dois indicadores: “número de praças” e o “número de parques” na cidade (Quadro 11). Esses dois equipamentos têm como pretensão a aglutinação de pessoas, se configurando como um local de sociabilização.

Quadro 11: Tema: sociabilidade

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Sociabilidade	Número de praças	204	Parâmetro máximo: 66 (uma por bairro) Parâmetro mínimo: 0	1,000
	Número de parques	12	Parâmetro máximo: 32 (um parque a cada dois bairros) Parâmetro mínimo: 0	0,375

Índice	0,6875
---------------	--------

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022

No resultado das avaliações dos indicadores, João Pessoa possui 204 praças. Considerando o número de bairros, que totalizam 66, têm-se uma média de 3,09 praças para cada bairro, o que revela uma boa média desses espaços destinados às pessoas, resultando em um índice de 1,000, nível ideal. O índice mostra que a cidade conta com muitas praças espalhadas pela cidade, o que fortalece a hospitalidade a partir da sociabilidade, do lazer e da recreação.

Já os parques, que além de promoverem a sociabilidade e o fortalecimento dos laços sociais, são espaços que têm também como objetivo a conservação do meio ambiente, o resultado foi diferente. Devido a maior complexidade contida na estrutura de um parque, o parâmetro utilizado foi de um parque a cada dois bairros. João Pessoa tem 12 parques, o que dá um resultado para esse indicador de 0,375 e se estabelece em um nível de alerta. Esse índice releva, mais uma vez, que a questão da conservação ambiental em João Pessoa, que também está relacionada ao número de parques, necessita de um plano mais sério e abrangente para a cidade.

João Pessoa se caracteriza como uma cidade que oferece espaços de socialização, apesar do número de parques ser baixo. Um maior número de parques aumentaria tanto a sociabilidade como a conservação ambiental refletindo na hospitalidade urbana e, conseqüentemente, na sustentabilidade. Apesar de tudo, a sociabilidade em João Pessoa tem um índice aceitável, de 0,6875. Esse índice coloca João Pessoa como uma cidade que promove a hospitalidade urbana a partir da sociabilização.

Apesar de um expressivo índice em relação às praças, é necessário que haja a compreensão de que há espaços que são imprescindíveis em uma cidade para a promoção da hospitalidade urbana e a sociabilização e esses devem ser promovidos. O exemplo do Largo de Tambaú revela que há falta de reconhecimento disso, pois um espaço que é, atualmente, ocupado por pessoas, não pode facilmente voltar a ser ocupado por carros, sem ser considerada a hostilidade que essa ação trará. Isso demonstra uma visão ultrapassada e que desconsidera a hospitalidade urbana e uma visão moderna no planejamento urbano.

4.4.2.6 Política Econômica

Mauus (1946) diz que a hospitalidade foi a forma mais primitiva da política e da economia. O autor, ao analisar povos ancestrais, percebeu que o compromisso firmado a partir da hospitalidade era o que regia a economia e a política desses povos. Trocas, compromissos e contratos baseados na hospitalidade eram a base para as relações desses povos.

Na hospitalidade contemporânea, a economia da cidade se configura como forma de acesso. O nosso sistema econômico, ao contrário do analisado por Mauus, é pautado na troca de dinheiro. Com isso, a manutenção da vida é sustentada pela quantidade de dinheiro que cada pessoa possui. Os estudos urbanos contemplam as questões econômicas de forma aprofundada, trazendo diversos conceitos e reflexões, tais como Santos (2018) e Lefebvre (2019), que mostram a influência de um sistema econômico na cidade e seus efeitos. Na hospitalidade urbana o foco da reflexão se dá na diminuição das disparidades sociais, partindo do conceito de acesso de Grinover (2006).

Para entender a economia e a sua relação com a hospitalidade e a sustentabilidade nesse modelo de índice, foram selecionados a “taxa de investimento público municipal” bem como o “PIB per capita” (Quadro 12). Para o primeiro indicador não foi obtido o seu valor, pois não foi disponibilizado atualizado pela prefeitura. Já o segundo, o PIB per capita é de R\$ 25.768,06, valor muito abaixo do maior PIB per capita do país que é de R\$ 464.883,49 do município Presidente Kennedy - ES. Com esses valores o índice da economia em João Pessoa avaliado pelo Sistema de Indicadores da Hospitalidade Urbana é 0,0554, um nível crítico. Esse dado revela uma performance muito ruim da economia da capital da Paraíba, mostrando a necessidade de um planejamento urbano que vise o aumento desse índice, pois esse influencia em diversos outros, devido à economia ser uma das bases para os processos urbanos.

Quadro 12: Tema: Política econômica

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Política Econômica	PIB per capita	R\$ 25.768,06	Parâmetro máximo: maior PIB Per Capita Municipal do país: R\$ 464.883,49	0,0554
			Parâmetro mínimo: média nacional: 0	
			Índice	0,0554

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022.

Se o indicador de investimento público estivesse acessível seria possível fazer uma comparação entre os dois, na busca de revelar se o valor do PIB per capita de João Pessoa é

resultado da falta de um investimento público ou falta de planejamento. De acordo com Rodrigues e Teixeira (2010), investimento público é o modelo com maior capacidade de impulsionar o crescimento econômico.

João Pessoa, com esse resultado, não se mostra muito promissora ao dar acesso aos seus cidadãos a um bom resultado econômico, colocando em risco direitos e necessidades básicas da população. Com esse risco, a hospitalidade também fica ameaçada e a sustentabilidade mais distante da sua concretização na cidade.

Esse dado vai de encontro a um dos pontos do Plano João Pessoa Sustentável que também mostra esse baixo resultado econômicos, e que no Plano prevê políticas que fortaleçam a gestão de governança da cidade, visando a melhoria dos seus números (JOÃO PESSOA E BID, 2014).

4.4.2.7 Fortalecimentos dos Laços Sociais

Como demonstrado anteriormente, um dos pilares para a hospitalidade na cidade são os lugares que promovem o fortalecimento dos laços sociais. Esses locais que, primordialmente, são públicos, devem ter como sentido as pessoas. Jacobs (2014) diz que as ruas têm vida com crianças brincando, gente fazendo compras, gente passeando, gente falando. Assim, quando a estrutura urbana se concentra na procura por uma cidade que promova os laços sociais, ela está promovendo uma cidade para as pessoas.

Baptista (2008) afirma que no contexto da vida contemporânea a hospitalidade dos lugares mede-se fundamentalmente pelo tipo de laços sociais que instauram, pelo espírito humano que os anima, e nem tanto pelos rituais de recepção que tradicionalmente caracterizam o acolhimento na “nossa casa” ou na “nossa terra”.

O que diferencia a sociabilidade dos laços sociais é que a primeira se dá numa perspectiva menos aprofundada. Enquanto a sociabilidade busca o encontro, os laços sociais buscam o aprofundamento desses encontros, sendo importante também na configuração da identidade da cidade. Esses laços têm como elo, entre a identidade urbana e o indivíduo, a rua e as participações nas configurações da cidade, o que também demonstra urbanidade e cidadania.

Para analisar essas características tão importantes na hospitalidade urbana, foram contemplados os indicadores: “urbanização das vias públicas” e “número de associações

comunitárias” (Quadro 13). Esses indicadores têm como objetivo demonstrar o fortalecimento das relações sociais, partindo tanto de questão da estrutura urbana como da participação social das pessoas que fazem parte da cidade.

Quadro 13: Tema: Política Social

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Fortalecimento dos laços sociais	Urbanização das vias públicas	25,1%	Parâmetro máximo: 100%	0,251
			Parâmetro mínimo: 0	
			Índice	0,251

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022.

Quanto ao segundo indicador, não foi possível acessar seus valores exatos correspondentes, pois os órgãos públicos não possuem essa lista completa para disponibilizar tal informação. Nem mesmo a busca por dados primários na internet possibilitou resposta para esse indicador. Contudo, deve-se pontuar que a participação das pessoas em associações comunitárias fortalece esses laços, pois aumenta a participação cidadã na cidade, na comunidade e na democracia.

O primeiro indicador, que traz a urbanização das vias públicas, reflete uma realidade abaixo da esperada para João Pessoa, onde essa taxa é de 25,1%, refletindo um valor ao indicador referente ao Fortalecimento dos laços Sociais de 0,251, um nível de alerta, mas que está muito próximo ao crítico. Esse resultado coloca a cidade como não promotora do fortalecimento dos laços sociais e, conseqüentemente, da hospitalidade.

A urbanização de vias públicas se caracteriza por um conjunto de fatores que tornam a rua mais segura e atrativa, como transporte, iluminação, pavimentação... O não investimento na urbanização das vias públicas torna a rua um local evitado pelas pessoas, devido se tornar um local não atraente ou até mesmo hostil, transformando os espaços públicos em espaços sem vida.

4.4.2.8 Educação Baseada na Promoção das Relações Sociais

Na busca pelo fortalecimento das relações sociais a educação para a hospitalidade é ponto fundamental (BAPTISTA, 2014). A autora ainda diz que o espaço público acessível representa mais do que o espaço destinado ao uso coletivo, ao demandar uma apropriação social pelo cidadão, por residentes ou visitantes. Assim, é no espaço público que a hospitalidade assume a dimensão política, em termos dos desafios para a inclusão das pessoas, a serem

respondidas, entre outras questões, pela educação em diálogo com o planejamento e gestão urbana.

Baptista (2014) diz que o essencial da educação urbana são a sociabilidade e a solidariedade, dois termos que são sinônimos de hospitalidade. Para autora, perdidas essas dimensões, o mundo do trabalho e do lazer perdem o sentido, os parques tornam-se espaços inúteis, e todas as características de cidade agradável e segura perdem seu valor.

Se o conceito de hospitalidade se baseia na troca, o de educação também. Dessa forma, esses dois conceitos são complementares. A forma como as informações são passadas de geração em geração é o que constrói uma sociedade, e quando essa construção busca se sustentar na hospitalidade, essa troca se torna mais altruísta, buscando um futuro menos violento, menos preconceituoso e menos intolerante (BAPTISTA, 2008).

A educação também se relaciona com diversos indicadores aqui propostos, sendo centro para o futuro. Dessa forma, analisá-la neste índice se torna imprescindível para a hospitalidade urbana, pois é a base para uma socialização baseada no respeito ao outro. Para identificar se a educação de João Pessoa busca a hospitalidade, foram selecionados os indicadores: “taxa de alfabetização” e “número de escolas integrais” (Quadro 14). O primeiro indicador busca elucidar a situação geral na educação da cidade, e o segundo, o fortalecimento laços sociais.

Quadro 14: Tema: Educação Baseada na promoção das relações sociais

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Educação baseada na promoção das relações sociais	Taxa de alfabetização	91,01%	Parâmetro máximo: 100% Parâmetro mínimo: 0	0,9101
	Número de escolas integrais	56	Parâmetro máximo: 747 (100%) Parâmetro mínimo: 0	0,0722
	Índice			0,4911

Fonte: Autores da pesquisa, 2022.

O indicador de alfabetização de João Pessoa tem um valor de 0,9101, se enquadrando como ideal, pois a taxa de porcentagem é de 91 %. Apesar disso, a taxa de analfabetismo do Brasil é de 6,6%, em João Pessoa esse número é de 8,9%. Essa porcentagem demonstra uma deficiência grave e que acarreta diversos problemas estruturais como violência, miséria, subemprego etc. Essa realidade mostra que a cidade precisa fortalecer a educação. Esse número já é reflexo do Estado, que teve o 2º maior índice de analfabetismo do país em 2019, de acordo com o IBGE (2020).

O segundo indicador mostra que a cidade conta com cinquenta e seis (56) escolas integrais. Se comparado ao número total de escolas que é de 747, o valor do indicador fica em 0,0722, colocando em um nível crítico. A educação integral fortalece as bases educacionais a sociabilização dos estudantes através da escola. Esse resultado é muito inferior ao ideal e revela uma questão complicada na educação de João Pessoa.

O resultado dos dois indicadores revela um índice de Educação Baseada na Promoção das Relações Sociais de 0,4911, se posicionando em um nível de alerta. Um tema tão importante para o desenvolvimento urbano, como a educação, não deve ter um resultado desse. Apesar de as escolas integrais serem um equipamento relativamente novo na estrutura educacional da Paraíba, a sua disponibilidade deve se mostrar mais presente, de formar a fortalecer a educação e promover a hospitalidade e a sustentabilidade em João Pessoa.

4.4.2.9 Acolhimento dos sem-teto e imigrantes

Ao falar de acolhimento dos sem-teto e imigrantes está se falando sobre o modelo mais ancestral da hospitalidade, a hospitalidade fundamental (Boff, 2005). A hospitalidade já foi lei, receber um peregrino em casa já foi obrigação. A igreja católica na sua égide tratou os desamparados como se recebendo a Deus, e foi a primeira a ter uma estrutura para acolher essas pessoas em mosteiros. Foi nesse período que surgiram os primeiros modelos de meios de hospedagem, na intenção não do lucro, mas apenas da hospitalidade (BOFF, 2005).

Maciel (2019) coloca que a lei da hospitalidade se dá em receber, atender, cuidar e celebrar (com) outros indivíduos e comunidades. Isso é um dever humano porque fundamenta a sobrevivência, como no reflexo das comunidades nômades, onde a inospitalidade no deserto corresponde a uma sentença de morte por desidratação ou assassinato. Dessa forma, acolher o Outro é ponto de partida das leis da hospitalidade.

Outros teóricos contemporâneos tratam da questão dos sem-teto e imigrantes na realidade atual, como Gotman (1997); Caile (2003); Derrida (2007). Esses trazem o debate da hospitalidade para com essas pessoas à luz da relação com a cidade. A cidade com as suas configurações: política, cultural e econômica, exclui pessoas que não se enquadram em um determinado padrão.

Para observar como a cidade recebe os sem-teto e os imigrantes, se estruturou no modelo os indicadores que mostram o “número de pessoas em situação de rua”; o “número de imigrantes”; o “número de abrigos para sem-teto”; e o “número de abrigo para imigrantes”

(Quadro 15). Esses dados têm como foco mostrar a situação da cidade em relação a quantidade de pessoas que precisam de hospitalidade, bem como a disponibilidade de equipamentos para o acolhimento dessas pessoas.

Quadro 15: Tema: Acolhimento de sem-teto e imigrantes

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Acolhimento de sem-teto e imigrantes	Número de pessoas em situação de rua	400	Parâmetro máximo: 8.117 (1% da população) Parâmetro mínimo: 0	0,9437
	Número de abrigos para pessoas em situação de rua	2	Parâmetro Máximo: 16,2 (um abrigo para cada quatro bairros) Parâmetro Mínimo: 0	0,1234
	Número de abrigo para imigrantes	4	Parâmetro Máximo: 16,2 (um abrigo para cada quatro bairros) Parâmetro Mínimo: 0	0,2469
			Índice	0,438

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022.

A cidade de João Pessoa não tem o levantamento do número de imigrantes que se encontram na cidade, existe apenas o número que corresponde aos imigrantes existentes em todo o Estado. A inexistência desse dado já reflete uma falta de hospitalidade, pois não sabendo quem se está acolhendo na cidade, não tem como oferecer um bom acolhimento.

O segundo indicador, que trata da quantidade de pessoas em situação de rua, mostra que de acordo com Secretaria de Comunicação do Município (2022), existem quatrocentas (400) pessoas em situação de rua. Esse número revela que com uma política pública efetiva esse grande problema social pode acabar sem muito desprendimento econômico, político ou social, o índice desse tema é de 0,9437, se colocando como um nível ideal. Contudo o número ideal seria nenhuma pessoa em situação de rua ou desabrigada. Mas que a cidade conta com um número baixo.

É importante ressaltar que o direito à moradia está previsto no artigo 6 da Constituição Federal de 1988, e que a cidade deve estruturar o seu desenho para o bem-estar de todas as pessoas. O Estatuto das Cidades também prevê esse direito, e ainda diz que prédios abandonados com os IPTU's atrasados devem ser destinados à política de moradia popular. Esta prática não é realizada pelas gestões públicas, no entanto, consegue ser pauta recorrente nos movimentos de luta por moradia.

Esses dois indicadores revelam um cenário de quem e quantas pessoas a cidade deve oferecer assistência, e evidenciam que a gestão pública não tem informações que a auxiliem essas pessoas. João Pessoa como o Brasil está recebendo imigrantes da Venezuela, dados sobre essas pessoas revelariam uma política afirmativa relacionada a hospitalidade para com elas.

Os outros dois indicadores tentam expor o número de equipamentos destinados ao acolhimento dessas pessoas vulneráveis. Sobre o número de abrigos para pessoas em situação de rua, existem apenas dois (2), o que demonstra a falta de uma política efetiva que busque diminuir essa mazela social. Quando colocado um parâmetro relacionado ao número de bairros o valor se estabelece em 0,1234, em um nível crítico de hospitalidade urbana. É sabido que apenas dois abrigos não são suficientes para atender as 400 pessoas que necessitam de um amparo. Esse fato demonstra a falta de hospitalidade para com essas pessoas, e aprofunda esse problema social que também é parte fundamental da sustentabilidade.

Sobre o número de abrigos para imigrantes, de acordo com a Secretaria de Comunicação, são quatro 4, quando colocado o mesmo parâmetro para esse indicador o seu valor é de 0,2469, um nível crítico da hospitalidade urbana. Contudo, sem saber a quantidade de pessoas que necessitam desse equipamento, se impossibilita a avaliação mais aprofundada desse acolhimento. No entanto, esses números demonstram que a gestão pública municipal tem atuado mais na política de imigração, com o dobro de locais, se comparado as pessoas em situação de rua. Contudo, não é possível avaliar se a quantidade de quatro abrigos é suficiente para os imigrantes, devido à falta de dado.

A falta de acolhimento para com essas pessoas coloca a cidade, neste quesito, em um patamar de inospitalidade com um índice de acolhimento de 0,438, um nível de alerta da Hospitalidade urbana em João Pessoa. A inexistência de estruturas básicas de sobrevivência que contemplem todas as pessoas que necessitam, é uma falta para com a Constituição Federal, que no seu Artigo 5º prevê: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Com isso, além de ir contra os preceitos da hospitalidade e da sustentabilidade, que visam a diminuição das disparidades sociais, João Pessoa vai contra a Constituição Federal de 1988, quando não mantém uma política pública pautada na hospitalidade e na lei.

4.4.2.10 Local como resultado de uma construção histórica (Território)

Foi colocado por Grinover (2006) que na perspectiva urbana da hospitalidade, um dos pilares é a identidade e a legibilidade da cidade. Esses dois aspectos, que na literatura são fundamentais para a hospitalidade, podem ser identificados através da historicidade da cidade. A história pode ser observada através dos seus monumentos e dos seus locais históricos (centro histórico; praça cívica...). Baptista (2014) corrobora afirmando que o monumento reflete um tempo anterior que deixa marcar na cidade, que se desfigura e se altera, daí o monumento simboliza um tempo (época) e um espaço que se altera ao passar do tempo.

Grinover (2002), afirma que a cidade em si é um monumento. A cidade conta sua história, sua cultura e seus costumes, com a sua territorialidade. Esse ambiente vivo revela a uma história viva e mutável que se altera a cada dia e se mostra nos seus monumentos e arquitetura. Baptista (2014) complementa afirmando que o monumento também pode significar uma contribuição à hospitalidade. O tempo e espaço ficam semantizados, quando o monumento também se torna um signo de lugar importante, para demarcar territorialidades e, nessa condição, alimentar identidades constituídas no seu interior e em tal condição, também se colocando, contemporaneamente, como demarcador para os visitantes.

Para avaliar a territorialidade no modelo de índice da hospitalidade urbana foram colocados indicadores que têm uma perspectiva histórica. O primeiro é o “Centro Histórico”, se a cidade possui, e o segundo é o “número de monumentos históricos” (Quadro 16). Pensando numa construção da territorialidade e identidade na cidade esses indicadores revelam a relação das cidades com a sua história.

Quadro 16: Tema: Local como resultado de uma construção histórica (território)

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Local como resultado de uma construção histórica (Território)	Centro histórico	1	Parâmetro máximo: 1 Parâmetro mínimo: 0	1,0000
	Número de monumentos históricos	38	Parâmetro máximo: 66 (um para cada bairro) Parâmetro mínimo: 0	0,5757
	Índice			0,7878

Fonte: Autores da pesquisa, 2022

João Pessoa é a segunda capital mais antiga do país, com 436 anos, tal fato dá a cidade uma vasta história durante a sua trajetória e que deve ser contada pelos seus monumentos e arquitetura. O centro histórico é um dos principais pontos da cidade, fazendo parte do dia a dia

da população local com lojas, bares, repartições públicas, além de locais para visitação dos turistas.

Como pontuado na seção anterior existe um projeto que busca uma “higienização” para a promoção do turismo predatório nesse local. A história de um local não pode ser apagada para se tornar um atrativo com função mercadológica. O centro histórico é um local de identidade e territorialidade, não um local para a espetacularização.

Um projeto de fortalecimento do centro histórico é importante, mas buscar apagar a história local tentando elitizá-lo é um erro que ataca diretamente a territorialidade da cidade, além de descaracterizar a identidade de um lugar que sempre teve uma convivência comunitária. Grinover (2006) coloca que a identidade de uma cidade é, ao mesmo tempo, o passado vivido por seus atores e um futuro desejado pelos mesmos. O autor ainda diz que a única possibilidade de construir a hospitalidade pressupõe a capacidade de conhecer a cidade como ela é, sobretudo, de reconhecê-la como realidade histórica.

O indicador da Hospitalidade Urbana relacionado ao Centro histórico, se posiciona em 1,0000, um nível ideal. Esse fato demonstra que a localidade agrega muita identidade a cidade e que um local como esse fortalece a hospitalidade urbana em diversos contextos, como: histórico, identitário, arquitetônico, turístico, social, econômico, cultural e, no caso de João Pessoa, também ambiental, devido às suas características.

Sobre os monumentos históricos, João Pessoa conta com 38 monumentos espalhados pela cidade. Esse dado foi conseguido através de uma parceira da Secretaria de Infraestrutura do Município (SEINFRA) e o Instituto do Patrimônio Artístico Nacional (IPAHN) que se disponibilizaram para oferecer a esta pesquisa. Usando a metodologia que compara com o número de bairros, o valor desse indicador chega a 0,5757, estando em um nível aceitável de hospitalidade. Esses dados revelam que a cidade constrói sua história a partir de monumentos, fortalecendo a sua identidade e a sua territorialidade, além da legibilidade que faz com a cidade seja lida também através deles.

Com tudo isso, o índice da territorialidade em João Pessoa é de 0,7878, estando em um nível ideal, revelando que a cidade de João Pessoa mantém uma relação próxima com a sua história e territorialidade e promove a hospitalidade urbana através dessa.

Com tudo isso, apesar de um projeto nefasto que se procura implementar no Centro Histórico da Cidade, João Pessoa ainda tem a sua identidade histórica viva e que faz parte da

convivência das pessoas que a constituem. Sua riqueza histórica é observada no dia a dia, através dos monumentos, sendo fortalecida por todos que dela fazem parte, fortalecendo a hospitalidade urbana na cidade através do fortalecimento da noção de território.

4.4.2.11 Acesso a direitos individuais

A cidade, devido a competição imposta pelo modelo urbano que a sociedade construiu, ou seja, baseada na economia, (Lefebvre, 2019) é local onde os direitos individuais são mais reivindicados. No entanto, esses direitos individuais são o básico para um indivíduo, afinal de contas, direito é direito não se pode tirar ou diminuir seu acesso. Porém, é sabido que o funcionamento do sistema urbanístico, principalmente no Brasil, país caracterizado como um dos mais desiguais do mundo, o que predomina é a retirada ou o não atendimento a direitos individuais fundamentais da população, o que ocasiona diversos embates e torna a cidade um local de conflito.

A gestão de uma hospitalidade urbana, no seu âmago, tem a função de diminuir esses conflitos buscando dar acesso às pessoas aos seus direitos individuais. Kant diz que para encontrar a paz é necessário, entre outras teses, a hospitalidade universal. O filósofo traz essa expressão num contexto de recebimento do estrangeiro, mas dentro da cidade, devido aos conflitos construídos dentro dela, onde iguais são tidos como diferentes, essa hospitalidade universal torna-se necessária.

Grinover (2006) e Caille (2018) destacam que a acessibilidade evoca diversos conceitos ligados às possibilidades de acesso dos indivíduos, ou de grupos sociais, a determinadas atividades e serviços presentes na cidade, devendo proporcionar a igualdade de oportunidades aos usuários urbanos. O debate sobre acessibilidade no campo da hospitalidade parte do acesso a direitos. Dessa forma, ao avaliar a hospitalidade urbana torna-se importante observar como esses direitos estão sendo colocados e se a população está sendo atendida.

Para medir essa perspectiva tão robusta e complexa foram selecionados indicadores que tratam de direitos básicos, que são aqueles imprescindíveis à dignidade do indivíduo. Foi posto o “índice do preço da cultura”; a “expectativa de vida ao nascer”; e a “taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade” (Quadro 17). Apesar de diversificado, foi buscada a abrangência pela qual o tema comporta.

Quadro 17: Tema: Acesso a direitos individuais

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Acesso à direitos individuais	Expectativa de vida ao nascer	74,1	Parâmetro máximo: 82 (referência da cidade com maior expectativa de vida do Brasil) Parâmetro mínimo: 0	0,9036
	Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade	99,6%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	0,996
	Índice			0,9498

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022

João Pessoa não tem o índice do preço da cultura, disponibilizando-o apenas a nível estadual e isso dificultou a análise desse indicador. É importante ressaltar que a cultura é um direito individual e que deve ser atendido. A cultura fortalece os laços sociais e a identidade local, fortalecendo a identidade e territorialidade.

O segundo indicador foi a expectativa de vida ao nascer, que em João Pessoa é de 74,1 anos, obtendo um valor de 0,9036, se posicionando em um nível ideal. Apesar desse valor a expectativa de vida de João Pessoa está abaixo da média nacional que é de 76,8 anos. Esse dado é uma realidade agregada de outros muitos indicadores, como estrutura de equipamento de saúde, saneamento básico etc. e revela que a cidade precisa implementar políticas públicas que melhorem a qualidade de vida dos cidadãos e, conseqüentemente, lhes permitam mais longevidade.

O último indicador traz a taxa de escolarização de 6 a 14 anos. Esse indicador reforça a importância da educação na hospitalidade urbana, ao mesmo tempo que busca refletir como os direitos sociais estão sendo atendidos. A taxa de João Pessoa é de 99,6%, esse indicador se estabelece com um valor de 0,996, em um nível ideal de hospitalidade urbana. Em dez anos a cidade subiu quase 4% nesse indicador, mostrando que a cidade cresceu mais do que a média nacional. Em 2010 o Brasil tinha 98,6% e hoje tem 99,7%, um crescimento de 1,1%. João Pessoa em 2010 tinha 96,6% de pessoas entre 6 e 14 anos na escola e atualmente 99,6% um crescimento de 3%. Essa evolução é um ponto positivo para a cidade em um tema relevante para o desenvolvimento humano, que é a educação.

Esse tema “Acesso a direitos individuais” é importante, pois além de ele contar com indicadores em áreas distintas, ele representa questões prioritárias no debate urbano, que são as bases para a manutenção humana, educação acessível, e fomento da cultura. Esse tema busca espelhar como se dá a manutenção do corpo, do ser e da alma das populações. No modelo de

indicadores da Hospitalidade Urbana em João Pessoa o seu índice foi de 0,9498 um nível ideal, revelando que nesse quesito a cidade se destaca e promove a hospitalidade, a partir do acesso da população a direitos.

4.4.2.12 Estrutura Urbana

Até agora a maioria dos indicadores tiveram a intenção de avaliar as questões sociológicas, filosóficas ou políticas. No entanto, a estrutura urbana busca tratar as questões mais tangíveis da cidade, como o nome já diz, a parte urbana. O espaço urbano é o local onde o ritual da hospitalidade acontece, dessa forma, é importante que ele tenha uma estrutura adequada para proporcionar uma boa hospitalidade. Grinover (2009) afirma que a hospitalidade na cidade deve ser definida como um sistema de atividades que se coloca ao longo de uma cadeia que vai do espaço construído aos espaços públicos e às redes de infraestruturas, compartilhando a noção de atividade com a de experiência.

A experiência na cidade deve ser acolhedora, segura e prazerosa, ou seja, hospitaleira. O que dá o suporte para essa experiência é a estrutura urbana, pois essa é sentida no imediato e se estabelece no contato (físico, visual, auditivo, olfativo). Com isso, o planejamento urbano de uma cidade deve ter como uma das prioridades a estrutura urbana oferecida na cidade. Isso passa por questões de infraestrutura física, plano diretor, controle e fiscalização, entre outras.

Para entender como a estrutura urbana se relaciona com a hospitalidade foram contemplados dois indicadores para esse tema, no entanto, outros indicadores que estão agrupados em outros temas também podem servir para a avaliação da estrutura urbana. Os indicadores destacados para o tema foram a “porcentagem dos bairros com iluminação pública” e “domicílio particulares adequados à moradia” (Quadro 18).

Quadro 18: Tema: estrutura urbana

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Estrutura urbana	Porcentagem dos bairros com iluminação pública	100%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	1,0000
	Domicílios particulares adequados à moradia	88,7%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	0,887
			Índice	0,9435

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022

Contudo, apesar da inexistência dos valores do segundo indicador, no tema sobre “acesso à cidade” foi selecionado o indicador que demonstra a porcentagem de imóveis inadequados, ou seja, um contraponto. Foi visto que o número de residências não adequadas

para a moradia foi de 11,3% (JOÃO PESSOA E BID, 2014). O resultado, conseqüentemente, revela que 88,7% dos imóveis em João Pessoa são adequados, representado por um valor do seu indicador de 0,887, um nível ideal, mas que apesar disso mostra que mais de 11% das residências em João Pessoa são inseguras, representando um alerta para a hospitalidade e para questão da moradia na cidade.

O primeiro indicador traz um número promissor que mostra que 100% dos bairros de João Pessoa têm iluminação pública, que contempla o indicador o valor máximo de 1,0000, um nível ideal. A iluminação pública é uma das principais estruturas urbanas, que traz segurança, lazer, conforto e qualidade de vida para a população que dela se beneficia. A hospitalidade urbana se estabelece a partir de alguns indicadores, e o conforto e a segurança são exemplos que devem ser oferecidos pela estrutura urbana (SEVERINE, 2014). A iluminação deixa o espaço público mais atrativo, mais convidativo, ou seja, mais hospitaleiro. Sendo assim, nesse ponto João Pessoa se destaca, oferecendo uma estrutura urbana a partir da iluminação dos bairros de forma ampla.

O acesso a serviços urbanos, como a iluminação e moradia digna, são bases para um desenvolvimento urbano adequado e responsável. Serviços como esses são recursos fundamentais para a manutenção da vida, sendo importante que a cidade fortaleça sua política de acesso à moradia. Nesse quesito, a estrutura urbana de João Pessoa se estabeleceu com um índice de 0,9435, que é o ideal, fortalecendo a hospitalidade urbana na cidade. Esse alto nível de hospitalidade demonstra uma certa estrutura em João Pessoa que influencia diretamente na sua hospitalidade para com os seus habitantes.

4.4.2.13 Acesso a direitos sociais

O “acesso a direitos sociais” visa entender se os direitos de toda a comunidade estão sendo atendido, uniformemente, ao contrário dos direitos individuais, já explanados. A cidade é um sistema vivo, e sua complexidade depende de cada “organismo” nela contido. Violência, doenças, impactos ambientais etc. são questões que são sentidas no coletivo, e que são reflexos das políticas sociais.

Marshall (1967) afirma que o acesso aos direitos individuais começa na luta. O autor ainda coloca que os direitos dos cidadãos devem estar colocados na seguinte sequência: direitos civis, direitos políticos e por últimos os direitos sociais, o autor ressalta que esta ordem deve

ser respeitada. Direitos civis como a educação, já foi elencado aqui, os direitos políticos estão contidos no tema “deveres dos cidadãos”, aqui estão sendo levantados os direitos individuais.

Marshall (1967) coloca que igualdade social se refere a tudo que vai desde o direito ao um mínimo de bem-estar, economia e segurança, ao direito de participar por completo da herança social (identidade). Desse modo, o “direito social é uma fase evoluída da cidadania” (MARSHALL, 1967, p.63).

A hospitalidade no seu contexto clássico se baseia no acolhimento do vulnerável. Quando trazida para a cidade esse contexto também deve permanecer, no entanto, de uma forma mais geral, onde a acolhida deve ser não apenas para os vulneráveis, mas para todas as pessoas que compõem a estrutura social da cidade. Ou seja, os direitos sociais são coletivos, porém, muitas vezes são confundidos com filantropia, o que é um erro.

Para medir o acesso a direitos sociais no índice da hospitalidade urbana foram elencados quatro indicadores, que são: “número de pessoas na extrema pobreza”; “desemprego”; “Estabelecimentos de Saúde do SUS” e “porcentagem de domicílio ligados à rede elétrica” (Quadro 19). Esses indicadores objetivam revelar o nível de acesso da população de João Pessoa a direitos sociais mínimos.

Quadro 19: Tema: acesso a direitos sociais

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Acesso à direitos sociais	Número de pessoas na extrema pobreza	6,47%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	0,9353
	Desemprego	12,1%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	0,879
	Estabelecimentos de Saúde SUS	203	Parâmetro Máximo: 192 (3 por bairro) Parâmetro mínimo: 0	1,000
	Porcentagem dos domicílios ligados a rede elétrica	100%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	1,000
			Índice	0,9535

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022

Sobre o número de pessoas na extrema pobreza, o valor não está atualizado. Durante a pandemia os índices econômicos pioraram muito no país, o que refletiu na quantidade de pessoas que estão na pobreza extrema, que infelizmente não dará uma noção atual da situação. Foi utilizado o dado mais recente, que é de 2018 e mostra que a cidade tem 6,47% das pessoas em situação extrema de pobreza, um índice de 0,9353. Apesar de não atualizado, esse dado mostra um resultado ruim. A pobreza é o maior problema social existente, quando se tem um

número como esse se revelam problemas estruturais graves devido à falta de políticas públicas efetivas. A pobreza, de acordo com Sachs (2005), é um dos principais problemas ambientais, pois a partir dela outros diversos problemas são acarretados.

Outro indicador que reflete e fortalece a extrema pobreza é o desemprego. O emprego é um direito social básico e está contido na Constituição brasileira. Políticas que promovem a informalidade, como a reforma trabalhista (LIMA et. al., 2021) aumentaram o desemprego e trouxeram mais problemas sociais. Em 2021 o país bateu recorde de desemprego, chegando a 14% da população (IBGE, 2021). Este é um problema grave e que ainda não se tem uma busca pela sua redução, por parte dos governos. Em João Pessoa a taxa de desemprego no momento está em 12,1%, um pouco abaixo da média nacional, que é de 12,6% (AGÊNCIA BRASIL, 2021), resultando em um valor de 0,879, um valor alto para esse indicador. Esse resultado é bastante preocupante, pois dá um panorama de outros indicadores e colocam os resultados de João Pessoa em uma situação abaixo da esperada. O fortalecimento do trabalho é primordial para a melhoria das políticas sociais. O trabalho traz dignidade e oportunidades, sendo indicador primordial tanto na sustentabilidade como na hospitalidade, por se estabelecer como centro de manutenção do indivíduo.

O indicador que trata do “número de estabelecimentos de saúde” busca demonstrar como é a assistência médica do município. Foram aglutinados em um só número: hospitais, unidades de pronto atendimento-UPA, unidades de saúde da família-USF, e centros de imunização. Ao todo a cidade tem 203 equipamentos que dão suporte a saúde da população. Usando a comparação ao número de bairros chegou-se a um valor de 1,000, que é o máximo, colocando esse tema em um nível ideal de hospitalidade urbana. Este número considerável mostra que a população conta com uma boa infraestrutura numérica de saúde, sendo importante, em outro espaço, avaliar a qualidade do atendimento.

O último indicador é a porcentagem de domicílios ligados à rede elétrica. Esse dado é importante para saber se um dos recursos mais importantes da atualidade para a sociedade, que é a energia elétrica, está disponível para a população de forma igualitária. O resultado revela que a cidade está bem estruturada em relação a esse indicador. De acordo com um levantamento feito pela prefeitura em parceria com o BID (2014) a cidade tem 100% dos domicílios ligados a rede elétrica, esse dado leva esse indicador ao valor de máximo de 1,0000. Esse dado é importante em relação a hospitalidade, pois a eletricidade é uma ferramenta que oferece

conforto e qualidade de vida, dois indicadores importante da hospitalidade (GRINOVER, 2013; SEVERINE, 2014).

Apesar dos dois primeiros indicadores demonstrarem um resultado baixo, em relação aos direitos sociais, os dois últimos mostraram que a cidade tem uma certa estrutura para a hospitalidade, o que contribuiu para que o índice de “acesso a direitos sociais” obtivesse um nível ideal com um índice de 0,9535. No entanto, para a sustentabilidade, os dois primeiros indicadores mostram uma distância a ser percorrida para se alcançar um bom patamar de igualdade social, questão fundamental na sustentabilidade. Assim, é importante observar com cautela a evolução desses dois aspectos, para que esses números não avancem.

4.4.2.14 Deveres do Cidadão

A hospitalidade como coloca Mauus (1936) é um ciclo que envolve dar receber e retribuir. Boff (2005) diz que o ritual da hospitalidade clássica está em receber para ser recebido. Essas duas perspectivas mostram que a hospitalidade é um jogo de obrigações das partes que se relacionam.

Na cidade, Grinover (2013) coloca a urbanidade como conceito chave para o ciclo de obrigações da hospitalidade. O autor diz que o termo urbanidade se refere a um paralelo, uma definição em sentido figurado, que é aplicada a conduta das pessoas, referindo-se a atributos tais como cortesia, delicadeza, polidez, civilidade. É na civilidade que se colocam as obrigações participativas do cidadão.

Severine (2014) afirma que no ciclo da hospitalidade na cidade os gestores públicos são os anfitriões e os cidadãos os hóspedes, e que cada um tem a sua função. O primeiro, de efetivar políticas públicas que melhorem a vida dos segundos. Já os segundos têm a obrigação de zelar pelas políticas e estruturas efetivas, além de participar das decisões da cidade.

Dessa forma, perceber como a sociedade está participando desse ciclo, nos traz um cenário onde podem ser vistos os deveres e obrigações dos “hóspedes”. Parafraseando Mauus (1936) que fala em contra - dom, a hospitalidade se inicia no dom e o cidadão a oferece o contra-dom, que seria a sua participação efetiva nas políticas e construção identitária da cidade.

Para observar como a sociedade participa das decisões na cidade foram postos dois indicadores. O primeiro é a “taxa de participação de eleitores nas eleições municipais” e o segundo, o “número de pessoas que participaram de reuniões do orçamento democrático”

(Quadro 20). Esses indicadores trazem um perfil de como a democracia se apresenta na cidade e como as pessoas se utilizam dela para fortalecer as políticas públicas na cidade.

Quadro 20: Tema: deveres do cidadão

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Deveres dos cidadãos	Taxa de participação de eleitores nas eleições municipais	75,2%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	0,752
			Índice	0,752

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022

Devido a pandemia de Covid-19, o encontro do orçamento democrático no ano de 2021 foi online, e houve apenas uma reunião por parte do Governo do Estado. Por esta razão, não há dados acessíveis sobre a participação da população, o que dificulta essa avaliação.

Já sobre a participação da população nas últimas eleições a porcentagem em João Pessoa foi de 75,2%, revelando um valor para esse indicador de 0,752, um nível ideal. Esse número está na média do Brasil, que é de 76,4%. No entanto, de acordo com Decal (2020) essa foi a maior abstenção em vinte anos. Esse dado mostra que a participação da população na democracia está enfraquecida. Ao se abster das decisões comunitárias a população enfraquece as políticas que poderiam melhorar a vida das pessoas e tornando a cidade mais sustentável e hospitaleira a partir da sua participação na democracia. É importante que toda a sociedade e, principalmente, os órgãos públicos, como o Tribunal Regional Eleitoral (TRE), incentivem a maior participação da população nas eleições.

A participação da população no dia a dia da cidade, mantendo as suas obrigações civilizatórias e cidadã, é primordial para uma cidade que busca anseios hospitaleiros e sustentáveis, pois decisões que assegurem a conservação ambiental e o estreitamento dos laços são questões que, normalmente, partem de iniciativa popular. Assim, o índice da hospitalidade urbana relacionado a participação do cidadão se manteve um nível alto, mas que pode vir a melhorar esse número com a um aumento da população na participação política na cidade.

4.4.2.15 Deveres da gestão pública

No tópico anterior foram tratadas as obrigações dos “hóspedes”, ou cidadãos no espaço urbano. Neste, serão observados os deveres dos anfitriões, ou da gestão pública (FERRAZ, 2013). Esse tema é importante, pois busca revelar posições e ações que impactam diretamente na vida de todas as pessoas.

Todos os temas tratados até aqui têm uma relação de proximidade com este, a gestão pública. Todo o ordenamento de uma cidade, desde a sua estrutura até a configuração de políticas, perpassa pela gestão pública. Os resultados positivos ou negativos de um centro urbano são resultados dessa.

A hospitalidade na cidade pode ser vista não como uma obrigação, mas sim como um modelo de cidade. No entanto, obrigações previstas na gestão pública promovem esse tipo de modelo e tornam a cidade mais acolhedora, confortável, segura e com uma boa qualidade de vida, ou seja, hospitaleira. Quando uma gestão investe em saúde pública, ela está cumprindo um dever e, conseqüentemente, aumentando a hospitalidade para com as pessoas que fazem parte da urbe. O nível dessas obrigações e a sua amplitude é o que definirá o nível de hospitalidade.

Ferraz (2013), diz que a gestão pública, a fim de estabelecer o vínculo social, busca “dar” algo, que pode ser um “presente”, um serviço ou a própria hospitalidade. Essa “doação” é o que caracteriza todo o processo da hospitalidade, pois quem recebe terá que retribuir um dia, criando um ciclo sem fim. Contudo, não se pode entender as obrigações da gestão pública como uma doação, mas sim como uma obrigação e que seu cumprimento propiciará o ciclo da hospitalidade. Assim, o ciclo da hospitalidade clássica se inicia com uma abertura ao outro (Mauss, 1936) ou uma doação, já na hospitalidade urbana começa com uma obrigação.

Sabendo que nem sempre, ou na maioria das vezes, as obrigações públicas não são concretizadas, identificá-las e medi-las são importantes na avaliação da hospitalidade na cidade. Saber quais são os resultados de uma gestão pública, é de fundamental importância para observar onde a cidade se destaca e onde necessita de melhorias. Para isso, os indicadores são peças fundamentais.

Para o modelo proposto, na intenção de avaliar os deveres da gestão pública, foram selecionados indicadores compostos, pois esse tema é complexo e aglutina diversas questões que indicadores individualizados não representariam com clareza. Dessa forma, foram elencados: “despesa per capita em saúde pública”; “índice de vulnerabilidade social-IVS”; “Índice de Desenvolvimento Humano-IDH” (Quadro 21).

Quadro 21: Tema: deveres da gestão pública

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
------	-----------	-------------	------------	--------

Deveres da gestão política	Despesas per capita em saúde pública	R\$ 326,99	Parâmetro máximo: R\$ 1.042,83 (maior valor do Brasil, cidade de São Paulo) Parâmetro mínimo: 0	0,3228
	Índice de Vulnerabilidade Social (IVS)	0,286	Parâmetro Máximo: 0 Parâmetro mínimo: 1	0,286
	IDHM	0,763	Parâmetro Máximo: 1 Parâmetro mínimo: 0	0,763
	Índice			0,4572

Fonte: Autores da Pesquisa

O indicador de despesa per capita em saúde foi colocado para representar a manutenção básica da vida, que é uma boa saúde. Outro motivo foi que aos outros dois indicadores não agrupavam essa questão tão importante para a população.

João Pessoa tem uma despesa per capita com saúde pública de R\$ 326,99. Esse valor, comparado a média nacional, é muito baixo. De acordo com Conselho Regional de Medicina (2020) o valor médio nacional é de R\$ 1.398,53, e o da cidade que tem o maior gasto no país é de R\$ 1.042,83, muito acima do valor de João Pessoa, esse resultado revela um valor para esse indicador de 0,3228, um nível de alerta no sistema de indicadores da hospitalidade urbana. De acordo com Rojas (2019) João Pessoa é a 8º capital com menor gasto per capita em saúde do país. Anteriormente foi mostrado que a cidade tem um bom número de espaços destinados à saúde, o que é um ponto positivo, no entanto, ao revelar os gastos, percebe-se que a política de saúde pública da cidade precisa de maiores investimentos.

Contudo, em 2017, um ranking criado pela consultoria *Urban Systems* selecionou os 50 melhores municípios brasileiros que têm inovado e apresentado resultados acima da média em saúde pública. Apesar da consultoria ressaltar que todas as cidades listadas precisam melhorar os seus indicadores, João Pessoa se posicionou no 33º lugar, com 3,320 pontos, numa escala que vai de 0 a 9. Resultado muito próximo ao apresentado aqui. Foram considerados nove critério para o ranking: leitos por habitantes; leitos de internação; médicos por habitantes; cobertura populacional da equipe de saúde da família; número de concluintes no setor de saúde; despesa municipal com o setor; ciclovias; atendimento urbano de esgoto e cobertura do serviço de coleta de resíduo (BRETAS, 2017). Apesar da aparição no ranking, a pontuação de João Pessoa ficou longe do máximo, o que expõe que investimentos maiores na saúde devem melhorar os resultados desse indicador tão importante. O cuidado com a saúde está na raiz do conceito da hospitalidade que nos primórdios era a nomenclatura dada ao ato de cuidar dos enfermos nos mosteiros e casas de repousos da Igreja Católica.

O Índice de Vulnerabilidade Social-IVS é um indicador composto que aglomera três subíndices: infraestrutura urbana; capital humano; renda e trabalho. Tem como objetivo demonstrar a realidade social dos brasileiros e o nível de posse e/ou privações desses. De acordo com o Diagnóstico do Plano Diretor de João Pessoa (2021) o IVS de João Pessoa é 286, o que é considerado baixo, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. Os valores variam entre 0,000 e 1,000. E se apresentam da seguinte forma: valores entre 0,000 e 0,200 (muito baixo); entre 0,201 e 0,300 (baixo); entre 0,301 e 0,400 (médio); 0,401 e 0,500 (alto); 0,500 e 1,000 (muito alto). Numa perspectiva de relação negativa esse resultado se coloca como bom.

A vulnerabilidade é um termo que sempre esteve presente no debate da hospitalidade. A hospitalidade fundamental (Boff, 2005) está em oferecer abrigo, conforto, comida a alguém que esteja vulnerável. Essa é a raiz de todo o conceito dessa temática, diminuir a vulnerabilidade das pessoas. Na hospitalidade urbana não é diferente, ter um índice de vulnerabilidade baixo mostra que a cidade tem aspectos que contribuem para a promoção da hospitalidade urbana.

Já o IDHM tem sua estrutura baseada em três pilares: saúde, educação e renda. A saúde é medida pela expectativa de vida; a educação pela média de anos de educação de adultos e expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar; e a renda é medida pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita. O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de João Pessoa é 0,763, em 2010. O município está situado na faixa de Desenvolvimento Humano Alto, entre 0,700 e 0,799. De acordo com o IBGE (2010) João Pessoa ocupa a 320ª posição, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, o que é um resultado promissor.

É importante ressaltar que o IDHM não revela um índice da felicidade e nem significa que um lugar com um bom desempenho seja o melhor lugar para se viver, mas traz uma visão importante do desenvolvimento social da cidade. Dessa forma, João Pessoa se apresenta com um bom resultado que a coloca como cidade que atende a demandas sociais importantes.

As obrigações por parte da gestão pública tiveram um resultado preocupante, devido o baixo valor do investimento em saúde, na avaliação do sistema de indicadores da hospitalidade urbana em João Pessoa, com um índice de 0,4572 se colocando em um nível de alerta. Como colocado, a gestão pública é ponto de extrema relevância para a hospitalidade urbana e principalmente para a sustentabilidade. Dessa forma, a estrutura da gestão pública alinhada a objetivos que visem um melhor resultados desses indicadores é fundamental para a hospitalidade urbana.

4.4.2.16 Gentrificação

A gentrificação é uma palavra derivada do inglês *Gentryque* que de acordo com Melo (2017) pode ser traduzida por aristocrático, nobre. Tal processo é antigo e foi percebido desde a década de 20 (MELLO, 2017). Coteló (2015, p.1) coloca que:

“chama-se gentrificação, uma tradução literal do inglês “*gentrification*”, o fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, tais como a remodelação da infraestrutura, novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Tal valorização é seguida de um aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada”

O conceito de gentrificação está alçado no modelo de cidade posto, um modelo, como afirma Lefebvre (2019), estruturado para o mercado, para troca e o consumo. A gentrificação é um processo, no sentido da hospitalidade urbana, hostil. A “expulsão” de comunidades para dar espaço a especulação imobiliária e a elitização não condiz com os preceitos de uma cidade hospitaleira que se baseia no acolhimento, na igualdade de oportunidades e no acesso à cidade. Esse processo ainda acarreta problemas de identidade e territorialidade.

Medir ou perceber um desenvolvimento da gentrificação não é fácil, muitas vezes se inicia com um projeto que busca melhorar a qualidade de vida das pessoas, por parte do poder público, e acarreta aumento do aluguel, da alimentação, dos serviços de água e energia etc. Esse processo faz com pessoas de renda média ou baixa, que antes faziam parte do local, tenham que se mudar para um bairro distante, ou sem estrutura urbana.

Para tentar relacionar esse processo a hospitalidade urbana, não tendo um indicador que trate especificamente desse fenômeno, foi colocado no modelo de índice a “porcentagem da população em assentamentos informais” e o “preço médio do metro quadrado de imóveis” (Quadro 22). Esses indicadores buscam mostrar como o mercado se apresenta no processo urbano, gerando a desigualdade. A avaliação desse índice se dará a partir da relação negativa, ou seja, quanto menor for o índice melhor o resultado.

Quadro 22: Tema: Gentrificação

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Gentrificação	População urbana em assentamentos informais	11,45%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	0,8855
	Preço médio do metro quadrado de imóveis	R\$ 4.849,00	Parâmetro máximo: R\$ 9.888 (valor mais alto do Brasil, Balneário Camboriú)	0,8590

			Parâmetro mínimo: R\$ 4.022 (Valor mais barato do Brasil, Florianópolis)	
			Índice	0,8722

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022.

Sobre o resultado dos indicadores, o primeiro representa 11,45% da cidade de João Pessoa, ou seja, mais de 11% da população pessoense vive em locais sem uma estrutura urbana adequada, ou até mesmo área de risco, acarretando um valor para esse indicador de 0,8855, um valor alto e distante do ideal. Um número alto que expõe duas realidades: a cidade precisa de uma política de habitação efetiva e popular, pois a especulação imobiliária empurra 11% da população da cidade para a moradia precária.

Esse resultado é ruim para a hospitalidade da cidade pelas diversas relações expostas, e também para a sustentabilidade, pois com a precariedade da moradia a população pode estar ocupando locais de delicado equilíbrio ambiental, o que resulta em impactos ambientais decorrentes da retirada de matas nativas, lixo, ligações de esgoto clandestinas para os rios, entre outros. Tal indicador revela um problema socioambiental complexo e com um índice alto em João Pessoa.

Sobre o segundo indicador, João Pessoa tem o preço médio do metro quadrado de imóveis em R\$ 4.849,00. De acordo com Andrade (2022) a capital tem um dos menores valores do país. Se comparado ao parâmetro utilizado para essa avaliação, que foi o maior valor do país, esse é um bom resultado, o que mostra que na cidade os imóveis são mais “acessíveis” do que em outras capitais, e isso influencia na diminuição da gentrificação. Contudo, entre 2020 e 2021 o valor do metro quadrado aumentou 7,48% na cidade (CASSOLI, 2021), o que é um número alto. Se faz importante uma política que busca frear esses aumentos, para que processos de gentrificação não ocorram. O indicador normalizado desse tema teve o valor de 0,8590, se posicionando em nível ainda alto.

Ter um planejamento urbano que trate a cidade como um local de vivência e não de lucro é importante para se pensar em uma urbe menos desigual, mais sustentável e hospitaleira. Jacobs (2014) fala da diversidade que deve ser encontrada na cidade para se ter uma cidade viva, e essa diversidade não é destinada apenas aos estilos e costumes das pessoas, mas também a diversidade social e econômica.

É importante que a infraestrutura urbana tenha diversidade por toda a cidade, não concentrada em bairros nobres ou bairros onde a especulação imobiliária domine. Política de

moradia popular também fortalece a hospitalidade e dificulta a gentrificação. Dessa forma, a gentrificação teve um índice de 0,8722 que fica longe do ideal se avaliado levando em conta a relação negativa. Outro ponto que pode diminuir esse processo são parques por todas as regiões da cidade, melhorando o lazer e qualidade ambiental e de vida dos bairros distantes do centro, diminuindo o processo de Gentrificação e promovendo a hospitalidade e a sustentabilidade urbana.

4.4.2.17 Acesso à cidade

Um espaço público acessível representa mais do que o espaço destinado ao uso coletivo, pois demanda uma apropriação social pelo cidadão, por residentes ou visitantes. Com isso, é no espaço público que a hospitalidade assume a dimensão política, em termos de desafios para inclusão de pessoas, a serem respondidos pelo turismo, pela história, pela educação, dentre outros, em diálogo com o planejamento e a gestão da cidade (BAPTISTA, 2014).

Grinover (2016, p.166) coloca que:

“o ser humano tem maior facilidade de se relacionar com um espaço se puder compreendê-lo; a cidade como ambiente coletivo é ambiente do outro, da alteridade, logo da diversidade; e escala humana, considerando que o espaço público somente se envolve de sentido quando do próprio uso humano, esse está mais passível de ser utilizado à medida que se aproxima de seu público”.

Dessa forma, dar acesso à cidade não é apenas uma perspectiva tangível onde se imaginam muros com controle de entrada. A cidade acessível é aquela que oferece as pessoas, que dela fazem parte, meios para que possam se realizarem e sentir-se confortável na urbe, de forma a terem a convicção que fazem parte de um sistema complexo e que, de alguma maneira, é dependente delas. Acesso a cidade passa também pelo direito de ir e vir, pela liberdade de se movimentar e de estruturas para que isso aconteça.

Outras formas de acesso já foram aqui descritas, agora se colocará uma análise baseada no acesso a cidade de forma irrestrita, um pensamento em que a cidade existe para ser ocupada. A cidade, devido ao seu processo de diferenciação, causado pela segregação social, transforma o meio urbano em um ambiente de competição social entre grupos sociais diferentes. Lefebvre (2000) coloca que na busca por uma urbanidade que elimine os processos de "seleção" e exclusão de certos grupos de moradores urbanos (categorizados economicamente) dentro de territórios estratégicos, a hospitalidade seria uma forma de tornar certos espaços ou mundos mais hospitaleiros, por meio de sua apropriação pelos grupos dominados.

Com isso, dois indicadores foram escolhidos para avaliar essa temática: a “taxa de homicídio” e a “porcentagem de pessoas que levam mais de uma hora no trajeto do trabalho para casa” (Quadro 23). Acredita-se que esses dois pontos tragam uma resposta se a cidade oferece meios para que seja ocupada.

Quadro 23: Tema: Acesso à cidade

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Acesso à cidade	Taxa de homicídios por 100 mil habitantes	44,9	Parâmetro máximo: 98,6 (Maior índice do Brasil, cidade Caucaia-CE) Parâmetro mínimo: 0	0,5446
	Porcentagem de pessoas que levam mais de uma hora no trajeto entre a residência e o trabalho	70%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	0,3
Índice				0,4223

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022.

A taxa de homicídio foi selecionada por representar o maior aspecto de violência praticada. A cidade de João Pessoa tem uma taxa de 44,9 homicídios por 100 mil habitantes, de acordo com o levantamento mais recente feito na cidade pelo Atlas da violência em 2018. Esse número expressivo revela uma realidade muito hostil para a cidade, mesmo sendo o menor número do Nordeste (G1, 2018).

O valor desse indicador é de 0,5446, e se mantém com um nível aceitável. Contudo, um tema tão importante e delicado para a questão urbana deve se posicionar sempre como ideal, sendo necessária uma política mais efetiva em João Pessoa para melhorar esse índice.

A violência é um dos principais entraves para a ocupação dos espaços públicos, o sentimento de insegurança faz com as pessoas se resguardem nas suas casas deixando as ruas ainda mais perigosas e se utilizando de espaço privados como shoppings e lojas, valorizando o consumo frente as relações de sociabilidade e convivência. Jacobs (2014) coloca que a solução para a redução da violência na cidade parte de uma estrutura urbana convidativa as pessoas, ela diz que quanto menos pessoas nas ruas mais o índice de violência aumenta. Esse medo restringe e constrói ilhas de segurança na cidade, onde o policiamento e a estrutura urbana em locais pontuais fazem com que esses pontos na cidade sejam seguros, frente a outros que não contam com a mesma estrutura. A violência é a forma mais presente de hostilidade e ela reflete em toda a sociedade, não apenas em quem a sofre, pois o medo se estabelece na população causando danos psíquicos e sociais.

O segundo indicador considerado é a porcentagem de pessoas que levam mais de uma hora no trajeto entre a residência e o trabalho. Esse indicador releva o nível de acessibilidade da cidade de forma literal e se a cidade tem a sua acessibilidade forte ou não. Em João Pessoa o número de pessoas que passam mais de uma hora no trajeto para o trabalho é de 70%, com um valor do indicador normalizado de 0,3. Um valor alto que releva um problema grave na acessibilidade da cidade. Se considerado que os trabalhadores fazem esse trajeto duas vezes ao dia, são mais de 2h por dia usadas apenas para se chegar ao trabalho ou em casa. Esse número representa quase 10% das horas do dia, sem considerar as horas de sono.

Ter acesso a cidade é ter a sua mobilidade facilitada, ter os seus caminhos abertos, ter segurança para ocupar as ruas e espaços públicos. Com um índice de 0,4223 o tema acesso a cidade se posiciona em um nível de alerta. Tais realidade mostra que a cidade de João Pessoa não é hospitaleira, no sentido mais genuíno da palavra, pois acesso a cidade é acesso a hospitalidade, quando a urbe é convidativa para ser ocupada e aproveitada. Dessa forma, esse resultado mostra que a política urbana de João Pessoa deve buscar deixar a cidade menos hostil, a tornando atrativa, segura e acessível para a sua população e visitantes.

4.4.2.18 Mobilidade Urbana

A mobilidade urbana também faz parte do debate sobre o acesso a cidade. Não há, como visto no tema anterior, ter acesso a cidade sem uma estrutura que promova a mobilidade. Além da questão do acesso a cidade, a mobilidade urbana é um dos aspectos fundamentais para o fomento de uma cidade sustentável.

A mobilidade também é ponto chave para uma qualidade de vida na cidade e se relaciona com diversos outros aspectos: com a legibilidade da cidade, com a sociabilidade nos trajetos, com o uso e ocupação dos espaços públicos, com saúde pública etc. Grinover (2006) diz que a perspectiva de acessibilidade da cidade a mobilidade urbana se enquadra como a “acessibilidade física, tangível”.

A complexidade necessária para o planejamento da mobilidade urbana faz com que muitas cidades tenham problemas com o seu desenvolvimento, em razão, principalmente, da cultura urbana do Brasil, que é a cultura do automóvel. Os carros são os modelos mais problemáticos e insustentáveis para a mobilidade urbana, sendo proibida a sua circulação em determinados locais de alguns países, como Alemanha e Holanda, por exemplo. A mobilidade urbana sustentável se estabelece principalmente nos sistemas públicos de transporte como

sistema viário de ônibus, metrô, taxis, também com calçadas longas e adaptáveis, cicloviárias, arborização de vias públicas etc. Toda essa conjuntura é o que faz uma mobilidade urbana eficiente. Esses meios são pontos principais que influenciam na hospitalidade urbana e, conseqüentemente, no desenvolvimento urbano. São métodos considerados em planejamentos urbanos modernos e sustentáveis, por influenciarem na redução dos usos de automóveis movidos a combustíveis fósseis, redução de morte no trânsito, diminuição da poluição sonora, entre diversas outras vantagens.

A função da gestão pública é pensar, no seu planejamento urbano, em promover meios para que a sociedade tenha uma mobilidade eficaz e sustentável, e não privilegiar o mercado de automóveis transformando a cidade em um caos ambientalmente impactante. Para entender como se coloca a mobilidade urbana em João Pessoa, foram aplicados dois indicadores: “bairros assistidos pelo sistema de transporte público” e “taxa da rede viária adaptada para ciclista” (Quadro 24). Esses indicadores buscam mostrar se a cidade tem uma estrutura sustentável e acessível para a mobilidade urbana.

Quadro 24: Tema: Mobilidade Urbana

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Mobilidade Urbana	Bairros atendidos com sistema de transporte público	100%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	1,000
	Taxa de rede viária adaptada para ciclistas	2,86%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	0,0286
			Índice	0,5143

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022.

João Pessoa tem apenas 71,5km de rede cicloviária que, se comparada a rede viária total, o resultado é de 2,86%, de acordo com Plano Diretor da cidade (PDMU JOÃO PESSOA, 2020). Tal indicador tem um resultado de 0,0286, ou seja, um nível crítico. Esse resultado está distante do ideal e demonstra uma necessidade urgente de uma estrutura urbana que dê suporte a uma mobilidade urbana apropriada.

De acordo com o próprio Plano Diretor de João Pessoa, o sistema da rede cicloviária:

“do município apresenta apenas trechos dispersos e desconectados sem nenhuma estrutura que possibilite integração com o transporte público, como paraciclos próximos aos terminais ou a possibilidade de transportar a bicicleta dentro do ônibus ou trem. Também não existem estruturas voltadas ao uso de bicicletas próximo aos Polos Geradores de Viagens, equipamentos públicos e outras estruturas de uso da população” (PDMU JOÃO PESSOA, 2020, 347).

O Plano ainda coloca que os principais destinos dos usuários de bicicletas não contam com uma estrutura cicloviária, quando essas estão concentradas próximas as praias, sendo a sua maior utilização relacionada ao lazer e ao esporte. Dessa forma, se percebe uma elitização de uma estrutura tão necessária para o sistema urbano, mas que não tem dispendido a atenção necessária no planejamento urbano para a mobilidade de João Pessoa.

Assim, é urgente a estruturação de uma política mais efetiva relacionada a malha cicloviária na cidade. A bicicleta é um dos meios de transportes mais atuais e sustentáveis na realidade urbana presente. Promover o seu uso a partir de estruturas urbanas é pensar na sustentabilidade, na saúde da população e no acesso à cidade.

Sobre as “áreas cobertas pelo sistema viário de transporte público na cidade”, revelou-se um número bem expressivo positivamente com um indicador no valor de 1,0000, ou todos os bairros são atendidos pelo transporte público, um nível ideal. Apesar desse número ser importante, mostrando que o acesso ao transporte público na cidade é oferecido de forma igual em todos os bairros, o Plano diretor de João Pessoa traz alguns pontos negativos que resultam na baixa utilização de transportes públicos pela população de João Pessoa, que acaba optando por outros meios. De acordo com PDMU João Pessoa (2020, p. 361), alguns aspectos negativos são:

“longo tempo de espera, frequente excesso de lotação nos veículos, manutenção deficiente, falta de limpeza e climatização nos ônibus, operação em altas velocidades gerando insegurança aos usuários, descaso dos funcionários com idosos e deficientes, ineficiência do aplicativo JampaBus resultando em falta de credibilidade no sistema de informação aos usuários e ainda abrigos que não oferecem proteção contra intempéries, conforto e informação sobre o sistema”.

Outro aspecto muito importante e que torna o transporte público de João Pessoa ainda mais inacessível é o valor da tarifa do ônibus, que é a maior do Nordeste, R\$ 4,40 (G1-PB, 2022). Outras denúncias estão sendo feitas pela população, tais quais: redução de frota; fim de um programa de integração (integração do Varadouro – centro da cidade); suspensão de ônibus noturnos e superlotação são outras reclamações que estão sendo feitas por um movimento popular na cidade denominado “Cadê o ônibus João Pessoa?”.

Esses fatos acarretam uma baixa adesão, por parte da população, a esse meio de transporte tão importantes. O Plano Diretor traz os números sobre a mobilidade de João Pessoa e mostra que apenas 23% da população utiliza o transporte público para se locomover. Esse número é menor do que a da população que anda a pé, que é 26,9% (PDMU, 2020). Esse último

dado é interessante porque incita o pensamento de que as calçadas padronizadas e vias arborizadas são importantes no planejamento da mobilidade urbana na cidade.

Para mudar essa realidade da mobilidade urbana em João Pessoa, que apesar dos resultados se posicionou em nível aceitável, com um índice de 0,5143, é importante que a gestão pública desenvolva um planejamento que fomente a mobilidade urbana sustentável, com uma proposta que se inicia com o aumento do investimento em infraestrutura, até à educação. A locomoção é o que pulsa a cidade e a forma como ela é feita impacta em toda a sociedade, seja negativa ou positivamente. Pensa-la de modo sustentável é a forma mais moderna e urgente para o planejamento urbano atual.

4.4.2.19 Utilização dos Espaços Urbanos

O espaço público é o espaço hospitaleiro, sua estrutura deve proporcionar o encontro, o conforto, a diversidade. A “cidade hospitaleira” visa garantir um somatório de sensações de bem-estar e de acolhimento a moradores e turistas, provenientes de qualidades urbanísticas e sociais. A maioria dessas qualidades decorre de intervenções físicas feitas pela humanidade, de ordem natural ou subjetiva. São exemplos de intervenções humanas que podem ser implantadas em prol da hospitalidade urbana: a malha viária, o tamanho dos lotes, a disposição dos espaços públicos, os desenhos das praças, as diferentes tipologias, a arborização viária e os materiais construtivos (FERRAZ, 2013).

Bitteli e Bastos (2018, p.463) dizem que “a hospitalidade urbana se relaciona ao estabelecimento de vínculos do homem com o espaço social”. Esses laços são o que constrói a identidade de um lugar. Essas relações hospitaleiras se estabelecem quando o espaço público é estruturado, ou melhor, aberto para as pessoas.

Jacobs (2014), fala da utilização dos espaços públicos propondo um modelo que parte dos usos variados que deve ter uma rua, uma quadra, um bairro. Ela traz com essa perspectiva o conceito de cidade densa, com diversos usos, onde a rua é o lugar do movimento, do encontro, da passagem, da troca. Esse é o pensamento que deve ser utilizado no planejamento urbano sustentável.

Para avaliar se o espaço urbano de João Pessoa está sendo utilizado de forma sustentável foi colocado como o indicador o “adensamento populacional por áreas na cidade”. Esse indicador mostra se há espraiamento na cidade ou se ela é densa, pois quanto mais densa, mais sustentável (Quadro 25).

Quadro 25: Tema: Utilização dos espaços urbanos

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Utilização dos espaços urbanos	Densidade populacional por áreas da cidade	3.421,28 hab./km ²	Parâmetro máximo: 14.012 hab/km (maior índice do Brasil, cidade de Taboão da Serra -SP)	0,2440
			Parâmetro mínimo: 2,33 hab/km (Menor densidade do Brasil, Estado de Roraima)	
			Índice	0,2440

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022.

A densidade populacional de João Pessoa é de 3.421,28 habitantes por quilômetro quadrado, o que mostra uma densidade baixa. Se comparada a cidade mais densa do país, Taboão da Serra - SP, que tem, de acordo com o IGBE (2010), 7.398,66 hab/km², tem-se um resultado ruim para João Pessoa. O indicador de densidade populacional do modelo se colocou em 0,2440 quando normalizado, se situando em nível crítico.

O Plano Diretor de João Pessoa (2020) alerta que a cidade tem poucos locais adensados, e os que existem se concentram na orla – entre os bairros de Tambaú e Manaíra – e no bairro Jardim Cidade Universitária. Esse resultado demonstra a necessidade de uma política mais efetiva de uso e ocupação do solo, que vise tornar a cidade mais densa e, conseqüentemente, mais sustentável.

A densidade de uma cidade influencia na sua sustentabilidade, em razão da utilização de menos recursos naturais e da redução de supressão de matas nativas para dar lugar a lotes e bairros. João Pessoa necessita de uma política que leve esses fatos em consideração, pois como já explanado, a cidade tem uma área natural relevante, sendo importante uma política de adensamento efetiva para promover a sua conservação. Proposta como a do Polo Cabo Branco significa um retrocesso, pois provoca um espraiamento em um local de frágil equilíbrio ambiental.

Com tudo isso, a Utilização dos espaços Urbanos teve um índice abaixo do esperado, um valor de 0,2440, um resultado crítico, revelando a necessidade de políticas efetivas que visem a melhoria desse aspecto. Políticas que busquem a diversidade do uso do solo são urgentes para melhorar o cenário de João Pessoa em relação a melhor utilização dos espaços urbanos.

4.4.2.20 Ecologia Urbana

A hospitalidade pode ser entendida como uma qualidade de ambientes, situações, meio ambiente, coisas, espaços, edifícios, instituições, comunidades políticas e ainda mais amplamente do próprio "mundo" (STAVO-DEBAUGE E CARLIER, 2018). Toda essa complexidade do conceito de hospitalidade torna a sua avaliação dificultosa, assim como as avaliações da ecologia.

A qualidade encontrada na hospitalidade é a mesma que se apoia a ecologia, ou seja, para que um ambiente esteja equilibrado ecologicamente todos os seus organismos devem estar se desenvolvendo com harmonia. A ecologia urbana visa o equilíbrio ambiental se baseando nos processos naturais contidos na cidade. Nela, diferente da encontrada em ambientes naturais, as questões sociológicas também devem ser consideradas na manutenção dos processos ecológicos (RICKLEFIS, 2010).

Nesta avaliação para o índice da hospitalidade urbana, a ecologia na cidade se concentrará nos processos naturais importantes para a manutenção da sustentabilidade no meio urbano. Os indicadores selecionados para a análise foram: “taxa de vias públicas arborizadas” e “índice de qualidade do ar” (Quadro 26). Tais indicadores buscam revelar como a estrutura urbana está adequada a manutenção do equilíbrio ambiental.

Quadro 26: Tema: ecologia urbana

Tema	Indicador	Valor de JP	Parâmetros	Índice
Ecologia urban	Taxa de vias públicas arborizadas	78,4%	Parâmetro máximo: 100 Parâmetro mínimo: 0	0,784
	Índice de qualidade do ar	3,1 µg/m ³	Parâmetro máximo: PM10 Parâmetro mínimo: PM 2,5	0,92
Índice				0,852

Fonte: Autores da Pesquisa, 2022.

O indicador relacionado a taxa de vias públicas arborizadas em João Pessoa tem um valor de 0,784 um valor alto que coloca João Pessoa em um nível ideal de hospitalidade e como uma das capitais com maior arborização em vias públicas do país. De acordo com Archdaily (2021) a cidade com a maior taxa é Goiânia com 89,3% das vias, João Pessoa estaria em 4º lugar. Esse valor é importante para a cidade, pois a vegetação urbana é uma das principais características para a sustentabilidade ambiental, em razão das diversas contribuições no equilíbrio ecológico urbano que ela provoca. A arborização das vias públicas também as deixa

mais atrativas para a população, tornando o ambiente mais confortável e agradável para passeios e atividades físicas, influenciando na hospitalidade na cidade (NUCCI, 2008).

Sobre o índice de qualidade do ar, o valor foi de 1.721.681 toneladas de CO². De acordo com o site IDAir (2022), que analisa a qualidade do ar de milhares de cidades no mundo, o ar de João Pessoa se classifica como “bom”. Apesar desse valor, o site também coloca que a concentração de poluente no ar da cidade está atualmente 1,8 vezes acima do valor da diretriz anual de qualidade do ar da Organização Mundial da Saúde (OMS), o indicador quando normalizado tem um valor de 0,92, é importante ressaltar que esse indicador deve ser avaliado a partir da relação negativa. Dessa forma, apesar de um valor aceitável, João Pessoa pode melhorar esses indicadores relacionado ao qualidade do ar a partir de uma política ambiental mais sustentável que parta de um incentivo a utilização de meios de transporte mais sustentáveis, já que os carros são um dos maiores emissores de CO².

No Plano de Ação João Pessoa Sustentável uma das propostas colocadas é a redução da Emissão de Gases de Efeito Estufa até 2050. O Plano sugere a transformação de áreas agrícolas em áreas reflorestadas, melhorando assim, a qualidade do ar. No relatório final do Plano diz que “espera-se a conversão de até 2 mil ha de áreas destinadas à agropecuária a áreas de conservação, o que pode contribuir para redução de mais de 18 mil tCO₂e em 2030 e de quase 37 mil tCO₂e em 2050” (JOÃO PESSOA, 2018, p. 138).

Esse Projeto se implementado trará melhores resultados para João Pessoa em relação a qualidade do ar, o que melhorará o resultado do índice da ecologia urbana que ficou em 0,852, um nível de alerta quando considerado que a qualidade do ar tem uma relação negativa. Contudo, a cidade apresenta um resultado razoável dos indicadores que tratam da ecologia urbana, no entanto, políticas que trazem uma educação ambiental pautada na conscientização dos impactos causados por automóveis poderiam auxiliar a colocar João Pessoa em um patamar melhor de poluentes do ar, baseado nas diretrizes da OMS. Isso contribuiria para tornar a cidade mais sustentável e, conseqüentemente, mais hospitaleira.

4.4.3. Índice de hospitalidade urbana de João Pessoa

Após a análise dos indicadores e a transformação desses em índices foi observado que o Sistema de Indicadores da Hospitalidade Urbana em João Pessoa se apresenta de forma que sete (7) índices se posicionam em um nível ideal, quatro (4) em aceitável, seis (6) no nível de

alerta e três (3) no crítico. Colocando João Pessoa como uma cidade potencialmente estruturada nos moldes da hospitalidade urbana.

Com a maioria dos índices indicando que a cidade se estabelece a partir de uma estrutura que promove a hospitalidade urbana, João Pessoa tem resultados que se destacaram positivamente e que dão a cidade um patamar hospitaleiro a sua população e a seus visitantes. Índices como o “Acesso a direitos individuais”, “Estrutura Urbana” e “Acesso a Direitos Sociais” tiveram um valor expressivo, sendo os três maiores valores do modelo e revelando que a cidade mantém aspectos importantes para a hospitalidade de forma contundente. Pois são temas impactantes para a configuração de uma cidade que busca a hospitalidade urbana.

No entanto, com os índices expostos obtivesse uma dimensão da realidade da hospitalidade urbana e a sua influência para a sustentabilidade em João Pessoa. Com a aglutinação de indicadores que se relacionam com diversos contextos do meio urbano, se percebeu que a cidade tem resultados ruins em temas importantes para a sustentabilidade, como o meio ambiente e a economia, comprometendo o seu bom resultado. Abaixo o Quadro 27 representa os índices de cada tema do Sistema de Indicadores da Hospitalidade Urbana (SIHU).

Quadro 27: Índice dos Temas do Sistema de Indicadores da hospitalidade Urbana

Temas	Índices	Níveis
Política Social	0,6155	Aceitável
Cidadania	0,0833	Crítico
Turismo	0,7472	Aceitável
Meio Ambiente	0,2594	Alerta
Sociabilidade	0,6875	Aceitável
Política Econômica	0,0554	Crítico
Fortalecimento dos Laços Sociais	0,2510	Alerta
Educação Baseada na Promoção das Relações Sociais	0,4911	Alerta
Acolhimento dos sem-teto e imigrantes	0,4380	Alerta
Local como resultado de uma construção histórica (Território)	0,7878	Ideal
Acesso a direitos individuais	0,9498	Ideal
Estrutura Urbana	0,9435	Ideal
Acesso a Direitos Sociais	0,9535	Ideal
Deveres do Cidadão	0,7520	Ideal
Deveres da Gestão Pública	0,4572	Alerta
Gentrificação	0,8722	Ideal
Acesso à Cidade	0,4223	Alerta
Mobilidade Urbana	0,5143	Aceitável
Utilização dos Espaços Urbanos	0,2440	Crítico
Ecologia Urbana	0,8520	Ideal
Índice geral	0,5688	Alerta

Fonte: Autores da Pesquisa, 2002

Com essa avaliação foi posto que três (3) índices se posicionaram no nível crítico: cidadania, política econômica e utilização dos espaços urbanos; seis (6) índices tiveram o nível de alerta: meio ambiente, fortalecimento dos laços sociais, educação baseada na promoção das relações sociais, acolhimento dos sem-teto e imigrantes, deveres da gestão pública, acesso a cidade; quatro (4) índices obtiveram o nível aceitável: política social, turismo, sociabilidade, mobilidade urbana; sete (7) no nível ideal, que são: local como resultado de uma construção histórica (Território), acesso a direitos individuais, estrutura urbana, acesso a direitos sociais, deveres do cidadão, gentrificação, e ecologia urbana.

Contudo, alguns temas se posicionaram abaixo do esperado, questões como “Meio Ambiente” com um nível perto do crítico e a “Política Econômica”, posicionada no crítico, trouxeram à luz um resultado ineficaz para a cidade no tocante principalmente à sustentabilidade. Meio Ambiente e Economia são temas centro no debate ambiental e influenciam diretamente em outros índices aqui apresentados, pois se relacionam com a qualidade de vida e o acesso a questões prioritárias no meio social, urbano e ambiental. Esse fato mostra que é importante o fomento de políticas que busquem o fortalecimento desses temas primordiais para a sustentabilidade e conseqüentemente para a hospitalidade na cidade.

Com isso, João Pessoa, apesar de ter índices que são diretamente interligados a hospitalidade com resultados muito bons, e de ter um contingente de áreas naturais ainda conservadas, resultados como os aqui apresentados fazem com que a sustentabilidade urbana esteja comprometida, devido, além das questões pontuadas no tema Meio Ambiente, a outras como sociais, econômicas e até de cidadania.

Dessa forma, o índice da hospitalidade urbana, visando uma cidade sustentável aplicado em João Pessoa se estabeleceu em 0,5688 um resultado que se apresenta em um nível de alerta. Tal resultado foi configurado devido, principalmente, às questões intimamente ligadas à sustentabilidade, tais quais meio ambiente e economia. Sendo importante que o planejamento urbano da cidade se atente a esse hiato existente na política ambiental e econômica de João Pessoa.

Projetos que são dissonantes com a natureza na cidade, como o Parque Cabo Branco e a “reurbanização” do Porto do Capim, também trazem prejuízos ainda maiores, tanto nos aspectos social e urbano, quanto no ambiental para a cidade, alargando a problemática e indo no caminho inverso da sustentabilidade.

João Pessoa tem que pautar o seu desenvolvimento utilizando como base as suas áreas naturais conservadas e uma reestruturação econômica moderna. O fortalecimento dessas pautas, aliadas a melhoria de outras como “acesso a cidade” e “deveres da gestão pública”, tendo como princípio os conceitos da hospitalidade urbana, faria com que a cidade alcançasse também a tão almejada sustentabilidade.

Com tudo isso, João Pessoa é uma cidade hospitaleira, no entanto, a sua gestão da sustentabilidade precisa ser fortalecida de forma que o índice da hospitalidade urbana se mostre ainda mais robusto e que traga resultados ainda mais promissores do que os aqui apresentados. Se estruturando como uma cidade hospitaleira e sustentável.

5 CONCLUSÃO

A hospitalidade urbana é um conceito que vem a cada dia ocupando o seu espaço no debate sobre a urbanidade. Tendo como proposta, entre outras questões, aglutinar diversas temáticas relacionadas ao meio urbano à constituição de uma cidade que receba bem os seus moradores e visitantes. A complexidade dessa premissa conceitual relaciona a hospitalidade a variáveis ligadas a questões de cunho social, econômico, legislativo, turístico, ambiental etc. de forma que o seu estabelecimento se dê de modo que todos esses contextos sejam considerados de forma equitativa. Contudo, a sustentabilidade é primordial no desenvolvimento urbano, não há como ter uma cidade hospitaleira sem seguir preceitos sustentáveis. Buscar consolidar esses dois temas tendo como base a hospitalidade urbana auxilia em uma nova proposta ao planejamento urbano que pode ter esse conceito como princípio.

Na busca por essa consolidação a construção desse sistema de indicadores da hospitalidade urbana, visando a melhoria da sustentabilidade na cidade, se deu de forma complexa e transdisciplinar, buscando um modelo robusto com indicadores que visam revelar todas as nuances envolvidas na hospitalidade urbana e na sustentabilidade na cidade. De modo que a conjunção desses dois temas sejam complementares para os estudos urbanos futuros e que esses tomem o modelo de indicadores da hospitalidade urbana como base.

A seleção dos indicadores para o modelo partindo da separação por temas, que interagem com a hospitalidade urbana e a sustentabilidade na cidade, deu a oportunidade de selecionar indicadores diversos, mas que ao mesmo tempo tinham uma relação de proximidade. Essa complexidade encontrada na seleção dos indicadores dá a ótica necessária para a avaliação. Ao todo foram analisados quarenta e dois indicadores abarcando diversas áreas e contextos,

mas que se convergiam. O modelo de indicadores posto propõe uma análise urbana de forma integrada, quando na maioria das vezes essas são avaliadas de forma fragmentada ou isoladas nos estudos urbanos, resultando em uma análise falha.

Com o aprofundamento da aplicação do modelo partindo da caracterização de João Pessoa buscando obter uma percepção mais contundente da área de estudo, se observou que a cidade tem características históricas, ambientais e sociais marcantes. O que a torna singular e com um grande potencial para a promoção da hospitalidade e, conseqüentemente, da sustentabilidade. Esses atributos influenciam na promoção do turismo na cidade que vem, ano após ano, aumentando a sua demanda turística e, conseqüentemente, o número de visitantes. No entanto, foi observado na pesquisa que a cidade não mantém uma gestão do turismo compatível com as bases sustentáveis, resultando em problemas na conservação da biodiversidade. Propostas como o Polo Cabo Branco e o Porto do Capim, dissonantes com a sustentabilidade, estão sendo estruturadas em João Pessoa, aprofundando ainda mais a problemática socioambiental da cidade.

Com tudo isso, João Pessoa, de acordo com a aplicação do índice, é uma cidade que se estrutura de forma a se enquadrar na perspectiva da hospitalidade urbana, porém essa sua realidade não está em consonância com a sustentabilidade, o que demonstra que é necessário um planejamento urbano que estabeleça esses dois temas de modo convergente. A hospitalidade urbana como meio para a sustentabilidade de João Pessoa pode ser conquistada pela cidade, o que a tornará mais acolhedora, socialmente mais justa, economicamente equitativa e ambiental mais equilibrada, tornando-se referência para outras cidades que buscam tais objetivos. Para isso, é certo que a cidade deve ajustar a suas políticas públicas visando uma melhoria de alguns dos indicadores aqui colocados.

Com essa aplicação em João Pessoa foi observado que a estruturação do índice é ampla, contendo muitos temas e, conseqüentemente, muitos indicadores, o que pode ser dificultosa a sua avaliação. Além disso, a obtenção de alguns dados pode ser um pouco custosa, quando muitos valores devem ser requeridos de forma individual nas secretarias públicas e organizações privadas, tornando a avaliação de alguns desses indicadores penosa ou às vezes impossibilitada. A estruturação dos parâmetros também deve ser observados de modo mais cauteloso, pois os aqui postos apresentam fragilidades, pois não passaram pela avaliação e consenso de profissionais da área e nem de instituições de respaldo.

No entanto, a apresentação do modelo tem por intenção a sua replicação em outras cidades para que a estruturação se fortaleça a partir de outras aplicações e que as bases conceituais da hospitalidade urbana atrelada a sustentabilidade possam ser difundidas e consideradas no planejamento urbano futuro. Fazendo com o que as gestões tomem esses temas como fundamentos teóricos e práticos nos seus planos, transformando a cidade em locais acolhedores e ambientalmente equilibrado.

Esta pesquisa contribui para a disseminação de duas propostas temáticas importantes nos estudos urbanos na atualidade, que é a hospitalidade e a sustentabilidade urbana. E contribui também com a cidade de João Pessoa podendo ser tomada como resultados nos seus projetos urbanísticos futuros que busquem a qualidade de vida da população, tema central para todas as políticas públicas.

6 REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. **A Duração das Cidades: sustentabilidade e risco nas políticas urbanas.** ed. 2. Rio de Janeiro.: Lamparia, 2009.

ALFONSIN, B. **O Estatuto da Cidade e a construção de cidades sustentáveis, justas e democráticas.** *Direito e Democracia*, vol. 2, n.2, 2º semestre 2001. Pág. 309-317.

ALLIS, T. **Projetos urbanos e turismo em grandes cidades: o caso de São Paulo.** Tese de Doutorado. São Paulo: FAUUSP, 2012.

AMATO-LOURENCO, L. F.; MOREIRA, T. C. L.; ARANTES, B. L.; FILHO, D. F. da S.; MAUAD, T. Metrôpoles, cobertura vegetal, áreas verdes e saúde. *Estud. av. [online]*. vol.30, n.86, pp.113-130, 2016. Disponível em: <
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340142016000100113&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 06/08/2020.

ANDRADE, R.. Metro quadrado de imóveis residenciais em João Pessoa chega a R\$ 4.893 e permanece como um dos menores do Brasil. Click Paraíba, 2022. Disponível em: <
<https://www.clickpb.com.br/paraiba/metro-quadrado-de-imoveis-residenciais-em-joao-pessoa-chega-r-4893-e-permanece-como-um-dos-menores-do-brasil-321810.html>>. Acesso em: 02/10/2021.

ANDRADE, R. C. G.; Urbanismo y planificación: Áreas Verdes Urbanas Urbanism and Planning: Urban Green Areas. In.: **Summa Humanitatis** Vol. 6, Núm. 1 2012. Disponível em: <
https://www.academia.edu/28036740/Urbanismo_y_planificaci%C3%B3n_%C3%81reas_Ve_rdes_Urbanas_Urbanism_and_Planning_Urban_Green_Areas>. Acesso em: 06/04/2020.

ARAYA, Ricardo; Montgomery, Alan; Rojas, Graciela; Fritsch, Rosemarie; Solis, Jaime; Signorelli, Andres; Lewis, Glyn. Commonmental disorders and the built environment in Santiago, Chile. In.: **British Journal of Psychiatry**, 190, 394-401. 2007. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/17470953/> >. Acesso em: 02/04/2020.

ARCH DAILY, site de arquitetura mais visitado do mundo. Primeira norma técnica para cidade sustentável aprovada pela ABNT, 2017. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/869219/primeira-norma-tecnica-para-cidades-sustentaveis-e-aprovada-pela-abnt> > Acesso em: 16 nov. 2017.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: Perfil do município de João Pessoa-PB, 2013.

BAPTISTA, I. Hospitalidade e eleição intersubjetiva: sobre o espírito que guarda os lugares. **Revista Hospitalidade**. Ano V, número 2 – dezembro, 2008. Disponível em: < <https://www.revosp.org/hospitalidade/article/view/150> >. Acesso em: 06/04/2020.

BAPTISTA, I. **Laços sociais: por uma epistemologia da hospitalidade**. org. Marcia Maria Cappellano dos Santos e Isabel Baptista. - Caxias do Sul – RS: Educs, 2014.

BARTALINI, V. Áreas verdes e espaço livres urbanos. **Paisagem E Ambiente**, (1-2), 49-56, 1986. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/paam/article/view/133974> >. Acesso em: 05/08/2020.

BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. (Doutorado em Engenharia da Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) Curso de Pós-Graduação em Engenharia de Produção,. Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2002.

BELL, D. **The hospitable city: social relations in commercial spaces**. In.: **Progress in Human Geography**. V. 31(1) (2007) pp. 7–22.

BID. Plano de Ação João Pessoa Sustentável, 2014. Acessível em: < http://polis.org.br/wp-content/uploads/Plano_de_Acao_Joao_Pessoa_ICES.pdf > Acesso em:05/03/2020.

BITELLI, F. M., BASTOS, S. R. Hospitalidade na cidade: as manifestações culturais como uso do espaço público. **Revista Turismo, Visão e Ação**, Vol. 20 - n. 3 - Set./Dez. 2018.

BOARETO, R. A política de mobilidade urbana e a construção de cidades sustentáveis. **Revista dos Transportes Públicos** - ANTP - Ano 30/31 - 2008 - 3º e 4º trimestres.

BOFF, L. **Virtudes para um outro mundo possível: Hospitalidade**. Petrópolis – RJ: Editora Vozes, 2005.

BOTTEEILL, D. **Método Científico-social do conhecimento da hospitalidade**. In.: Em buca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado. Baurueri, SP: Manolo, 2004.

BRAGA, T. M.; FREITAS, A.P.G.; DUARTE, G. S. **Índice de sustentabilidade urbana** (2002).

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. < <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/541213.pdf> >. Acesso em: 02/03/2021.

BRASIL, C. Í. IBGE: desemprego cai 1,6 ponto percentual e atinge 12,6%. **Agência Brasil, 2021**. Disponível em: < <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2021-11/ibge-desemprego-cai-16-e-atinge-em-126-no-primeiro-trimestre#:~:text=Atualizado%20em%2030%2F11%2F2021,chevou%20a%2013%2C5%20mil%C3%B5es.> >. Acesso em: 29/03/2021.

BRASIL, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE. *Cidades@*. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=250750> >. Acesso em: 03/05/2021.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. Instrumento de planejamento urbano, Brasil, 2017. Disponível em: < <http://www.mma.gov.br/cidades-sustentaveis/planejamento-ambiental-urbano/item/8057> > Acesso em: 12/07/2021.

BRASIL, **Lei Bioma Mata Atlântica**, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111428.htm > Acesso em: 29/10/2021.

BRETAS, V. As cidades com a melhor saúde do país (mas que deixam a desejar). Revista Exame, 2017. Disponível em: < <https://exame.com/brasil/as-cidades-com-a-melhor-saude-do-pais-mas-que-deixam-a-desejar/> > Acesso em: 03/08/2021.

BRITO, F. A.; CÂMARA, J.B. D. **Democratização e Gestão Ambiental: em busca do desenvolvimento sustentável**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1999. 336 p.

BRITO, S. B. R. A conquista do rio ruim: a paraíba na monarquia hispânica (1570-1630). Tesis presentada para cumplir con los requisitos necesarios para obtener el título de Doctor en Historia del Programa de Doctorado en Historia Medieval, Moderna, Contemporánea y de América. Salamanca, 2020.

CAMARGO, L. O. L. A pesquisa em hospitalidade. Revista Hospitalidade. São Paulo, ano V, n. 2, p. 15-51, jul.- dez. 2008. Disponível em: < file:///C:/Users/pedro/Downloads/Camargo_2008_A-pesquisaemhospitalidade_3436.pdf >. Acesso em: 04/03/2020.

CAMARGO, L. O. L. **Hospitalidade**. Série ABC do Turismo. São Paulo: Aleph, 2004.

CAPEL, H. **La morfología de las ciudades: sociedade, cultura y paisaje urbano**. Madrid: Ediciones del Serbal, 2002.

CASSOLI, Carol. Preços altos adiam sonho da casa própria em João Pessoa: levantamento feito em todo o país mostra que o custo dos imóveis subiu 7,48% este ano na capital paraibana. Jornal A União, 2021. Disponível em: < https://auniao.pb.gov.br/noticias/caderno_paraiba/precos-altos-adiam-sonho-da-casa-propria-em-joao-pessoa >. Acesso em: 03/10/2021.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P.C.D. - **Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento**. In: **Encontro Nacional Sobre Arborização Urbana**, 4. Vitória-ES, de 13 a 18 de set/92. Anais I e II, 1992, p. 29-38. Disponível: < <https://docero.com.br/doc/venOex> >. Acesso em: 02/03/2020.

CINEP – **Companhia de Desenvolvimento da Paraíba**. Edital de chamada pública nº001/2019/CINEP-PB, 2019.

CHAVES, A. M. S.; AMADOR, M. B. M. Percepção Ambiental de frequentadores dos espaços livres públicos: um estudo no município de correntes, PE. In.: **Caminhos de Geografia Uberlândia** v. 16, n. 53. p. 118–132, 2015. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/27211> >. Acesso em: 02/03/2020.

COLEY, R. L.; SULLIVAN, W. C.; KUO, M. Where Does Community Grow?: The Social Context Created by Nature in Urban Public Housing. **Environment and Behavior**, 1997; 29; 468. Disponível em: < <https://www.researchgate.net/publication/249624058> **Where Does Community Grow The Social Context Created by Nature in Urban Public Housing** >. Acesso em: 07/04/2020.

CORIOLOANO, L. N. M. T.; VASCONCELOS, F. P.. **O turismo e a relação sociedade - natureza: realidade, conflitos e resistências**. - 2º edição-. Fortaleza: EDUECE, 2014.

COTELO, F. C. Uma nota sobre a gentrificação no Vidigal. Ademia.Edu, 2015. Disponível em: < <https://www.researchgate.net/publication/279202445> **Uma nota sobre a gentrificacao no Vidigal** > Acesso em 25/02/2021.

D'ANGELUS, B. C. S.; LIMA, G. F. C. **Políticas Públicas de turismo na Paraíba**: avaliação do Polo Cabo Branco e do Prodetur (NE). Artigos Inéditos, 73-87, 2012.

DERRIDA, J.. **Anne Duformantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. Tradução de Antonio Romane. São Paulo: Escuta, 2003.

DECAL, José. Número de abstenção nas eleições municipais foi o mais alto em 20 anos. Uol, 2020. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2020/11/16/numero-de-abstencao-nas-eleicoes-municipais-foi-o-mais-alto-em-20-anos.htm> > Acesso em: 04//03/2021.

DIAS, R. **Turismo Sustentável e Meio Ambiente**. Editora Atlas, 2003

DIAS, R. **Gestão ambiental**: responsabilidade social e sustentabilidade. 2 ed. São Paulo: Atlas. 2011.

DIEGUES, A.C. **O mito da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2001.

DILLEN, S. V.; V., S.; GROENEWEGEN, P.; SPREEUWENBERG, P. Greenspace in urban neighbourhoods and residents' health: adding quality to quantity. In.: **J Epidemiol Community**

Health; 66: e8. 2012. Disponível em: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/21715445/> >. Acesso em: 02/05/2020.

EDUARD, W.. **A conquista social da Terra**. Tradução de Ivo Korytovski. São Paulo, 2013.

FARR, D.. **Urbanismo Sustentável: desenho urbano com a natureza**. São Paulo: Bookman, 2013.

FECOMERCIO, Instituto. **Pesquisa anual do desempenho do turismo na região da cidade de João Pessoa**. Edição 2017.

FEO, E. A.; Machado, M. C. Indicadores de sustentabilidade: proposta de caminho a seguir. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, n. 6, p. 33-46, dez. 2013

FERREIRA, M. A.; FERNANDES, E. A.; TOYOSHIMA, S. H. **Qualidade de Vida e Qualidade Ambiental: inter-relações para a economia brasileira**. In.: **X Encontro da Sociedade Brasileira de Ecologia Ecológica**. Setembro de 2013, Vitória – ES. Disponível em: < <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/822> >. Acesso em: 03/05/2020.

FIGO, A.. As 100 cidades mais visitadas do mundo em 2017, **Extra** 04/12/2018, Casual. Disponível em: < <https://exame.com/casual/as-100-cidades-mais-visitadas-do-mundo-em-2017/> > acessado em: 20/04/2020.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Bookman Artmed. 2009.

GODOY, A.. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**. São Paulo, v.35, n.3, p, 20-29. 1995.

GOMES, C. L. Lazer: necessidade humana e dimensão da cultura. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer**. Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.3-20, jan./abr. 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbel/article/view/430> >. Acesso em: 06/08/2020.

GONÇALVES, H. T. O Porto e a Casa: dinâmicas de transformação no uso dos espaços no centro histórico de João Pessoa (PB). Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural. IPHAN, Rio de Janeiro, 2014.

GOTMAM, A.. La question de l'hospitalité aujourd'hui. **Communications**, v. 65, p. 5-19, Paris, 1997. Disponível em: < https://www.persee.fr/issue/comm_0588-8018_1997_num_65_1 > Acesso em: 04/04/2020.

GOTMAM, A. Hospitalidade em sentido próprio e figurado. **Revista Hospitalidade**, Volume 16, n. 03, (set-dez) de 2019. Disponível em: < <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/855> >. Acesso em: 24/10/2020.

GRINOVER, L. A hospitalidade urbana: acessibilidade, legibilidade e identidade. **Revista Hospitalidade**, São Paulo, ano III, n. 2, p. 29-50, 2. sem. 2006. Disponível: < <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/191> >. Acesso em: 30/03/2020.

GRINOVER, Lucio. Hospitalidade, qualidade de vida, cidadania, urbanidade: novas e velhas categorias para a compreensão da hospitalidade urbana. **Revista Iberoamericana de turismo**. Penedo, vol. 3, n.1, p. 16-24, 2013. Disponível em: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/ritur/article/viewFile/979/647> > Acesso em: 28/05/2020.

GRINOVER, Lucio. **A hospitalidade, a cidade e o turismo**. São Paulo: Aleph, 2007. – (Série Turismo).

GRINOVER, Lucio. A hospitalidade na perspectiva do espaço urbano. **Revista hospitalidade**, São Paulo, ano VI, n. 1, p. 04-16, jan.-jun. 2009. Disponível em: < <https://www.rev Hosp.org/hospitalidade/article/view/214> > Acesso em: 30/05/2020.

GUIMARÃES, P; FEICHAS, S. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambient. soc.** [online]. 2009, vol.12, n.2, pp.307-323. Disponível em < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414753X2009000200007&script=sci_abstract&tlng=pt >. Acesso em: 03/02/2020.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. (Coleção Geografia e Adjacências).

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: EDUFBA, 2009.

HULLEN. A. C. N. Cidadania e direitos sociais no Brasil: um longo percurso para o acesso aos direitos fundamentais. **Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión**, ano 6, Nº 11, 2018. Disponível em: < http://scielo.iics.una.py/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2304-78872018001100213 > Acesso em: 04/08/2021.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ids/tabelas> > Acesso em> 30/03/2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População urbana e rural do Brasil**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: < <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18313-populacao-rural-e-urbana.html> > Acesso em: 04/06/2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **População João Pessoa – PB**. Brasília, 2021. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/panorama> > Acesso em: 08/10/2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, módulo Educação**. Brasília, 2020. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad-continua.html?edicao=32275&t=o-que-e> >. Acesso em: 22/01/2022.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Desemprego**. Brasília, 2021. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php> >. Acesso em: 12/02/2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidade e Estados, João Pessoa. Brasília, 2010. Disponível em: < <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pb/joao-pessoa.html> >. Acesso em: 12/12/2021.

INNERARITY, D. **Ética de la hospitalidade**. Disponível em: < https://www.diba.cat/c/document_library/get_file?uuid=e8731a1e-5a4f-49af-b170-cf93f72e028a&groupId=1295730 >. Acesso em: 28/04/2020.

IPHAN. João Pessoa (PB), 2014. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/349/> > Acesso em: 02/11/2021.

IPAHN. Monumentos e Espaços Públicos Tombados - João Pessoa (PB), 2014. Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1444/> > Acesso em: 12/12/2021.

JACOBS, J. **Morte e vida de grandes cidades** / Jane Jacobs; tradução Carlos S. Mendes Rosa; revisão da tradução Maria Estela Heider Cavalheiro; revisão técnica Cheila Aparecida Gomes Bailão. – 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. – (Coleção cidades).

JAMES, P.; Ba., RACHEL F.; HART, J. E.; LADEN, F. A Review of the Health Benefits of Greenness. **Curr Epidemiol.** June ; 2(2): 131–142, 2015. Disponível: < <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/26185745/> >. Acesso em: 04/03/2020.

JAN, Gehl. **Cidades para Pessoas**. Tradução de Anita Di Marco. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.

JOÃO PESSOA é o terceiro destino mais vendido do Brasil no mês de setembro. João Pessoa.gov.com, 2021. Disponível em: < <https://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/joao-pessoa-e-o-terceiro-destino-mais-vendido-do-brasil-no-mes-de-setembro/> > Acesso em: 09/10/2021.

JOÃO PESSOA tem a menor taxa de homicídios entre as capitais do Nordeste. Portal G1, 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/joao-pessoa-tem-a-menor-taxa-de-homicidio-entre-as-capitais-do-nordeste.ghtml> > Acesso em: 12/10/2021.

JOÃO PESSOA é a 8ª capital do país com menor gasto per capita em ações de saúde. Conselho Regional de Medicina-CRM-PB, 2019. Disponível em: < <https://crmpb.org.br/noticias/joao-pessoa-e-a-8a-capital-do-pais-com-menor-gasto-per-capita-em-aco-es-de-saude/> > Acesso em: 13/01/2022.

JOÃO PESSOA. Plano Municipal de Recuperação da Mata Atlântica de João Pessoa, 2010.

JOÃO PESSOA; BID. Projeto João Pessoa Sustentável: relatório final- estudo 1, mitigação das mudanças climáticas, 2018.

LASHLEY, C.; MORRISON, A. **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Tradução de Carlos David Szlak. Baurueri, SP: Manole, 2014.

LE CORBUSIER. **Carta de Atenas**. Tradução de Rebeca Scherer. São Paulo: HUCITEC: EDUSP, 1993. (Estudos Urbanos).

LEFEVBRE, H. **A Revolução Urbana**. Tradução de Sergio Martins. – 2º. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2019.

LEFEVBRE, H.. **O Direto à Cidade**. Tradução Ruben Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2011.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, poder**. 8º edição: Editora Vozes, 2011.

LEITE, C.; AWAD, J. C. M. **Cidades Sustentáveis, cidades inteligentes: Desenvolvimento sustentável num planeta urbano**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

LEVINAS, E.. **Totalidade e Infinito**. Lisboa: Edições 70, 1988. 287 p. – (Coleção Biblioteca de Filosofia Contemporânea).

LEVY, E. Gestão Pública no Brasil, Conquistas Recentes e Dilemas Presentes. **Administração Pública e Gestão Social**, 11(4), 2019. Disponível em: < <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/8967> >. Acesso em: 04/05/2021.

LIKERT, R. (1932). Uma técnica para a medição de atitudes. **Arquivos da Psicologia**, 140, 5-55. Disponível em: < <https://psycnet.apa.org/record/1933-01885-001> >. Acesso em: 08/10/2020.

LIMA, D. V.; WILBERT, M. D.; SILVA, A. V. Impacto da Reforma Trabalhista na informalidade e nas contas previdenciárias do Brasil. **RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. 6, nº 10, p. 291-316, jan.-jun./2021.

LOBODA, C. R.; Angelis, B. L. D. Áreas Verdes Públicas urbanas: conceitos usos e funções. In.: **Ambiência**. Guarapuava, PR. v.1 n.1. p.125-139, 2005. Disponível em: < <https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/viewFile/157/185> >. Acesso em: 06/05/2020.

LONDE, P. R.; MENDES, P. C. A influência das áreas verdes na qualidade de vida urbana. **Hygeia** 10 (18): 264 - 272, Jun/2014. Disponível em: < <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/26487> >. Acesso em: 02/03/2020.

MAAUS, M. 1925. **Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas**. In.: Sociologia e Antropologia. v. II. São Paulo: Edusp.

MACEDO, S. S.; SAKATA, F. G. **Parques Urbanos no Brasil**. 3a ed. Edusp, 2010.

MATHEUS, Z. M. **A ideia de uma cidade hospitaleira**. In.: Hospitalidade e Reflexões. Burueri: Manole, 2002.

MARSHALL, T.H. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

MARTINS, M. F.; CÂNDIDO, G. A. Análise da sustentabilidade urbana no contexto das cidades: proposição de critérios e indicadores. XXXVII EnANPAD. Anais. Rio de Janeiro – RJ, 2013. Disponível em: <

http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2013_EnANPAD_GCT2482.pdf >. Acesso em: 12/03/2021.

MARTINS, M. F.; CANDIDO, G. A. Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise. In.: **Desenvolvimento sustentável e sistema de indicadores de sustentabilidade: formas de aplicações em contextos geográficos diversos e contingências específicas**. Campina Grande – PB: Ed. UFCG, 2010.

MARTINS, M. F.; CANDIDO, G. A. Índices de desenvolvimento sustentável para localidades: uma proposta metodológica de construção e análise. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 03- 19, jan./abr. 2012. Disponível em: < <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/229#:~:text=O%20objetivo%20do%20artigo%20%C3%A9,n%C3%ADveis%20de%20sustentabilidade%20dessas%20localidades.> >. Acesso em: 03/05/2021.

MEDEIROS, E. B. O lazer no planejamento urbano. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. Servo de publicações. VIII. 264 p. 21 em **Cadernos de administração pública**, 1971(Administração geral. 82).

METRO quadrado em JP é o 4º mais caro das capitais do NE. Jornal Correio, 2019. Disponível em: < <https://portalcorreio.com.br/metro-quadrado-em-jp/> > Acesso em:15/10/2021.

MIRANDA, J. V. A.; Levinas e a reconstrução da subjetividade ética: aproximação com o campo da educação. In.: **Revista Brasileira de Educação** v. 19 n. 57 abr.-jun. 2014.

Ministério do turismo. **Mapa do turismo do Brasil**. Brasília, 2019. Disponível em: < <https://www.gov.br/pt-br/noticias/viagens-e-turismo/2019/08/novo-mapa-do-turismo-brasileiro-compreende-mais-regioes-turisticas-do-pais#:~:text=Novo%20Mapa%20do%20Turismo%20Brasileiro%20aumenta%20n%C3%BAmero%20de%20mais%20locais%20no%20pa%C3%ADs,-Ao%20todo%2C%202.694&text=O%20novo%20Mapa%20do%20Turismo,333%20regi%C3%B5es%20tur%C3%ADsticas%20do%20pa%C3%ADs.> Acesso em: 05/04/2020.

MOLINA, S. E. **Turismo e ecologia**. Tradução de Josely Vianna Baptista. 2 ed. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

MOREIRA, S. Quais são as cidades mais arborizadas do Brasil? Archdaily, 2021. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br/br/955056/quais-sao-as-cidades-mais-arborizadas-do-brasil> >. Acesso em: 25/10/2021.

MOREIRA, S. A. Alimenta e comensalidade: aspectos históricos e sociológicos. In.: **Ciência e Cultura**. Cienc. Cult. vol.62 no.4 São Paulo Oct. 2010. Disponível em: < http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S000967252010000400009 >. Acesso em: 03/04/2020.

MOURA, A. K. C.; GARCIA, L. G. Políticas Públicas de Turismo e Sustentabilidade: o Pólo Turístico Cabo Branco em análise. **Revista de Cultura e Turismo**, ano 3 - 3, 2009.

MUSSI, R.; MUSSI, L., ASSUNÇÃO, A., NUNES, C. Pesquisa Quantitativa e/ou Qualitativa: distanciamentos, aproximações e possibilidades. *Revista SUSTINERE*, Rio de Janeiro, v.7. p. 414-430, 2019.

NUCCI, J. C. **Qualidade ambiental e adensamento urbano: um estudo de ecologia e planejamento da paisagem aplicado ao distrito de Santa Cecília (MSP)** / João Carlos Nucci. 2ª ed. - Curitiba: O Autor, 2008. 150 p.

OKADO, G.H. C.; QUINELLI, L. Megatendências mundais 2030 e os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “nova agenda” das nações unidas. *BARU - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos*. Goiânia, v. 2, n. 2, p. 109-110, jul./dez 2016. Disponível em: < <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/baru/article/view/5266> >. Acesso em: 10/09/2020.

OLIVEIRA, K. S.; CAMPOS, F. I.; TAVARES, G. G.; FERREIRA, R. M. Cidades Médias e Sustentabilidade Ambiental: Caracterização e Atuação Regional. *HALAC – Historia Ambiental, Latinoamericana y Caribeña*, v.8, n.1 (2018), p. 184-212. Disponível em: < <http://halacsolcha.org/index.php/halac> >. Acesso em: 28/08/2020.

ONU prevê que cidades abriguem 70% da população mundial até 2050. *ONU News*, Nações Unidas, 19 fev. 2019. Disponível em: < <https://news.un.org/pt/story/2019/02/1660701> > Acesso em: 20/03/2020.

PARAÍBA. **Governo inicia obra do Parque Linear Parahyba III nesta segunda-feira**, 2021. Disponível em: < <https://paraiba.pb.gov.br/noticias/governo-inicia-obra-do-parque-linear-parahyba-iii-nesta-segunda-feira> > Acesso em: 21/01/2022.

PARAÍBA. **Jardim Botânico - Benjamin Maranhão, S/D**. Disponível em: < <http://sudema.pb.gov.br/servicos/servicos-ao-publico/jardim-botanico> >. Acesso em: 14/12/2021.

PARAIBA. **Parque Linear Parahyba - Arquitetura, Urbanismo e Acessibilidade**, 2017. Disponível em: < <https://suplan.pb.gov.br/noticias/parque-linear-parahyba-arquitetura-urbanismo-e-acessibilidade> > Acesso em: 12/02/2022.

PBTur – Empresa Paraibana de Turismo. Indicadores de Turismo: relatório anual. João Pessoa, 2020. Disponível em: < <https://www.pbtur.pb.gov.br/indicadores-turisticos/> >. Acesso em: 06/02/2021.

PLANO DIRETOR DE JOÃO PESSOA: Relatório de Diagnóstico Técnico. João Pessoa, 2021.

PORTNEY, K. E.; BERRY, J. Civil Society and Sustainable Cities. *Comparative Political Studies* 2014, Vol. 47(3) 395–419. Disponível em: < <http://journals.sagepub.com.ez18.periodicos.capes.gov.br/doi/pdf/10.1177/0010414013509574> >. Acesso em: 04/06/2020.

PORTO-GONÇALVES. C. W. **A globalização da Natureza e a Natureza da Globalização** - 6º ed. – Rio Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **O desafio Ambiental**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Record, 2012. (Os porquês da Desordem Mundial. Mestres Explicam a Globalização).

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Os (des) caminhos do meio ambiente**. 15ª edição: São Paulo, 2011.

POUPART, J. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

RAFFESTIN, C. Réinventer l'hospitalité. **Communications**, 65, 165-177. Paris, 1997. Disponível em: < https://www.persee.fr/issue/comm_0588-8018_1997_num_65_1 >. Acesso em: 02/06/2020.

RESENDE, A.. Setor de serviços responde por 50% do PIB de João Pessoa, o maior PIB da Paraíba. G1/PB, 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2018/08/05/setor-de-servicos-responde-por-50-do-pib-de-joao-pessoa-o-maior-pib-da-paraiba.ghtml> > Acesso em:02/10/2022.

RICKLEFS, R. E. **Economia da Natureza**. 6ª edição. Porto Alegre: Artmed, 2010.

ROGERS, R. **Cidades para um pequeno planeta**. Barcelona: Gustavo Gilli, 2008

ROJAS, F. **JP é a 8ª capital do país com menor gasto per capita em ações de saúde**. Paraíba Já, 2019. Disponível em: < <https://paraibaja.com.br/jp-e-a-8a-capital-do-pais-com-menor-gasto-per-capita-em-aco-es-de-saude/> > Acesso em: 04/10/2021.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2009.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro; Record. 2000.

SANTOS, M. A urbanização brasileira. Rio de Janeiro. HUCITEC, 2018.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil** / São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996, (Cidade aberta).

SELWYN, T. Uma Antropologia da Hospitalidade. In: Lashley, C. e Morrison, A. Orgs. **Em busca da hospitalidade: perspectivas de um mundo globalizado**. São Paulo: Manole, 2004.

SEIFFERT, M. E. B. **Gestão Ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2009

SEVERINI, V. F.. Turismo e Hospitalidade Urbana: repensando a sustentabilidade das grandes cidades... In.: **III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva São Paulo**, 2014.

SILVA, A. F. **Entre a implantação e a aclimação: o cultivo de jardins públicos no Brasil nos séculos XIX e XX**. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

SILVA, C. L.; SOUZA-LIMA, J. E. **Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 55-68.

SILVA, R. F.; BITELLI, F. M.. A legislação urbanística da cidade de São Paulo (2014-2016): discussões acerca da hospitalidade urbana como promotora da qualidade de vida na cidade. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, volume 16, n.03, p. 83-102, 2019. Disponível em: < <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/378.pdf> >. Acesso em: 04/10/2020.

SITE AQAir, 2022. Qualidade do ar em João Pessoa. Disponível em: < <https://www.iqair.com/us/brazil/paraiba/joao-pessoa> > Acesso em: 22/01/2022.

SOUZA, M. L. **Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

STAVO-DEBAUGE, J.; DELEIXHE, M.; CAILER, L. HospitalitéS. L'urgence politique et l'appauvrissement des concepts. **Sociologies**. 2018. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/sociologies/6785> >. Acesso em: 12/11/2021.

ATLAS da mata Atlântica 2019-2020. **S.O.S Mata atlântica**. São Paulo/ SP. Disponível em: < <https://www.sosma.org.br/> > Acesso em: 03/06/2020.

TAYLOR, Stephen; EDGAR, David. Hospitality research: the emperor's new clothes? In.: International Journal of Hospitality Management. V. 15, Issue 3 September, 1996. Pages 211-227. Disponível em: < <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0278431996000187> >. Acesso em: 05/09/2020.

TELFER, Elizabeth. **A Filosofia da “hospitalidade”**. In.: **Em busca da hospitalidade: perspectivas para um mundo globalizado**. Baurueri, SP. Manole, 2004.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. (Tradução de Livia de Oliveira). Londrina: Eduel, 2012.

VEIGA, I. S. Hospitalidade e enraizamento existencial: as dificuldades filosóficas de um conceito. **Holos**, Ano 36, v.2, e5881, 2020. Disponível em: < <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5881/pdf> > Acesso em: 18/05/2020.

VEIGA, J. E. da. Indicadores de sustentabilidade. **Estud. av.** [online]. 2010, vol.24, n.68, pp.39-52. ISSN 0103-4014. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-40142010000100006> >. Acesso em; 03/05/2021.

VITTE, Claudete Castro Silva; KEINERT, Tânia Margareth Mezzomo. **Qualidade de Vida, Planejamento e Gestão Urbana - discussões teórico metodológicas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

WASSALL1, Alice Ribeiro Assad; Salles, Maria do Rosário Rolfsen. Hospitalidade urbana: produção de artigos científicos em periódicos nacionais da área de turismo e hospitalidade (2006 – 2016). In.: Anais do Seminário da ANPUTUR, 2016. Disponível em: < <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/13/378.pdf> >. Acesso em: 03/08/2020.

VALERY, Gabriel. <https://www.brasildefato.com.br/2021/10/13/inseguranca-alimentar-voltou-a-crescer-e-fome-atinge-19-1-milhoes>